



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

MARIA ANGÉLICA PEDROSA DE LIMA SILVA

A CENTRALIDADE DA FAMÍLIA NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NA DÉCADA DE 1940 EM PERNAMBUCO

MARIA ANGÉLICA PEDROSA DE LIMA SILVA

A CENTRALIDADE DA FAMÍLIA NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NA DÉCADA DE 1940 EM PERNAMBUCO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Área de concentração: Serviço Social, Movimentos Sociais e Direitos Sociais

Orientadora: Prof^a. Dra. Ana Cristina de Souza Vieira

Catalogação na Fonte Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

S586c Silva, Maria Angélica Pedrosa de Lima

A centralidade da família na formação em Serviço Social na década de 1940 em Pernambuco / Maria Angélica Pedrosa de Lima Silva. - 2019. 168 folhas: il. 30 cm.

Orientadora: Prof.^a Dra. Ana Cristina de Souza Vieira.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social) — Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, 2019.

Inclui referências.

1. Serviço Social. 2. Problemas sociais. 3. Pernambuco. I. Vieira, Ana Cristina de Souza (Orientadora). II. Título.

361 CDD (22. ed.)

UFPE (CSA 2020 – 025)

MARIA ANGÉLICA PEDROSA DE LIMA SILVA

A CENTRALIDADE DA FAMÍLIA NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NA DÉCADA DE 1940 EM PERNAMBUCO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Aprovada em: 30/08/2019

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Ana Cristina de Souza Vieira (Orientadora e Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dra. Mônica Rodrigues Costa (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. a Dra. Vívian Matias dos Santos (Examinadora Externa)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Adilson Aquino Silveira Júnior (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dra. Helena Maria Barros Padilha (Examinadora Externa)
Universidade Federal de Pernambuco



AGRADECIMENTOS

Há 16 anos eu perdi para os céus o homem mais esplêndido que houvera entre os vivos, o meu Pai de criação. Hoje eu renovo meus votos afirmando que sou eternamente grata por ele ter me dado o privilégio de me tornar a sua filha do coração. Eu não podia ter tido mais nobre educação do que a dada por esse homem. Ele me fez filha, cidadã, e me ensinou a ter os melhores sentimentos para serem postos na sociedade. Ele me fez a criança, a adolescente mais feliz, mais consciente, pé no chão, mais humana, a cada sermão, a cada conversa, a cada abraço. Pai eternizado por uma Memória. Pai perpetuado por uma História. Digo com toda veemência que ele me tornou o ser humano mais capacitado a viver nesse mundo movido pelo o Amor. Somente nos foi proporcionado 15 anos de convivência, mas foram os melhores anos da minha vida. Agradeço a oportunidade dada a mim, que foi me fazer sua Filha. Obrigada, meu Pai, Pedro Lacerda. Eu te amo. E continuo trilhando e caminhando com seus olhos e coração.

Eu sempre digo que fui agraciada por bons espíritos nessa vida. Minha mãe é um deles, o mais nobre e forte que já conheci. A ela devo minha construção como mulher e profissional. Uma grande fortaleza, que apesar dos infortúnios do destino, que retirou o chão debaixo dos nossos pés, ela soube nos puxar de volta e me manter serena, não me deixando sair do meu caminho tão esperado. E assim, continuei trilhando e vencendo. Nerilza Pedrosa, obrigada e obrigada!

Agradeço também às minhas três outras mães, Nerilda, Nereide e Zeinha. Tias que junto à minha mãe puderam me proporcionar estudos, educação, sorrisos, e ombros calorosos para eu me refazer nos momentos difíceis dessa trajetória vivida. Cada uma com sua particularidade me fez a pessoa que sou hoje. Nesse longo caminho, minhas mães representam a real face do que é ser luta e perseverança.

Grata aos meus primos, que são irmãos de alma e de coração. Sueli, Sérgio, Marília, Esther, Victória, vocês são a representação de irmandade. Agradeço a minha família pelo apoio e orações. Ao meu noivo, Raul de Sá, por todo companheirismo, amor, paciência e dedicação.

Agradeço às minhas Historiadoras, amizades feitas na primeira graduação. O sonho era de estarmos juntas nesse trajeto acadêmico (mestrado e doutorado), mas o meu dobrou à esquina de uma rua. No entanto, tudo tem um motivo, né? (Izabelle sabe!!) Continuamos unidas nesse caminhar. Obrigada pelos estímulos, amo vocês!

Um agradecimento em especial a Mariely Mello Felipe, que nem mesmo a distância entre Recife-São Paulo nos abalou. Mari foi uma das pessoas mais importantes na produção desse trabalho. Mestranda em História pela USP, ela me oportunizou documentos necessários para

realizar o estudo. Digo que Mari se tornou a corretora e a leitora mais assídua dessa dissertação. Foram ouvidos maravilhosos nos meus momentos de angústias e instabilidades. Obrigada, amiga, você foi fundamental nesse processo.

Grata aos amigos feitos nessa trajetória que se denomina mestrado. Eu digo que a turma de 2017.1 foi um encontro de almas amigas. Agradeço a Rafaela, a Íris, a Elisa, a Nathália, a Leonila, a Vitória, a Jussara, ao Henrique, a Josiane e a Josinete. Agradeço ao Jorge, amigo que me acompanha desde a graduação, um ser humano disposto sempre a compartilhar da inteligência que tem com o outro.

No meu percurso acadêmico em Serviço Social, fui agraciada com orientadoras-amigas que se tornaram referências de mulheres e profissionais. Para Vívian Matias dos Santos, Mônica Rodrigues Costa e Ana Cristina de Souza Vieira vão os meus grandes agradecimentos. Agradeço em especial à minha orientadora do mestrado, professora Ana Vieira, por toda sua paciência, confiança e afeto nessa trajetória. Pelas orientações esclarecedoras e impulsionadoras, pelas observações e críticas importantíssimas para a finalização desse trabalho.

Aos professores que compuseram minha banca de qualificação: Prof^a. Dra. Helena Padilha, Prof. Dr. Adilson Junior e Prof^a. Dra. Vívian Matias, que contribuíram para elucidar os objetivos e questões centrais do meu projeto.

Aos docentes do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UFPE), em especial a: Alexandra Mustafá, Rosa Cortês, Mônica Costa, Maria das Graças, Ana Vieira, pelos debates calorosos e reflexões construídas nas disciplinas cursadas.

Grata à Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), que me deu a oportunidade de realizar meus estudos acadêmicos, graduação e pós-graduação, pois não teria os feito se ela não fosse uma instituição pública, gratuita, laica e inclusiva.

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela da bolsa de mestrado concedida.

São tantas pessoas importantes que fizeram parte dessa trajetória, pois tenho em mim que sozinha não vamos a canto algum. Por fim, agradeço a todos que direta e indiretamente participaram da construção desta dissertação, mesmo quando ela ainda era um sonho.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo discutir a centralidade da família na formação profissional em Serviço Social em Pernambuco, na década de 1940. Aborda a primeira instituição de ensino em Serviço Social no Nordeste, a Escola de Serviço Social de Pernambuco (ESS/PE), que teve o propósito de formar profissionais especializadas na intervenção dos problemas sociais prevalecentes da época, atuando, principalmente, com as crianças em situações consideradas de delinquência, mulheres com divergências com as leis, famílias de trabalhadores em situação de extrema pobreza e mulheres mães, com dificuldades na educação e provimento dos filhos. Busca-se apresentar as particularidades da formação do Serviço Social como uma profissão majoritariamente de mulheres e que teve na família da classe proletária, mais especificamente nas figuras da mulher e criança, o público-alvo para a intervenção. Desse modo, são analisados os problemas sociais reportados às famílias da capital pernambucana e as ações propostas para garantir o "ajustamento social" da instituição familiar às necessidades decorrentes do processo de urbanização e industrialização. No que concerne à metodologia, se buscou dedicar à pesquisa documental, sustentada em dados primários, como o acervo da Escola de Serviço Social de Pernambuco, as monografias das estudantes da ESS/PE e os jornais, bem como estudos secundários já produzidos sobre o tema. A pesquisa está fundamentada nas determinações teórico-metodológicas propiciadas pela literatura do Serviço Social vinculada à perspectiva marxista. O estudo aponta que a ESS/PE se tornou uma organização necessária para o estado, apresentando-se como tentativa de resposta à sociedade que necessitava de uma profissional especializada para lidar com os problemas sociais e salientasse o reajustamento das famílias, contingentes esses provenientes do êxodo rural, fluxos migratórios vindos do interior, que se viam forçados a vir para a capital em busca de melhores condições de vida. Nessa ótica, constata-se que as assistentes sociais em formação intervinham na formação moral e educacional das famílias populares, direcionando o ajustamento, principalmente, para a figura da mulher, na tentativa de reiterar a sua função social como mãe harmoniosa e educadora da prole. A discussão acerca da categoria de gênero se torna imprescindível nesse trabalho para se compreender o Serviço Social e sua constituição como um espaço feminino, tal qual o seu público usuário. O presente estudo, além de fornecer elementos da conjuntura pernambucana da década de 1940, contribui para o aprofundamento sobre a história do Serviço Social em Pernambuco e suas particularidades.

Palavras-chaves: Serviço Social. Pernambuco. Formação profissional na década de 1940. Família. Problemas Sociais.

ABSTRACT

This work sought to discuss family's centrality in professional qualification in Social Work in Pernambuco, in the 1940s. It broaches the first Social Work educational institution in the Brazilian Northeast, which had the purpose to qualify professionals specialized in intervention and solving the prevalent social issues of that period, acting, mostly, with children and teenagers in situations considered as delinquency, women at odds with the law, workers' families in extreme poverty situations and mothering women with difficulties at educating and providing for their children. It seeks to present the particularities of the formation of Social Work as a mostly female profession and had in the family of the worker class, more specifically in the figures of women and children, the target audience for the intervention. Thus, the social problems reported in families in the capital of Pernambuco and the proposed actions to ensure the social adjustment of the family institution to the needs arising from the process of urbanization and industrialization are analyzed. Regarding the methodology, we dedicated ourselves to documentary research supported by primary data, such as the collection of the Social Work School of Pernambuco (ESS / PE) and the course completion works produced by the students of this institution, newspapers and theme related secondary studies already produced as well. The research is based on the theoretical-methodological determinations provided by the Social Work literature linked to the Marxist perspective. The study points out that the ESS / PE became a necessary organization in the state, presenting itself as an attempt to respond to society as it needed a specialized professional to deal with social problems, ensuring the readjustment of families, contingents from the rural exodus, migration flows from the interior, which were forced to come to the capital in search of better living conditions. From this point of view, it was found that training social workers intervened mainly in the moral and educational formation of proletarian families, directing the adjustment, mainly, to the female figure, in an attempt to reiterate their social function as harmonious mother and educator of the offspring. The discussion about gender category became essential in this work to understand the Social Work and its constitution as a female space, as well as its target audience. This study, besides providing elements of the Pernambuco conjuncture in the 1940s, contributes to the deepening of Social Work history in Pernambuco and its particularities.

Keywords: Social Work. Pernambuco. Professional qualification in the 1940s. Family. Social problems.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 – A fundação da primeira Liga Social Contra o Mucambo
Imagem 2 - Foto que retrata a Primeira Turma de Serviço Social (Margarida Ferreira, Maria Luiza Ferreira, Maria Josefina (Josephina) Rabelo Albano e Irene Tavares de Sá), com o Ministro Gustavo Capanema e o Prof. Alceu Amoroso Lima – 194073
Imagem 3 – Fotografia da fachada principal da Escola de Serviço Social de Pernambuco96
Imagem 4 – Fotografia uma das entradas laterais da ESS/PE
Imagem 5 – Fotografia de uma sala de aula vazia da ESS/PE
Imagem 6 – Fotografia de uma de sala de aula em atividade
imagem 7 – Fotografia da biblioteca da ESS/PE
Imagem 8 – Alunas em momento de estudos na biblioteca da Escola de Pernambuco99
Imagem 9 – Fotografia da Secretaria da ESS/PE
Imagem 10 – Fotografias da sala dos professores e da Secretaria ESS/PE, cômodos vinculados
Imagem 11 – Fotografias de alunas da primeira turma da ESS/PE, que se tornaram diretoras e docentes no decorrer dos anos 1940 e as primeiras assistentes sociais em atuação em Pernambuco. De nomes: 2) Maria de Lourdes Almeida de Moraes e 3) Maria Dolores Cruz Coelho
Imagem 12 – Fotografia de Maria Hermina de Lyra, aluna da turma de 1943, que se tornou assistente social no ano de 1954
Imagem 13 – Fotografia de Maria da Glória Andrade Lima, primeira assistente social de Pernambuco formada pela ESS/PE, em 1946
Imagem 14 – Fotografia de Evany Gomes de Matos Mendonça, discente da turma de 1946 da ESS/PE, que se tornou assistente social no ano de 1956. Personalidade atuante no ensino técnico e prático da Escola de Pernambuco.
Imagem 15 – Fotografia que retrata alunas trabalhando na Agência de Serviço Social Familiar, localizada nas dependências da ESS/PE.

LISTA DE SIGLAS

CEAS Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo

CPDOC Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

DASP Departamento Administrativo do Serviço Público

DNCr Departamento Nacional da Criança

DRAS Diretoria de Reeducação e Assistência Social

DSA Departamento de Saúde e Assistência de Pernambuco

ESS/PE Escola de Serviço Social de Pernambuco

ESS/SP Escola de Serviço Social de São Paulo

GAS Grupo de Ação Social

IMIP Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira

IS/RJ Instituto Social do Rio de Janeiro

ISS/SP Instituto de Serviço Social de São Paulo

LBA Legião Brasileira de Assistência

LSCM Liga Social Contra o Mocambo

MES Ministério da Educação e Saúde

PSD Partido Social Democrático

PIBIC Programa de Iniciação Científica

SAM Serviço de Assistência a Menores

SSCM Serviço Social contra o Mocambo

TCC Trabalho de Conclusão de Curso

UFPE Universidade Federal de Pernambuco

UFRPE Universidade Federal Rural de Pernambuco

FUNDAJ Fundação Joaquim Nabuco

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO
2 A CONFIGURAÇÃO DA CONJUNTURA PERNAMBUCANA NA DÉCADA DE 1940: ASPECTOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS E SOCIAIS21
2. 1 O INÍCIO DO SÉCULO XX NA CAPITAL PERNAMBUCANA21
2. 2 O ESTADO NOVO E A INTERVENTORIA DE AGAMENON MAGALHÃES25
2. 3 A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA PÓS ESTADO NOVO EM PERNAMBUCO40
2. 4 ASPECTOS SOCIAIS E A FAMÍLIA NOS ANOS DE 1930 E 194043
2. 4. 1 Familismo: a ideia de família e a missão social da mulher43
2. 4. 2 Estado Novo, Igreja e iniciativas de assistência à família46
3 UMA [RE]LEITURA DA HISTÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL PELA MARCA DO GÊNERO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL51
3. 1 O SURGIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL COMO PROFISSÃO DE INTERVENÇÃO NAS MANIFESTAÇÕES DA QUESTÃO SOCIAL51
3. 2 A AÇÃO SOCIAL CATÓLICA COMO IMPULSIONADORA DA ORIGEM DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO53
3. 3 O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO E AS PRIMEIRAS ESCOLAS DO PAÍS57
3. 3. 1 A Escola de Serviço Social de São Paulo (ESS/SP): a primeira instituição de ensino no Brasil
3. 3. 2 O Instituto Social do Rio de Janeiro (IS/RJ): segunda escola de Serviço Social do Brasil
3. 3. 3 Instituto de Serviço Social (ISS/SP): terceira escola brasileira e a primeira direcionada ao público masculino
3. 3. 4 A formação do Serviço Social nas décadas de 1930 e 1940 e as influências Franco-Belga e Norte-Americana
3. 4 A MARCA DO GÊNERO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL E NO PÚBLICO USUÁRIO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO79
4 A EMERGÊNCIA DO SERVIÇO SOCIAL EM PERNAMBUCO E A CENTRALIDADE DA FAMÍLIA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DAS ASSISTENTES SOCIAIS DO ESTADO85
4. 1 A TRAJETÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL EM PERNAMBUCO E AS PARTICULARIDADES DA PRIMEIRA ESCOLA DO NORDESTE: A ESS/PE

4. 1. 1 A Escola de Serviço Social de Pernambuco: a primeira do Nordeste
4. 1. 2 As primeiras turmas da Escola de Serviço Social de Pernambuco da década de 1940
4. 1. 3 Os aspectos históricos do programa curricular da ESS/PE e da prática do Serviço Social nos anos de 1940
4. 1. 3. 1 A prática do Serviço Social em Pernambuco nos anos 1940
4. 2 OS PROBLEMAS SOCIAIS DAS FAMÍLIAS NA PERSPECTIVA DAS ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL DAS TURMAS DE 1940
4. 2. 1 Serviço Social no âmbito Judicial: os problemas sociais de famílias, mulheres, crianças e jovens pela prática das assistentes sociais em formação
4. 2. 2 Serviço Social no âmbito da Assistência Social: os problemas sociais de famílias, mulheres, crianças e jovens pela atuação das assistentes sociais em formação
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS131
REFERÊNCIAS135
ANEXO A – Regulamento da ESS/PE de 1941
ANEXO B – Relação das alunas matriculadas na primeira turma de 1940
ANEXO C – Histórico Escolar de Maria Glória de Andrade Lima
ANEXO D – Agência Familiar de Serviço Social da ESS/PE
ANEXO E – Históricos Escolares das estudantes da década de 1940 que tiveram as monografias selecionadas

1 INTRODUÇÃO

As questões que permeiam esta pesquisa se iniciaram na graduação em Serviço Social da UFPE, juntamente com os estudos desenvolvidos na especialização em Gênero e Políticas Públicas, do Programa de Pós-graduação em Antropologia da UFPE, que aguçaram o desejo de aprofundar, na graduação em andamento, pesquisas direcionadas à história do Serviço Social em Pernambuco e sua constituição como uma profissão de mulheres. Foram alcançados os primeiros resultados a partir da construção do trabalho de conclusão de curso, intitulado *As pioneiras do Serviço Social de Pernambuco e a marca do gênero na formação profissional* (1940 – 1946), concluído no ano de 2019.

A proposta da temática para o trabalho monográfico e o direcionamento dado para o projeto de pesquisa do mestrado, ambos no departamento de Serviço Social da UFPE, tiveram como ponto de partida os estudos das disciplinas ofertadas no curso de graduação, no qual se obteve o embasamento sobre a institucionalização, a consolidação e a renovação da profissão no Brasil, porém centrados nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Então, a debilidade na história regional nos inquietou a conhecer as particularidades e dimensões do processo formativo do Serviço Social em Pernambuco, um tema, na época, pouco discutido em sala de aula. Logo, a escolha da temática também está amplamente ligada a primeira formação acadêmica, Licenciatura em História pela UFRPE, pois sempre se teve a preocupação de aprofundar a historiografia local como forma de dar visibilidade e de suscitar novos sujeitos e objetos históricos de análise.

Foi possível iniciar os estudos sobre o surgimento do Serviço Social em Pernambuco e sua constituição como uma profissão feminina na experiência discente de bolsista do programa de Iniciação Científica (PIBIC). A partir dos projetos "O "Masculino" marginalizado? O que as mulheres têm a dizer sobre a inserção/permanência de homens em formação no Serviço Social" e "Para pensar a inserção de homens no Serviço Social em Pernambuco: o que revelam as memórias de docentes e pesquisadoras(es) na área"¹, orientados pela professora Vívian Matias dos Santos, atentamos para uma pesquisa bibliográfica e documental que nos fez ter os primeiros direcionamentos sobre a história da profissão no estado. Mais uma vez foi percebido que, ao longo da graduação, temos uma lacuna no acúmulo sobre a formação sócio-histórica e política no período do surgimento e institucionalização do Serviço Social em Pernambuco e as

¹ Projetos fomentados pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESQ/CNPq). Essas pesquisas foram desenvolvidas pela aluna e sua orientadora, integrantes do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero, Ciências e Culturas (HYPATIA), vinculado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco.

questões centrais que estavam presentes na criação da formação profissional e suas dimensões. Esses apontamentos suscitaram o interesse em aprofundar estudos sobre as tendências do Serviço Social em Pernambuco na década de seu surgimento no estado.

Netto (2016) reforça a relevância de estudos que particularizam o percurso histórico do Serviço Social, estudos localizados e particulares acerca de fundação de escolas, de área de intervenção profissional, de instituições demandantes de assistentes sociais. Netto também avalia o empenho na recuperação e preservação da memória e história do Serviço Social e o quanto é importante estimular tais estudos, "[...] uma vez que o acervo assim acumulado haverá de ser uma fonte de relevância para a reconstrução analítica de que resultarão histórias da profissão" (2016, p. 53).

Então, esta dissertação se inscreve nesses estudos. Tem como objetivo geral: discutir a centralidade da família² na formação profissional em Serviço Social em Pernambuco, na década de 1940. E como objetivos específicos: 1) analisar a conjuntura pernambucana nos anos de 1940, considerando as especificidades da formação sócio-histórica e política do estado e como tais circunstâncias atingiram as famílias, mulheres e crianças da classe trabalhadora; 2) apresentar as particularidades da formação do Serviço Social em Pernambuco como uma profissão predominantemente de mulheres e que teve na família da classe proletária, mais especificamente nas figuras da mulher e criança, o público-alvo para a intervenção das assistentes sociais; 3) analisar os problemas sociais reportados às famílias e as ações propostas para garantir o ajustamento social da instituição familiar às necessidades decorrentes do processo de urbanização e industrialização na capital pernambucana.

Sendo assim, o recorte temporal se configura na década de 1940, decênio que traça a emergência e a institucionalização do ensino e da formação profissional em Pernambuco, suscitando o aparecimento das primeiras assistentes sociais do estado e suas atuações na gestão e docência da Escola de Serviço Social de Pernambuco (ESS/PE), como na intervenção sobre os problemas sociais da época vivenciados pelas famílias, mulheres e crianças pernambucanas das classes populares.

Partilhamos da mesma concepção que uma importante referência do Serviço Social brasileiro, Dra. Marilda Villela Iamamoto (2017, p. 21), segundo a qual:

² O que se diz por "centralidade da família" nesta dissertação não se refere à adoção corrente na Política Nacional de Assistência Social – PNAS, de 2004, mas sim ao público-alvo das intervenções das assistentes sociais da capital pernambucana na década de 1940, que atuavam, principalmente, com as crianças e adolescentes em situações consideradas de delinquência, mulheres com divergências com as leis, famílias de trabalhadores em situação de extrema pobreza e mulheres mães, com dificuldades na educação e provimento dos filhos, objetivando, assim, o disciplinamento da instituição familiar à sociedade vigente.

O pressuposto da análise é que a história da sociedade é o terreno privilegiado para apreender as particularidades do Serviço Social: seu modo de atuar e de pensar incorporados ao longo de seu desenvolvimento. Sendo um *produto sócio-histórico*, a profissão adquire sentido e inteligibilidade na dinâmica societária da qual é parte e expressão.

A partir da análise de Iamamoto (2017), podemos entender que a formação profissional em Serviço Social vem com um entendimento dos contornos sócio-históricos nos quais estava inserida. Assim, as discussões históricas tornam-se palco para a visualização das especificidades políticas e de atuação do Serviço Social, profissão que, na década de 1940, está vinculada aos ideais de controle social e ajustamento social das classes trabalhadoras, como particularidades inerentes ao campo profissional, ligados ao projeto societário dominante do período.

Portanto, a presente dissertação está fundamentada nas determinações teóricometodológicas propiciadas pela literatura do Serviço Social vinculada à perspectiva marxista, principalmente em Carvalho e Iamamoto (2014), Iamamoto (2004, 2014, 2017), Ortiz (2010), Carvalho (1980), Cisne (2015), Martinelli (2010) e Pastorini (2004).

A discussão da categoria de gênero foi necessária para a dissertação, pois nos permitiu compreender que o Serviço Social foi se constituindo como um espaço predominantemente feminino, associado aos papéis conservadores cobrados à mulher, ao mesmo tempo que atuava no ajustamento dos indivíduos e suas famílias. Autores como Cisne (2015), Torres (2002), Souza e Veloso (2015) e Scott (1991) trazem esse debate para ser aprofundado com o surgimento do Serviço Social no Brasil.

O caminho metodológico para a realização da dissertação estruturou-se na pesquisa bibliográfica e documental.

Conforme aponta Fonseca,

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos [...]. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto (2002, p. 32).

Então, a partir da perspectiva bibliográfica, tivemos como referências Vieira (1992), Padilha (2008), Gomes (1987), Bernardes (2006), Lyra (1985; 1990), Moraes (1990; 2002), Mendonça (2002), dissertações, teses, artigos em periódicos e entrevistas que se debruçaram sobre as dimensões e tendências da história do Serviço Social em Pernambuco. Essas obras

foram importantes no fornecimento de elementos para a presente dissertação e também ratificaram a necessidade de aprofundamento dos estudos sobre a temática ligada aos fundamentos e à história da profissão no estado.

No que concerne ao estudo documental, está sustentado em dados primários, como:

- 1) O *Acervo da Escola de Serviço Social de Pernambuco (ESS/PE)*, disponível no Memorial Denis Bernardes, na Biblioteca Central da Universidade Federal de Pernambuco. Foram utilizados variados documentos, como Estatutos e Regimentos da Escola de Pernambuco; Relatórios anuais, de 1946 a 1959; Relatório da comissão verificadora, de 1955; Históricos Escolares das estudantes das turmas da década de 1940; Lista da relação das alunas matriculadas na ESS/PE; e documentos aleatórios com informações sobre o funcionamento da Escola, a formação profissional e os espaços ocupacionais da década de 1940 e 1950. Os documentos estão dispostos em 23 caixas enumeradas, mas não catalogadas, o que dificultou o acesso e a pesquisa, tendo sido necessário um trabalho minucioso pela busca do material.
- 2) Os *Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC)* produzidos pelas estudantes da Escola de Serviço Social de Pernambuco, disponíveis e catalogados pela Biblioteca do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da UFPE, como Obras Raras³. As monografias selecionadas para compor o estudo foram elaboradas como trabalhos finais de alunas que iniciaram sua formação profissional nas turmas da década de 1940 e que trazem nos títulos palavras-chaves relacionadas às atuações das estudantes com a reabilitação de casos sociais com a família, mulheres, e a infância, maioria do público usuário do Serviço Social.
- 3) O uso de jornais, tendo como selecionados o *Jornal do Commercio*, *Folha da Manhã*, *Diário da Manhã* e *Diário de Pernambuco*, que se encontram na Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), virtualmente digitalizados no site da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e no Acervo da Escola de Serviço Social de Pernambuco. Foram utilizados como um instrumento que possibilita a complementação, tanto dos estudos sobre a formação sócio-histórica e política do estado de Pernambuco no recorte temporal do trabalho, quanto do entendimento da emergência e institucionalização do Serviço Social em Pernambuco, por se tratar de um meio de comunicação da época.

³ Obras raras são designadas por suas características físicas ou de conteúdo, representando documentos únicos, escassos, inéditos e preciosos, com significado histórico e/ou intelectual. A obra rara tem um tratamento diferenciado, merecendo um cuidado maior quanto à segurança do acervo onde está depositada. São valiosas por transmitir informações e novas visões de mundo (tanto literárias como científicas), ou seja, um documento verdadeiro do desenvolvimento cultural e social da humanidade (SANT'ANA, Rizio Bruno. Critérios para a definição de obras raras. **Rev. Online Bibl. Prof. Joel Martins**, Campinas, v. 2, n. 3, p.1 – 18, jun., 2001. Disponível em: < http://www.bibliotecapublica.mg.gov.br/files/Criterios_para_definiao_de_obras_raras.pdf>. Acesso em 03 out. 2016).

A dissertação está estruturada em três capítulos. O primeiro, de título *A CONFIGURAÇÃO DA CONJUNTURA PERNAMBUCANA NA DÉCADA DE 1940: ASPECTOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS E SOCIAIS*, aborda a realidade histórica de Pernambuco no início do século XX, tendo como lócus a cidade do Recife, capital mais desenvolvida no Nordeste. Apresenta-se a industrialização e a modernização urbano-social que perpassam esse espaço, bem como os problemas sociais das classes populares propiciados por essas transformações. Analisa basicamente as novas relações sociais e políticas provenientes do período do Estado Novo e das propostas de governo de Agamenon Magalhães em Pernambuco, ligadas a setores prioritários como a educação, assistência e habitação. Findamos o capítulo apresentando os aspectos da família, como a instituição social mais importante para a atuação das políticas do Estado interventor. São aspectos reveladores que apresentam e estimulam o decorrer dos estudos nos capítulos subsequentes. Este capítulo foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica de autores consagrados na temática como Barros (1985), Medeiros (1995), Melo (1978), Pandolfi (1984), Perruci (1974), Rezende (2002), Singer (1977), dentre outros.

O capítulo segundo, intitulado UMA [RE]LEITURA DA HISTÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL PELA MARCA DO GÊNERO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL, volta-se para uma reconstrução histórica do Serviço Social no Brasil por meio de literaturas pouco trabalhadas pela categoria, como Lima (1982) e Yasbek⁴ (1977), que trazem uma análise da Igreja e da Ação Social Católica como impulsionadoras da origem do Serviço Social brasileiro, forte aliado do Estado intervencionista da época. Nesse contexto, analisa-se a fundação das três primeiras Escolas de Serviço Social do país, tendo os estados de São Paulo e Rio de Janeiro como pioneiros na formação profissional. Além disso, pauta-se o debate acerca da marca do gênero na formação em Serviço Social, por se constituir majoritariamente como um espaço feminino, tanto em sua profissionalização quanto em seu público usuário.

O capítulo terceiro, denominado *A EMERGÊNCIA DO SERVIÇO SOCIAL EM PERNAMBUCO E A CENTRALIDADE DA FAMÍLIA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DAS ASSISTENTES SOCIAIS DO ESTADO*, destaca o processo formativo do Serviço Social em Pernambuco, com suas particularidades regionais, bem como a fundação da Escola de Serviço Social de Pernambuco (ESS/PE) em 06 de maio de 1940, a primeira instituição do Nordeste. Além de apresentar as alunas das turmas da década inicial da Escola, estuda os aspectos

-

⁴ Yasbek (1977) é a dissertação de mestrado de Maria Carmelita Yazbek, que nessa obra seu sobrenome está escrito com a letra S. Então, é trazida na presente dissertação o nome da autora como se encontra na referência do seu trabalho.

curriculares da instituição de ensino e a prática do Serviço Social no decênio do seu surgimento. Ao final, analisam-se os problemas sociais reportados às famílias e as ações propostas para garantir o ajustamento social da instituição familiar às necessidades decorrentes do processo de urbanização e industrialização na capital pernambucana. A análise foi realizada com base na perspectiva das assistentes sociais em formação da ESS/PE, que compuseram as turmas dos anos 1940.

Em suma, esperamos que o estudo contribua para os fundamentos e a história da profissão na área do conhecimento do Serviço Social, sendo relevante para o processo de renovação, principalmente por fazer parte de um trabalho desenvolvido para destacar a trajetória da profissão no estado. Além de impulsionar as comemorações dos 80 anos do Serviço Social em Pernambuco, a serem completados no próximo ano, em 2020.

2 A CONFIGURAÇÃO DA CONJUNTURA PERNAMBUCANA NA DÉCADA DE 1940: ASPECTOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS E SOCIAIS

2. 1 O INÍCIO DO SÉCULO XX NA CAPITAL PERNAMBUCANA

Quando delimitamos um recorte temporal em uma pesquisa temos o objetivo de nos organizar materialmente para o lócus, no entanto expomos a importância da abordagem de fatos históricos anteriores para, assim, apresentar os caminhos historiográficos que iremos traçar.

O tempo histórico desse trabalho abarca a sociedade pernambucana da década de 1940, mas abordar o passado não é algo petrificado. Como define Rezende (2002), ao voltarmos ao passado, não podemos fugir da especificidade regional, principalmente para que esse diálogo entre os tempos históricos se aprofunde. Então, será de tamanha importância sintetizar o que foram as três primeiras décadas do século XX, na capital pernambucana, antes de abarcar a conjuntura dos anos de 1940.

As primeiras décadas do século XX foram compostas de experiências de modernização importantes, ligadas às mudanças que vieram com a expansão das práticas capitalistas no Brasil. Recife, capital de maior desenvolvimento do norte-nordeste, não estava ausente de tais mudanças, pois ocorria a retomada do progresso das grandes capitais brasileiras, e neste caso particular, o verdadeiro renascimento econômico e modernização em seu aparato urbano-social.

Segundo Perruci (1978, p. 105)

A primeira República no Nordeste pode ser considerada globalmente como um período de transição caracterizado pela substituição progressiva dos engenhos pelas usinas. Em outros termos, esse período assiste no Nordeste à decadência progressiva da antiga aristocracia da cana-de-açúcar e o nascimento de novos setores ou grupos sociais, baseados no desenvolvimento da capital industrial e financeiro. Isso significa também a retomada do crescimento de grandes cidades como Recife, o que representa nesse caso preciso, um verdadeiro renascimento econômico.

Desde a segunda metade do século XIX, importantes transformações tecnológicas e sociais ocorriam na zona de produção açucareira, no Nordeste. Primeiro, com o espraiamento dos engenhos a vapor e depois com as usinas, que mudaram toda situação da economia açucareira, "base material da vida regional" (PERRUCI, 1974, 577), transformando muitas das relações sociais vigentes no campo, acelerando a proletarização do morador ou expulsando partes deles para as cidades. Paul Singer relacionou o aparecimento das indústrias no Recife

com o desenvolvimento do moderno parque usineiro (industrialização do açúcar) desde que este contribuiu principalmente para "expulsar do campo levas de trabalhadores que iriam constituir", na capital, "um verdadeiro exército industrial de reserva" (1977, p. 308). Tais transformações esclarecem o crescimento da população do Recife, que na classificação de Mário Melo (1978), equivale a um crescimento "acelerado ou mesmo explosivo", no século XX.

Segundo Perruci (1974), é notória a percepção do crescimento demográfico do Recife, do aumento dos seus "equipamentos urbanos" e da instituição de novas relações sociais, políticas e econômicas provenientes da nova conjuntura. Consequentemente, Recife passou a ser o centro da nova burguesia urbana que impulsionou quase todas as mudanças da região.

A capital pernambucana tornou-se a cidade mais importante no norte-nordeste desde a época colonial, que estendeu a sua influência às áreas circunvizinhas, tanto àquelas que constituíram o estado de Pernambuco quanto às de outros estados do Nordeste atual. No século XIX, essa polarização foi favorecida pela implantação das estradas de ferro, muitas delas interligando as áreas produtoras interioranas ao Porto do Recife, em vez de ligá-las às suas respectivas capitais. A hegemonia recifense se consolidava cada dia mais. A cidade, progressivamente, passou a acolher a produção regional para a exportação, ao mesmo tempo em que fixou a sua posição de principal centro importador, redistribuindo, em seguida, os produtos para a vasta área sob sua influência (BERNARDES, 2013, p. 59).

Os primeiros decênios do século XX são destacáveis pelas propostas de modernização urbana, e um dos detalhes mais considerável será a reconstrução do porto do Recife, a partir de 1909. As reformas prioritárias são efetuadas em torno dos bairros comerciais, em destaque para o bairro do Recife, como trabalhos de pavimentação de ruas, saneamento e melhorias nos esgotos. "A transformação e o saneamento da cidade estariam como complemento do plano de reconstrução do porto, para assim torná-lo mais acessível ao comércio nacional e estrangeiro" (PERRUCI, 1978, p. 130).

A Primeira República (1889 – 1930), introduziu no Brasil um modelo de federação, onde os governantes dos estados (as antigas provínciais) passaram a ser eleitos pela população, criando uma descentralização e aproximando o governo da população via eleições de presidentes de estados e prefeitos, salientando que essa aproximação se deu com as elites regionais (CARVALHO, 2002).

Na década de 1910, no governo estadual de Dantas Barreto, aconteceu a destacável modernização da estrutura urbana do Recife, com o plano do engenheiro Saturnino de Brito. Na gestão de Sérgio Loreto, entre os anos de 1922 e 1926, os serviços de higiene e saúde pública

ganharam uma dinâmica importante. Com a nomeação de Amaury de Medeiros, médico sanitarista, para diretor do Departamento de Saúde e Assistência de Pernambuco (DSA), ocorreu a reformulação do sistema de atendimento médico no Recife e no interior. Além disso, remodelou o Hospital de doenças nervosas e mentais (o Hospital da Tamarineira), e a partir desse momento, segundo Rezende (2002, p. 95), o doente mental passou a ter um tratamento diferenciado. Também foi no período do governo de Sérgio Loreto que o processo de urbanização da praia de Boa Viagem ocorreu. "A cidade expandia-se para outras áreas, buscando novas formas de lazer, seguindo modelos externos" (REZENDE, 2002, p 95).

As obras de reformas do porto do Recife somente foram finalizadas em 1924, na administração de Sérgio Loreto, governador que se destacou no período devido a suas iniciativas modernizadoras para a cidade. Conforme Arraes (2011, p. 118), o poder público atuou como "agente da modernidade", agindo para "salvar" o Recife do atraso em que se encontrava e enquadrá-lo nos mecanismos e exigências dos novos tempos. E nenhum lugar melhor para começar a modernização que a principal porta de entrada da cidade: o cais do porto.

Para Rezende (2002, p. 95 – 96),

[...] as elites governantes procuravam efetivar esse desejo de modernização, tão presente nas grandes cidades da época, redimensionando os espaços urbanos, multiplicando os lugares possíveis para a expansão do capital. Nem todos aceitavam ou usufruíam das reformas urbanas. Essa dinâmica da formação das cidades, seus projetos de modernização não são, apenas, "civilizatórios" ou "urbanísticos", mas expressam conflitos que desenvolvem nos seus cotidianos, vinculados também a uma luta dos desfavorecidos por melhores condições de vida e de trabalho. A cidade é o cenário maior dessas lutas.

Ainda no mandato de Loreto, foram construídas novas ruas, avenidas, praças e parques. Esse ímpeto reformista que alcançava o centro e a periferia recifense possuía o duplo objetivo de oferecer passagem aos automóveis particulares e transformar em vias de concreto os antigos mangues e alagadiços, tão prejudiciais à saúde pública, segundo o pensamento higienista da época (ARRAES, 2011, p. 119).

Sumariamente, Perruci (1974, p. 579) elenca algumas das principais reformas relacionadas à modernização urbanística a que a capital pernambucana foi submetida durante o final do século XIX e o início do século XX:

Apresentamos aqui [...] a cronologia da instalação de alguns equipamentos modernos em Recife: 1846 - abastecimento de água canalizada; 1858 - inauguração do trecho Recife-Cabo da estrada de ferro Recife-São Francisco;

1870 - inauguração da estrada de ferro Recife-Olinda-Beberibe; 1871 - início dos serviços de bondes de tração animal, instalados pela Pernambuco *Street Railway Company*; 1873 - serviço telegráfico; 1874 - serviço telegráfico submarino, em ligação com a Europa; 1881 - serviço telefônico manual; 1885 - inauguração do trecho Recife-Moreno da "Estrada de Ferro Central de Pernambuco"; 1905 - inícios da reforma urbana; 1909 - inícios das obras do porto; 1914 - inauguração do serviço de bondes elétricos; 1915 - nova rede de esgotos; 1924 - inauguração do novo porto; 1925 - inauguração do tráfego aéreo entre Recife-Rio-Buenos Aires; 1927 - serviço telefônico automático.

A construção de uma cidade moderna, não somente estava relacionada à melhoria da infraestrutura urbana, com o fornecimento de água e luz elétrica, mas também aos avanços dos centros acadêmicos, hospitalares e comerciais, nos quais os serviços já atendiam não só a capital como as demais regiões.

Souza Barros (1985) abordou como se configuraram tais avanços no ensino superior, o aparecimento de novas Escolas e Faculdades no Recife, entre os primeiros decênios do século XX. Sinteticamente, o autor registrou que, na capital, em 10 de maio de 1903, foi fundada a Escola de Farmácia; a Escola de Medicina, em 1915. Em 1913, a primeira Escola Superior de Agricultura e Veterinária, no município de Olinda. Em 1920, fundou-se o curso de Química junto à Escola de Engenharia, que já possuía uma tradição no estado. Em 1932, a Escola de Belas Artes do Recife foi inaugurada, e aproximadamente em 1936, transformou-se na Escola de Arquitetura, que "fora antes apenas um dos seus cursos". "Iniciativa realmente pioneira de Pernambuco é a criação, em fins do ano de 1931, da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, pois apareceu antes dos cursos de Filosofia de âmbito federal" (BARROS, 1985, p. 199 – 201).

Com todas essas mudanças, relacionadas à infraestrutura urbana, serviços nas cidades, formação educacional, o cenário urbano recifense registrava sinais de inquietações. Os bondes, os automóveis, o telefone, modificaram as relações entre o público e o privado. A convivência da modernização com a tradição não era pacífica, causava impactos, admirações, receios (REZENDE, 2002, p. 102). Enfim, aflorava-se todo o tipo de sentimento.

O Recife compreendia uma população de 113 mil habitantes, em 1900; passou para aproximadamente 239 mil, nos anos de 1920, segundo o cômputo censitário. O censo seguinte foi elaborado em 1940, quando o dado se elevou para perto de 350 mil habitantes, o que representou um acréscimo de cerca de 46% da população em vinte anos (MELO, 1978, p. 120; SINGER, 1977, p. 329). A busca por viver em ambientes urbanos crescia, mas no caso do Recife, o crescimento demográfico não está diretamente ligado às atividades econômicas urbanas, e sim, principalmente, ao fator dos fluxos migratórios provenientes da zona da mata,

devido à decomposição do "complexo rural" açucareiro, provocado pela penetração monopolizante da usina no ramo (SINGER, 1977, p. 336).

A implantação das usinas, a seca no sertão, o latifúndio devorador, promoviam o êxodo crescente de trabalhadores para a capital. As indústrias agiam como atrativo. Recife crescia desordenadamente, e não oferecia nem condições estruturais nem geográficas que comportassem essa invasão, questão de ocupação de espaço. Sem emprego fixo, os migrantes eram obrigados a levantar um mocambo num local úmido, perto de algum manguezal que lhes serviria de fonte de alimentos, e ao conseguir um trabalho este não lhe daria uma estabilidade financeira para pagar uma casa de alvenaria em outro espaço (GOMINHO, 1993, p. 38).

2. 2 O ESTADO NOVO E A INTERVENTORIA DE AGAMENON MAGALHÃES

As décadas de 1930 e 1940, foram marcadas por um período de grande agitação mundial, diversos conflitos políticos e crises econômicas ocorreram internacionalmente, como a Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945) e o surgimento em nações europeias de uma política direcionada a movimentos totalitários⁶. Toda essa turbulência influenciou diretamente o Brasil, que entrou, nos anos de 1930, numa tendência de políticas econômicas nacionalistas, que vai até os anos de 1945.

Segundo Ianni (1971), nesse período, o Estado passou a intervir de forma cada vez mais decisiva no conjunto da economia. Em grande parte, a reorganização administrativa foi resposta aos problemas imediatos, gerados por crises econômicas e políticas, como foi no caso do governo de Getúlio Vargas, no Governo Provisório (1930 – 1934), no Governo Constitucionalista (1934 – 1937) e no Estado Novo (1937 – 1945) (IANNI, 1971 apud KATO, 1973, p.1).

Conforme Kato,

-

⁵ "Complexo rural" é o conjunto de atividades de mercado e de subsistência, que caracteriza nossa agricultura desde os tempos coloniais. Tem implicações de relações do tipo servil. Em essência, o trabalhador podia dispor de parte da terra para atividades de subsistência desde que produzisse cana para o engenho. Com a vinda das usinas a situação se modificou, pois, a usina é uma fábrica de açúcar, com um investimento complementar na produção (agrícola) da matéria-prima. Muito mais racional é assalariar os trabalhadores e utilizar as áreas, antes ocupadas com culturas de subsistência, para plantar cana. Outro ponto crucial da usina é que o processo de industrialização da cana absorve uma quantidade limitada de mão-de-obra (SINGER, 1977, p.332 – 334).

⁶ Estão relacionados a regimes de governo de caráter totalitário, denominado de Totalitarismo, o que vem a ser um sistema político determinado pelo controle absoluto de um indivíduo ou por um partido único que representa o Estado de um país. Regimes totalitários são regidos por um sistema militarista, versada em uma propaganda ideológica de doutrinação, centralização do poder e pela censura.

Neste momento, o sistema econômico diversificou-se e surgiram novos grupos sociais e políticos que impuseram reformas na estrutura político-administrativa. Concomitantemente à intervenção estatal, esboçaram-se os primeiros traços de uma tecnoestrutura oficial [...]. O planejamento a serviço de uma política econômica, parece ter sido adotado no Brasil [...]. Neste momento, as decisões de caráter econômico-financeiro dependeram, de forma acentuada, da interferência planificada do Estado (1973, p. 1).

É perceptível a predominância do princípio de que o Estado deveria ter qualidades superiores às dos indivíduos e às da sociedade. Foi em meio a essa ideologia que surgiu o Estado Novo no Brasil (1937 – 1945), que conforme Garcia (1982), pode ser compreendido como um momento político no Brasil caracterizado pela expansão do modo capitalista de produção, com suas derivações políticas e ideológicas e uma estratégia para a contenção dos movimentos populares. Segundo Rocha (1989), representou uma saída para a crise de hegemonia instaurada no país desde a Revolução de 30.

De acordo com Santos (2016), é desse modo que o Estado moderno se constitui e é parte essencial para a manutenção do sistema sociometabólico do capital. Com isso, foi instaurado um novo modo de acumulação voltado para o mercado interno e com grande enfoque no setor secundário, tendência essa manifestada desde o movimento de 1930.

Com a Revolução de 1930⁷, Getúlio Vargas tornou-se Chefe do Governo e a partir daí instituiu interventorias nos estados brasileiros. Ele assumiu em 3 de novembro de 1930, em caráter provisório, até 1934, mesmo ano que promulgou a terceira Constituição Brasileira, que incorporou a garantia do voto universal e secreto, também estendido às mulheres; incluiu a justiça trabalhista, pluralidade sindical, dentre outras disposições (COSTA, 2011). Mas, após três anos, Vargas mudou o percurso da política novamente e implantou o Estado Novo.

O golpe de 10 de novembro de 1937, a nível nacional, fez ocorrer uma reordenação das forças que haviam assumido o comando do país em 1930. Esse momento ficou também conhecido como a "Era Vargas", que tem como características básicas o fortalecimento do Executivo federal e o consequente controle da vida política do país, marcado por um forte autoritarismo. Como afirmou Rocha (1989, p. 36), "[...] um período ditatorial, altamente centralizador e baseado no culto à personalidade de seus líderes como 'salvador da pátria', que

•

^{7 &}quot;Em 3 de outubro de 1930, o presidente da República, Washington Luís, foi deposto por um movimento dirigido por civis e militares de três estados da federação, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. Terminava assim a Primeira República. (Para maiores informações ver FAUSTO, Boris. A Revolução de 1930: historiografia e história. 10ªed. São Paulo: Brasiliense, 1986).

iram promover a ordem e o progresso, no combate ao comunismo como ideologia estrangeira e belicosa", enfatizando também a união das classes em torno de um plano de interesse nacional.

Ao mesmo tempo em que abolia as tradicionais instituições democráticas, buscava uma maior legitimidade junto aos diversos setores da sociedade, procurando incorporar os diversos grupos sociais, inclusive as camadas populares, ao seu projeto. Ele combinou uma estrutura de poder altamente elitista e excludente com base de sustentação policlassista (PANDOLFI, 1984, p. 43 – 44). O nacionalismo, incitado pelo Estado Novo, foi o principal instrumento de promoção de uma solidariedade nacional, acima das lealdades estaduais (CARVALHO, 2002).

Nesse regime, o governo federal se manifestou, principalmente, na concentração de poderes no Executivo. "Com o fechamento do Congresso e das Assembleias estaduais, transferiu-se ao presidente o poder de legislar, demitir e afastar funcionários civis e militares. Pelo 'estado de emergência' decretado, suspendiam-se direitos políticos e individuais" (GARCIA, 1982, p. 60 – 61).

Segundo Garcia (1982, p. 61), ocorreu um aperfeiçoamento no aparato repressivo, nos órgãos policiais, na censura e também uma reorganização das Forças Armadas, cujo "[...] fortalecimento exigia uma reformulação do sistema de relações entre Estado e sociedade civil que se realizou através da criação de uma estrutura administrativa" hierarquizada, composta por três eixos: a presidência da República, as interventorias controladas pelo DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público) e os órgãos técnicos e burocráticos federais, alguns com poderes normativos e outros desempenhando funções de natureza consultiva.

O Sistema de interventorias, criado após a revolução de 30 e aperfeiçoado com o Estado Novo, era o mecanismo estabelecido para manter o controle dos governos estaduais, para cuja chefia era nomeada pessoas de confiança do Governo Central (os interventores). O DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público), criado em 1938, era um órgão de administração geral. Tinha ramificação em cada estado com função de assessorar os interventores [...]. A articulação entre interventorias e DASP permitia, ao Executivo Federal, exercer o controle absoluto dos estados, que foram transformados em simples divisões administrativas. Com isso, abandonavam-se definitivamente os resquícios do federalismo e dos regionalismos da República Velha (GARCIA, 1982, p. 62 – 63).

Para Garcia (1982, p. 36), o Estado Novo assegurava a unidade da sociedade brasileira garantindo a coesão das classes dominantes, diante de sua abdicação ao exercício do poder em favor de um Estado forte e autoritário, e a submissão das classes subalternas. Permanecendo,

dessa maneira, a neutralização dos conflitos resultantes das transformações sociais, e permitindo estabelecer as condições necessárias à expansão e diversificação das forças produtivas.

Em Pernambuco, Agamenon Magalhães passou a ser o grande nome de que dispunha Getúlio Vargas para implementar os novos rumos da política brasileira no Estado Novo, assumindo o cargo de interventor do estado em 03 de dezembro de 1937 e Novais Filho como prefeito da capital. Ambos governaram durante o período de 1937 a 1945 (COSTA, 2011).

A política pernambucana foi profundamente marcada pela presença de Agamenon Magalhães, que era considerado um dos autênticos construtores do Estado Novo (PANDOLFI, 1984; 2015). "Interventor de confiança de Vargas, mas estava consciente das reais dificuldades em receber recursos financeiros necessários para enfrentar parte dos problemas econômicos e sociais do estado, então, costumava usar a expressão: 'Pernambuco cose-se com as próprias linhas'" (PANDOLFI, 2015, p. 42), para impulsionar a população do estado a investir, junto ao governo, nas iniciativas das melhorias regionais.

Pandolfi (2015), em seu ensaio biógrafo, relata que Agamenon Sérgio de Godói Magalhães era

[...] natural do sertão pernambucano, [...] nasce em Serra Talhada, então Vila Bela, em 5 de novembro de 1983. Filho de magistrado interiorano Sérgio Nunes Magalhães e de Antônia Godói Magalhães. [...] Formando-se aos 24 anos de idade pela Faculdade de Direito de Recife (1912 – 1916), inicia sua carreira profissional como promotor público em São Lourenço da Mata, município do interior pernambucano. Fascinado pela política, permanece no cargo de promotor por apenas um ano, sendo eleito em 1918 deputado estadual (2015, p. 25 – 36).

A partir daí, Agamenon iniciou o seu trajeto na vida política. Em 1930, foi membro atuante da Aliança Liberal e revolucionário. No ano de 1933, tornou-se parlamentar da Assembleia Nacional Constituinte, maior destaque da bancada de Pernambuco. Defendeu o intervencionismo estatal voltado a todas as áreas da vida econômica, política e social. E foi ministro a convite de Vargas, em 1934, antes de assumir oficialmente o cargo de interventor em Pernambuco (PANDOLFI, 2015).

Já em posse de suas atribuições como interventor, Agamenon centralizou todas as decisões sobre questões importantes de Pernambuco em suas mãos, assumindo assim não só o comando administrativo do estado, mas, principalmente, o controle político, construindo e

executando um forte aparelho político-administrativo (ROCHA, 1989). Nesse novo sistema, a composição do pessoal para as secretarias do estado primava por um critério eminentemente político, e as pessoas deveriam ser ligadas ideologicamente ao sistema e, principalmente, ser personalidades locais.

Para Padilha, Agamenon exerceu no estado um aprimoramento do autoritarismo e

[...] buscou doutrinar e estabelecer a hegemonia do poder do Estado sobre a população com um discurso conservador, [...] que buscava o consenso, além de algumas práticas que ele dizia serem voltadas para o bem-estar social do povo. Na realidade, estava comprometido com os interesses da classe dominante daquela época, acreditava na possibilidade de uma cooperação entre capital e trabalho, criando uma máscara que escondia as contradições de interesse entre a classe trabalhadora e a classe dos capitalistas (2008, p. 82).

Pode-se dizer que o governo intervencionista de Agamenon tinha uma política de caráter populista, pela qual buscava ter legitimidade junto à população, se identificando como defensor dos interesses coletivos. Conforme Rocha (1989), o governador tinha um caráter peculiar em sua atuação política: "[...] percebeu como poucos, a necessidade de incorporar as massas populares ao processo político", e "[...] apresentando o Estado como intérprete do pensamento coletivo das ações a serem empreendidas por toda a sociedade para que fosse alcançado o bemestar social, através da ordem e do progresso" (1989, p. 15 – 16).

Além de contar na sua administração com a efetiva colaboração do poder central, Agamenon estabeleceu de imediato vínculo forte entre a interventoria e a Igreja Católica, que era uma instituição de destaque pela grande penetração popular, e esse pacto "[...] concretizouse sob a forma de uma nova 'ordem simbólica', cristã, que tinha como objetivo legitimar o novo regime junto às massas" (ALMEIDA, 2001, p. 96), e também por meio da influência da sua doutrina social, por intermédio das encíclicas, que buscava acalentar os conflitos reais entre os trabalhadores e a classe patronal (MÉLO FILHO, 2006).

A mesma preocupação em colocar pessoas comprometidas politicamente com a nova ordem estende-se para todos os órgãos administrativos e entidades classistas importantes, pois, é nesse sentido que o Estado, através das associações, entidades e sindicatos, tentava mobilizar os diversos segmentos da sociedade, mobilização essa controlada e orientada para atender aos interesses específicos da própria interventoria (PANDOLFI, 1984, p. 48 – 54).

Essa postura de Agamenon Magalhães, "[...] consistia em um instrumento de dominação de classe, pois, buscava impedir que as classes subalternas se tornassem conscientes de sua posição social e de seus reais interesses" (ROCHA, 1989 p. 123).

No projeto ideológico estadonovista, cujo objetivo principal era conseguir uma grande legitimidade através de uma ampla doutrinação política, os meios de comunicação, principalmente a imprensa, tiveram uma função bastante considerável e o esquema de divulgação das propostas de intervenções de Agamenon Magalhães e suas realizações foram constantemente publicizados em periódicos da época (PANDOLFI, 2015; ALMEIDA, 2001). "O tratamento dado à imprensa era um exemplo vivo da centralidade e do autoritarismo do regime político vigente no país" (PANDOLFI, 2015, p. 73). Essas parcerias evidenciavam quase sempre a proteção do Estado e dos seus representantes, objetivando tanto a divulgação dos atos do Estado e a doutrinação, como o controle de parte da população que viesse a levantarse contra o regime (MOURA, 2010). Segundo Gominho (2011), a imprensa se submetia à censura do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)⁸ e usava seus meios para cooperar com o Estado.

Logo após assumir a interventoria, Agamenon Magalhães apresentou algumas propostas de governo, que o mesmo julgou necessárias para solução dos problemas relacionados aos setores econômico e social. Além da urbanização da capital pernambucana, os setores definidos como prioritários foram: habitação popular, saúde pública e educação⁹.

Conforme Pandolfi (2015), apenas após 1945, em nível nacional, o problema habitacional para classes médias passou a integrar a agenda do setor público. No entanto, a interventoria pernambucana a definiu como uma das metas prioritárias de seu programa governamental, como foi o caso da campanha contra os mocambos, que instituiu a política de habitação do governo, e era associada à política de saúde.

Para o pensamento elitista da época, as suscetíveis condições habitacionais dos trabalhadores e a concentração promíscua nas cidades eram responsabilizadas pela imoralidade e a desordem então reinantes. Segundo Gominho (1997, p. 85), em 1931, no I Congresso

.

⁸ "O DIP também foi responsável pela introdução do programa radiofônico 'Hora do Brasil', que era transmitido por todo o país das 19h às 20h. Nele, mostravam-se as realizações do governo e eram reproduzidos os discursos de Vargas em solenidades. Hoje, ainda é veiculado com o nome de 'A Voz do Brasil'" (BRASIL. **Getúlio Vargas:** o político e o mito. Câmara dos Deputados: Brasília, 2014).

⁹ O critério adotado para seleção das medidas em nosso estudo está em privilegiar as iniciativas relacionadas ao trabalhador e sua família.

Brasileiro de Habitação, em São Paulo, profissionais de todas as regiões do Brasil, como engenheiros, arquitetos e sociólogos, responsabilizaram a moradia popular

[...] pela produção de comportamentos desviantes, como a prostituição e o crime, que revelam a baixa moralidade das populações pobres. Por isso, a questão da habitação popular constitui um entrave ao progresso econômico da nação, que necessita de trabalhadores fortes e sadios (RAGO, 1985, p. 193 apud GOMINHO, 1997, p. 85)

Um dos lemas do ideário político de Agamenon Magalhães era transformar Recife em uma grande metrópole (ALMEIDA, 2001) e a existência dos mocambos seria uma barreira para tal. Essa ideia assumiu forma no seu interesse à continuação da modernização dos espaços da capital pernambucana, objetivando o progresso e com isso se fundamentou na Lei nº 374, de 1936, denominado Regulamento de Construções do Município, que esteve vigente até o Código de Obras de 1961. Tal lei abordava algumas inovações, como o zoneamento de funções, que dividia a cidade em quatro zonas: principal, urbana, suburbana e rural. "Apresentava um caráter segregador, com a proibição de construção de habitações mais pobres nas zonas mais centrais" (OUTTES, 1997 apud COSTA 2011, p. 61).

Para Almeida (2001, p. 128),

[...] destruir o velho e construir o novo transformaram-se em prioridades do governo [...], que, endossado ao ideário político [...] viu-se nas construções populares uma forma de colocar em prática o que, até então, era apenas projeto social. Essas construções apresentam-se em duas vertentes que se completavam: uma que construía habitações populares para a erradicação dos mocambos na cidade; e outra, que construía destruindo a tradição e buscando criar [...] o moderno, sob o artifício do embelezamento. [...] Na medida em que eram construídas as habitações populares, vilas operárias, das lavadeiras, a interventoria estaria limpando e higienizando a cidade, destruindo o mocambo e pardieiros.

Segundo Lima, a política de habitação apresentava um discurso voltado para o acesso à residência da população pobre, mas na prática, se tinha como objetivo uma limpeza citadina, com a extinção dos mocambos, numa visão higienista e de modernização preconceituosa (2012, p. 94 – 95). Nesse sentido, Agamenon desencadeou uma campanha cruel contra os mocambos, mandando destruir, na calada da noite, tais habitações dos moradores vindos do interior (PADILHA, 2008). Segundo Padilha, "[...] a existência dos mocambos já havia preocupado o

geógrafo Josué de Castro¹⁰ que estudara as condições de vida da população que habitava o Recife", catalogando que aproximadamente uma terça parte da população encontrava-se em condições de absoluta pobreza¹¹ (2008, p.82).

A campanha pela extinção dos mocambos se tornou uma das principais metas político-administrativas do interventor, criando, em 12 de julho de 1939, a Liga Social Contra o Mocambo (LSCM), uma entidade privada de caráter humanitário, que tinha como objetivo principal a construção de casas populares para a população menos favorecidas do estado (PANDOLFI, 1984). "A liga vai ser um dos focos de grande propaganda da interventoria, pois essa ação perpassa a derrubada dos mocambos, ao tempo que condizia com os projetos de urbanização da cidade e reestruturação da família como divulgava o governo" (MOURA, 2010, p. 23).

Agamenon Magalhães, na urgência de implementar o programa de destruição dos mocambos, alegava que por serem construídos em terrenos de mangues, que julgava insalubres, os seus moradores estariam expostos às doenças decorrentes da falta de higiene e nível de insalubridade, provocando problemas sérios de saúde. Apresentava também que o grande número de mocambos e inchação do Recife iriam dificultar a prestação de infraestrutura urbana, pelo governo a toda população (ROCHA, 1989).

-

¹⁰ Josué de Castro foi um médico pernambucano, nascido na cidade do Recife, que diante da sua formação profissional e vivência levantou inquietações acerca da fome, das condições de vida dos operários e de seus direitos. A partir de 1930, tornou-se docente e lecionou em diversas instituições no Brasil e no exterior. Na década de 1940 dedicou-se à escrita, publicando obras direcionadas às condições de vida dos trabalhadores do Recife e no Brasil. Dois de seus livros "A Geografia da Fome" (1946) e "Geopolítica da Fome" (1951) o lançariam como autor mundialmente conhecido. Tem em sua biografia duas indicações ao prêmio Nobel da Paz, 1963 e 1970 (FERNANDES; GONÇALVES, 2007).

¹¹ Vale lembrar que o fluxo migratório, proveniente de variadas localidades do Nordeste para o Recife, causou um crescimento populacional que não correspondia a um desenvolvimento socioeconômico da cidade. Ocorreu fruto de um forte desequilíbrio regional, desde o século XIX, que engloba tanto o caso das secas ou guerras, como relacionado à própria estrutura produtiva da região (PANDOLFI, 2015, p. 83).

FUNDAÇÃO DA PRIMEIRA A REUNIAO DE HOIE. NO PALACIO DO GOVERNO Afim de tratar da fundação da Antonio Ramiro Costa, dr. Archimedes de Oliveiro, Duniel Rodrigues primein bo, realiza-se hoje, no palacio do governo, sob a presidencia do inter-Jeão Pessúa de Queiroz, conde Prreira Carneiro, dr. Manoel de Azeve-do Leão, Manoel Cartano de Britto, ventor Agamemoon Magalhiles, uma reunião de elementos de destaque José Tavares de Mours, Joseph nos circulos socises, industriaes e Turton, Luiz Dias Line, Isane Gooding, commerciaes do Estado. Azevedo & C., Alfredo Antonio Fer-Foram expedidos convites ás senandes, Raphael Adobbatti, Antenio guintes pessoas: Srs. Manoel Mendes Baptista da Barbosa Junior, Armenio Barbosa Luiz Dubeux, João José de Piguei-Barbosa Junior, Silva, Henry R. Shorto, Manoel Al-meida Alves de Britto, Arthur Pie dos Santos, Mario Honorio Martins, redo, Othon L. Bezerra de Antonio Martins de Albuquerque, dr Guilherme Martins de Albuquerque dr. João da Costa Azevedo, Antonio da Costa Azevedo, dr. Joaquim Ban-deira, Antonio Pinto Lapa, dr. Seve-José Rufino Bezerra Cavalcanti, O NOVO EMBAIXADOR rino Marques de Queiroz Pinheiro dr. José Henrique Carneiro Montei-BRASILEIRO NA HESro da Cunha, dr. Alfredo Bandeira Horacio de Aquino Fonseca, José Rodrigues de Souza, barão de Su MADRID, 11 (U. P.) -- 0 gover-Grandes Moinhos do Brasil, Compa nhia Souza Cruz, Aliredo Dolabella considerou persona graia a ar Portella, Josquim Franco Alfredo Alvares de Carvalho e Anbrasileiro na Herpanha nibal Pina Gouveia,

Imagem 1 – A fundação da primeira Liga Social Contra o Mucambo

Fonte: Diário de Pernambuco, 12 jul. 1939, p. 12.

Os grandes periódicos pernambucanos da época divulgavam uma intensa mobilização dos setores do governo e da sociedade civil em torno da proposta de assistência social que o governo de Agamenon Magalhães propôs. No jornal Diário de Pernambuco, por exemplo, foi notícia de destaque a criação da primeira Liga Social contra o Mocambo em Pernambuco (LSCM), tendo sua reunião de fundação no palácio do Governo, na qual iria tratar dos "[...] elementos de destaque nos círculos sociais, industriais e comerciais do estado" (DIARIO DE PERNAMBUCO, 1939, p.12), sob a presidência do interventor Agamenon Magalhães e diversos convidados que se encontravam nesses parâmetros.

Os jornais, nesse período, como maiores difusores de informações, incentivaram a concretizar o pensamento da intervenção do Estado na questão dos mocambos e convencer a sociedade a participar desse projeto. Segundo Pandolfi (1984), os meios de comunicação, principalmente a imprensa, tiveram uma função bastante importante. O papel da imprensa estava como um agente mediador na relação de governantes e governados.

A LSCM funcionava com recursos de doação dos empresários, associações de classe, de entidades e de particulares, agregando-se aos recursos do governo, ou seja, os principais financiadores eram os que exprimiam preconceitos sobre os mocambos. Esses aliados estavam

representados pelos grupos dominantes, entre os quais a Igreja 12 , de pensamento conservador (LIMA, 2012, p. 96 – 97). Como afirma Melo, "[...] uma grande mobilização nos aparelhos ideológicos de Estado é promovida onde se assiste a uma forte participação de setores da Igreja" (1985, p. 57).

Conforme o Relatório da Liga Social Contra o Mocambo (LSCM), no período 1939 a 1944, foram construídas 7.582 casas populares por iniciativa da Liga em parceria com diversos institutos de previdência e algumas fábricas, em oposição a cerca de 12 mil mocambos demolidos, o que representou cerca de 30 mil pessoas da massa miserável desalojadas sem que houvesse provisão de uma habitação que pudesse balancear a situação (MELO, 1985 apud NETA, 2005, p.51).

Em resposta a essa demanda social, a interventoria de Agamenon Magalhães assumiu uma política "antimocambo", na tentativa de difundir a ideia de que a destruição desse tipo de moradia beneficiaria a todos, de mocambeiros a proprietários de terrenos. Seu governo tinha o intuito de modernização e a destruição dos mocambos possibilitaria um avanço no projeto de urbanização e embelezamento da capital pernambucana. Não foi por acaso que a campanha de demolição se iniciou em zonas centrais, fazendo a população dos mocambos ir para a periferia da cidade.

Outro projeto específico, que se encontra dentro da ampla proposta do governo estadonovista de "recuperação econômica e social de Pernambuco", é a experiência de instituições de assistência social apoiadas e incentivadas pelo interventor Agamenon Magalhães. Foram os Centros Educativos Operários e os Círculos Operários Católicos do Recife, que se instalaram em bairros e vilas de trabalhadores.

Diante de uma compreensão de integração dos setores sociais mais populares ao projeto governamental, a interventoria pernambucana se aproxima de imediato dos Centros Educativos, originados por iniciativa de um grupo católico, pouco antes da instauração do Estado Novo, datado em 1935 (PANDOLFI, 2015; MÉLO FILHO, 2007).

O interventor, juntamente com seus dirigentes, logo percebeu a necessidade de apoio a um órgão com finalidade educativa, para inculcar novos valores nas classes operárias e que facilitasse a penetração do Estado no meio proletário, como foi o caso dos Centros. Nesses estabelecimentos, "[...] o operariado do estado recebia instrução primária e profissional, educação social trabalhista e cívica, além de assistência médica e dentária" (PANDOLFI, 2015

_

¹² Segundo Lima, a Igreja Católica adotava uma atitude dócil, submetia-se ao jogo do poder, abençoando as obras do "Estado Novo" e participando com seus "congregados marianos" da cúpula governamental (2012, p. 97).

p. 79), abrangendo vários ramos das ciências domésticas e de orientação social (BEZERRA, 1965).

Devido ao governo intervencionista ter uma integração próspera com elementos ligados à Igreja, em 14 de dezembro de 1937, os Centros Educacionais foram institucionalizados e tornaram-se subordinados à Diretoria de Reeducação e Assistência Social (DRAS), órgão vinculado à Prefeitura do Recife, de caráter assistencial, que atuava na luta contra os mocambos e na edificação das habitações populares (GOMINHO, 1997).

Tais Centros tinham como objetivo prioritário "[...] orientar os setores das classes trabalhadoras mais atingidos pela propaganda comunista¹³ para uma estreita cooperação com o poder público" (PANDOLFI, 2015, p. 80), que posteriormente, tornou-se uma atribuição própria da DRAS: destinava-se "a oferecer serviços assistenciais e reeducativos à população recifense".

Como os Centros Educacionais se encontravam nos bairros populares e nas vilas operárias que iam se edificando em variadas áreas de Recife, as formações oferecidas, como os cursos profissionalizantes, as salas de costuras, foram se espalhando pela capital. "Os cursos de culinária e economia do lar, o ensino fundamental para crianças e adultos, a educação social-trabalhista, a educação cívica", dentre outros. "Esses lugares se configurariam ponto de encontro dos moradores de cada comunidade" (GOMINHO, 1997, 101), se transformando em espaços para se discutir problemas da coletividade, que aconteciam em reuniões semanais.

Para Mélo Filho, diretrizes prioritárias eram "[...] o desenvolvimento de propaganda contra o comunismo, o incremento de práticas esportivas, o incentivo aos serviços médicos nos bairros operários e o acréscimo de oferta de ensino primário, profissional e doméstico para adultos" (2007, p. 68). A ideia norteadora dessa "[...] obra de assistência social era fazer um trabalho de saneamento e profilaxia da sociedade. Ela deveria, em última instância, ser um obstáculo à luta de classes" (PONTES, 1940, p. 5 – 14 apud PANDOLFI, 2015, p. 80). Conforme Medeiros, os Centros tentavam influir até na organização e disciplinamento das horas de lazer das famílias dos trabalhadores, como por exemplo, na promoção de festas comemorativas do Natal em bairros suburbanos de Recife, que nessas "[...] comemorações estavam previstas a distribuição de presentes às crianças pobres e de diplomas de costureiras às

_

¹³ No ano da instauração do Estado Novo no país, os Centros Educativos realizaram uma campanha de teor nacionalista contra o comunismo para as festividades da semana da bandeira brasileira, comemorada anualmente na data de 19 de novembro. O intuito de exaltar o simbolismo da bandeira nacional pôs nas ruas da capital pernambucana mais de 10.000 homens representando estes Centros (MEDEIROS, 1995, p.136).

moças pobres que haviam feito o curso de corte e costura oferecido pelos próprios centros" (1995, p 137).

Segundo Pandolfi (2015, p. 80),

[...] os Centros Educativos Operários se encontravam divididos em quatro departamentos: instrução, beneficência e defesa, cultura física e artística e estudos. [...]. Entretanto, a missão mais importante caberia ao departamento de estudos, cuja função básica era preparar os elementos de direção que receberiam cultura e "conhecimento doutrinário" para exercer a missão de dirigentes. Estes comporiam a "elite proletária", que tinha como principal incumbência exercer uma constante doutrinação junto ao conjunto das classes trabalhadoras, utilizando-se basicamente dos sindicatos.

Os Centros tinham como composição de funcionários instrutores, professores, agentes sociais, mestres e membros dos conselhos operários e esse quadro era composto por intelectuais e estudantes de variados cursos, que se identificavam com a causa e atuavam voluntariamente. Os sócios efetivos dos Centros eram, em sua maioria, operários do comércio, indústria e agricultura e suas famílias, que associadas aos tais centros eram devidamente fichadas (PANDOLFI, 2015; MEDEIROS, 1995). E "[...] partindo do princípio de que o serviço social [...] deveria visar não só o indivíduo, mas o grupo social em que o mesmo está inserido, a Diretoria de [Reeducação e Assistência Social] preocupava-se prioritariamente" (PANDOLFI, 2015, p. 81) com as famílias dos trabalhadores cadastradas. Em suma, se tratava de reconduzir a instituição familiar a sua função basilar na sociedade.

Conforme o pensamento de Pontes¹⁴ (1940, p. 4–5), com a reeducação social da família operária, os problemas sociais seriam reduzidos ao mínimo e o número dos desajustados decairia conforme a mudança de mentalidade e maneira de viver das classes trabalhadoras. "A reeducação realizada por meio do Centro levaria a família da classe popular ao seu papel fundamental na sociedade, que seria a preparação do trabalhador para uma vida de trabalho não afetado pelas lutas de classe, tendo como base a família" (MÉLO FILHO, 2007, p. 69).

¹⁴ Milton Pontes, inspetor do Trabalho de Pernambuco, foi o fundador dos Centros Educativos Operários. Ele "era um católico fervoroso, membro da Congregação Mariana", que era um "grupo católico de inspiração conservadora, comandada pelo Pe. Fernandes, que, sob a influência dos Jesuítas e devido à laicização que a Constituição de 1891 preconizava, fazia campanhas para o retorno do ensino religioso nas escolas públicas pernambucanas desde a década de 30" (MELO FILHO, 2007, p. 68). Agamenon Magalhães, ainda na posição de Ministro do Trabalho, nomeou Milton Pontes para a pasta da Inspetoria do Trabalho de Pernambuco. Pontes, já de posse do cargo, apresentou a Agamenon uma petição em que sugeriu um "plano de reeducação e assistência social para as classes trabalhadoras de Pernambuco, com a criação de um serviço público" que se denominaria de Diretoria de Reeducação e Assistência Social (GOMINHO, 1997, p. 100). Seu discurso se comprometia, baseado nos artigos constitucionais do regime, em criar entidades que cuidassem da formação educacional e profissional do povo e por meio desse ideal assegurar a existência dos Centros Educativos, e "vê-los engajados ao programa governamental, ao oferecer estrutura já montada para a criação da Diretoria de Reeducação e Assistência Social" (1997, p. 100).

Assim, "[...] a proposta educativa do Centro atribuía à educação o papel de salvadora das massas, onde os trabalhadores seriam 're-educados' numa nova ordem, respeitando e colaborando com o regime estadonovista" (MÉLO FILHO, 2007, p. 70).

Segundo Pandolfi (2015), os Centros foram uma proposta bem-sucedida e inteiramente ligada ao ideal do regime, que após o Estado Novo, passou a atuar livremente nos sindicatos operários. Foram implantados inicialmente nos subúrbios do Recife, se difundindo em bairros como Água Fria, Afogados, Areias, Campo Grande, Santo Amaro, Várzea e Pina e tinham um objetivo de serem interiorizados pelo governo. Sua ideia de educação estava fundamentada na bula papal Rerum Novarum, de Leão XIII. O movimento dos Centros Educativos Operários, que foi uma iniciativa local, teve sua inspiração nos Círculos Operários Católicos.

Os Círculos Operários iniciaram sua organização nacional, em 1932, no estado do Rio Grande do Sul, pelo Padre Leopoldo Brentano, após ter sido estabelecido as bases da Confederação Nacional dos Operários Católicos, em 1931. No entanto, a criação da Confederação Nacional dos Operários como instituição somente ocorreu no ano de 1937, pelo Cardeal da capital do país, Dom Leme, vinculada à Ação Social Católica. E o Cardeal nomeou para estar na organização o Padre Brentano (GOMINHO, 1997, p. 103).

No ano de 1938, Padre José Távora¹⁵, incentivado pelo interventor Agamenon Magalhães, organiza o I Congresso Operário de Pernambuco e convida o Padre Brentano, fundador dos Círculos e organizador da Confederação, a integrar o evento. Participaram também do encontro, o próprio governador do estado, Milton Pontes, fundador dos Centros Educativos, e Novais Filho, prefeito de Recife (GOMINHO, 1997, p. 103).

Um ano após ao Congresso, em abril de 1939, foi institucionalizado o Círculo Operário do Recife¹⁶, com estatutos oficiais e diretoria, pois até então, desde 1937, somente existia dois núcleos, o do bairro da Tamarineira e do Prado. No mesmo ano da constituição da entidade, foram criados mais quatro polos, nos bairros de Gameleira, Torre, Campo Grande e Tejipió, e em 1940, um novo núcleo em Iputinga. Diante de recursos do Estado e da Prefeitura do Recife, houve a possibilidade de obter uma estrutura física adequada nos variados polos do Círculo, criando, no campo educacional, escolas de alfabetização (cada núcleo tinha a sua), cursos de

٠

¹⁵ Padre José Távora foi uma figura importante para a fundação e consolidação da Escola de Serviço Social em Pernambuco (ESS/PE).

¹⁶ A primeira monografia apresentada à Escola de Serviço Social de Pernambuco teve como campo de prática o Círculo Operário Católico do Recife, trabalho que deu à aluna Maria da Glória de Andrade Lima a diplomação de primeira assistente social formada no estado. (Assunto que será aprofundado no capítulo terceiro dessa dissertação).

corte costura, bordado e cursos profissionalizantes. Era promovida também assistência médicodentária e jurídica. (GOMINHO, 1997; MEDEIROS, 1995).

De acordo com Gominho (1997) e Medeiros (1995), os objetivos do Círculo Operário do Recife eram similares aos dos Centros Educativos, que cultivavam o amor à Deus, à Família e à Pátria, com participação ativa em festas cívicas. Cooperavam com o Estado interventor a partir de atividades como o processo de sindicalização do operariado e a campanha anticomunista. Visavam a "instrução técnica e moral das classes trabalhadoras [...]; e [o] restabelecimento das relações harmoniosas entre operários e patrões, no sentido de conscientizar quanto aos direitos e deveres mútuos" (1997, p. 104).

Para ser sócio dos Círculos, cabia ser, apenas, um indivíduo operário detentor de uma família ou parte dela. Os associados tinham como deveres "a cobrança de atitudes morais e até religiosas, como 'cultivar as virtudes que dignifiquem a sua classe; assiduidade ao trabalho, espírito ordem, sobriedade e economia' e 'guardar os domingos e dias santificados'" (GOMINHO, 1997, p. 104).

Tinha na figura de um Assistente Eclesiástico¹⁷ e de membros responsáveis por cada núcleo a organização do Círculo Operário do Recife. No entendimento de Gominho (1997), os Círculos Operários do Recife não tiveram a mesma amplitude conseguida pelos Centros Educativos Operários, antes mesmo de chegar ao fim do Estado Novo, viu três núcleos serem fechados pela falta de manutenção. Dos quatro restantes, apenas dois atuavam com eficiência, eram os polos do Prado e Tamarineira.

Devido a essa situação, o Regimento Interno das Escolas do Círculo Operário do Recife, aprovado em 1945, declarou que seria mantido um número limitado de escolas destinadas a ministrar educação primária completa para os filhos dos sócios, ou seja, para as crianças de família operária. Os objetivos do ensino para as escolas do Círculo estavam pautados em: "[...] ajustar a escola ao meio de modo que a criança receba, desde logo, educação adequada, constituindo-se, futuramente, elemento construtor na família e na sociedade; despertar na criança o amor à Deus e à família e um forte sentimento de patriotismo" (MEDEIROS, 1995, p. 130 – 131).

Gominho afirma que "[...] apesar dos esforços em manter uma 'assistência moral e cívica', os circulistas notaram que 'o nosso operário está ainda arredio aos assuntos que envolvem um sentido mais apurado de responsabilidade e exijam uma atenção mais séria" (1997, p. 105).

¹⁷ Segundo Gominho (1997), o Assistente Eclesiástico era um membro que além de conselheiro, era defensor dos operários, cuidava da instrução religiosa nas escolas, dentre outras funções.

Após alguns anos, o governo de Agamenon Magalhães, implantou um Decreto-Lei nº 1.136 de 02 de maio de 1945 que estabeleceu uma bolsa escolar designada a ajudar na manutenção secundária de filhos de trabalhadores humildes, como os operários, comerciários, funcionários públicos, pequenos agricultores, dentre outros. Esse auxílio escolar se baseava em um pagamento de mensalidade em colégios particulares localizados no estado e um auxílio em livros didáticos, roupas e calçado, com sua distribuição a critério de uma secretaria responsável na época (MEDEIROS, 1995).

Segundo Gominho (1997, p 50), a postura estadonovista de valorizar o homem trabalhador e sua família "[...] contribuía para o desenvolvimento capitalista do país. Progresso, modernização, relação capital-trabalho expressam um novo sentido, extremamente relacionada com a imagem de nação que está sendo recriada".

A proteção social fazia parte das medidas prioritárias propostas pelo programa governamental de Agamenon Magalhães. Segundo Rocha (1989), para o interventor, a proteção e a defesa do trabalhador e de sua família era fator de prioridade à recuperação econômica e social do estado.

Durante seu governo, Agamenon Magalhães criou o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado (IPSEP), pois julgava que "o funcionalismo do Estado", antes do Estado Novo, "era uma clientela eleitoral explorada pelo governo". "E se a opressão partia do Estado, no tratamento dos próprios servidores, ela ia se estendendo a outros setores sociais, deprimindo cada vez mais os valores humanos" (PEREIRA, 1985, p. 23 apud ROCHA, 1989, p. 111 – 112). O IPSEP foi criado pelo Decreto-lei nº 124 de 06 de junho de 1938, com personalidade jurídica e sede em Recife, vinculado à Secretaria de Estado e Negócios da Fazenda. Sua fundação tinha o propósito de torná-lo o órgão de previdência do estado de Pernambuco, exercendo as operações de seguro e assistência (MEDEIROS, 1995).

Em relação às iniciativas assistenciais¹⁸, para os trabalhadores desempregados e os impedidos de assumir com a manutenção e o sustento de sua família, o Estado desenvolveria medidas relacionadas a serviços gratuitos de naturezas diversas, como a inclusão no programa de creches, com o apoio da Legião Brasileira de Assistência¹⁹, abrigos para idosos, construídos e mantidos pelo Estado e Igreja (ROCHA, 1989, p. 112).

-

¹⁸ Na Era Vargas, as políticas sociais eram calcadas no modelo assistencial. A introdução dessas políticas consagra formas populistas de relação e a caridade enquanto forma de atendimento às necessidades de reprodução da sobrevivência das classes subalternizadas" (MEDEIROS, 1995, p. 54).

¹⁹ A Legião Brasileira de Assistência (LBA) será discutida e aprofundada a posteriori, nos próximos capítulos dessa dissertação.

Fica registrado, nessas linhas, o estilo de governo de Agamenon Magalhães, representado por um misto de populismo social com concentração de poder político, sendo marcado pela busca ideal da unidade social e política de uma intervenção, que se sustentou na figura autoritária do interventor. Em síntese, a interventoria de Pernambuco foi considerada pelo governo central um dos exemplos mais bem-sucedidos da implantação estadonovista no Brasil, "[...] pois não só propagava intensamente as suas realizações, como também sempre justificava todas as suas ações, até mesmo as mais repressivas, em função de um objetivo maior a ser atingido: a paz e a harmonia social" (PANDOLFI, 2015, p. 74).

2. 3 A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA PÓS ESTADO NOVO EM PERNAMBUCO

O ano de 1945 foi decisivo para o Estado Novo, com o próprio Getúlio Vargas assumindo que a proximidade do fim da II Guerra Mundial também culminaria no desfecho do regime: "[...] o momento propício e indicado para convocarmos a nação a fim de pronunciar-se e escolher os seus dirigentes" (VARGAS, 2011, 496 apud D'ARAÚJO, 2017, p. 30).

Vargas,

[...] explorando as contradições imperialistas, da Segunda Guerra Mundial, conseguiu negociar um empréstimo com os Estados Unidos para implantar a primeira siderúrgica nacional, em Volta Redonda, uma compensação para a entrada do Brasil na guerra, requerida pelos Estados Unidos da América do Norte. Entretanto, a continuidade da política nacionalista de Vargas incomodava o capital internacional, em especial, o dos Estados Unidos, que inclusive deu o seu aval no processo de golpe que destituiu Getúlio Vargas, em 1945 (BANDEIRA 1977, p. 15 apud PADILHA, 2008, p. 50).

A Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945), além de mudar as relações internacionais, ocasionou grande repercussão na política interna brasileira. O conflito influenciou no cotidiano e em todos os aspectos sociais e políticos da nação, inclusive em Pernambuco, que culminou numa reordenação das lideranças políticas do Estado (REZENDE, 2002; MOURA, 2010).

Ainda no período final do Estado Novo, Agamenon Magalhães abdicou da função de interventor do estado de Pernambuco após um novo convite de Getúlio Vargas para retornar ao cenário nacional e assim assumir o cargo de Ministro da Justiça, posto, segundo Pandolfi, "[...] de extrema importância num momento de transição para a reestruturação do regime democrático" (2015, p. 43). Nesse ínterim, Etelvino Lins, anteriormente secretário de Segurança do governo de Agamenon, ficou como como interventor de Pernambuco.

Entre os meses de fevereiro a outubro de 1945, Agamenon Magalhães, na posição de Ministro da Justiça, defendeu a criação de partidos políticos nacionais e participou da fundação do Partido Social Democrático (PSD). Após sua passagem no Ministério retorna a Pernambuco na condição de chefe político desse partido. Em 1946, elege-se como deputado constituinte, atuando na Câmara Federal como presidente da Comissão de Constituição, até 1950. E no mesmo ano, por meio do voto popular, volta ao estado pernambucano como governador eleito (PANDOLFI, 2015, p. 43 – 44).

De acordo com Pandolfi (2015), Agamenon Magalhães rompe politicamente com Vargas, que foi candidato à presidência da República na legenda PSP-PTB, por agora apoiar Cristiano Machado, candidato do seu novo partido PSD. Mas, Getúlio acaba ganhando as eleições e retoma o poder como presidente eleito, em 1950. Nesse ínterim, em Pernambuco, o político pernambucano, Agamenon Magalhães, não finaliza seu mandato de governador, falecendo subitamente na data de 24 de agosto de 1952.

O fim da era ditatorial é apontado como um momento de manifestações em nome da democracia, no entanto, de acordo com Gominho (2011), se tem variados entendimentos do que pode vir a ser chamada de democracia.

Para o próprio Agamenon Magalhães, o regime estadonovista tinha sido uma espécie de democracia, "uma democracia autoritária corporativa", onde "[...] o indivíduo atua no Estado Brasileiro, colaborando com o governo, como cidadão, na Câmara Política, e como produtor, no Conselho de Economia Nacional". Para ele, "[...] o Governo central é forte, dentro da Federação, perdendo os Estados em autonomia", mas fundamental para fortalecer a nação e o povo (FOLHA DA MANHÃ, 1938 apud GOMINHO, 2011, p. 05).

Entretanto, "[...] a democracia envolve um conjunto de princípios e exige uma série de atitudes que não se limitam à esfera da instituição política" (GOMINHO, 2011, p. 04), e isso nos incita a olhar para a redefinição dos cenários sociais que se transformaram nesse período. Vamos nos ater aos aspectos sociais que continuaram a acontecer nesse tempo, principalmente, no Recife.

O período que se inicia em 1945 e vai até a década de 1950 é um intervalo de tempo aflitivo, que perpassa por diversas variantes, como a luta pela democracia; a atividade cultural crescente; a busca pela autonomia de grupos sociais, a pretensão cada vez mais pela modernização das urbes e a liberdade de expressão para se viver.

A partir de 1945, os jornais [e revistas] começaram a revelar suas bandeiras de luta, tomar posição sem a censura e o autoritarista estadonovista. Não só

como veículo de informação, mas como formadora de opinião, "a imprensa se apropriava e era responsável pela circulação de representações de democracia; que influenciavam e eram influenciadas por práticas sociais, políticas, econômicas e no campo da produção e da apreciação artística" (GOMINHO, 2011, p. 83).

O Recife vivia uma reorganização de suas vozes, que se fazem ouvir através da imprensa local, discursos discordantes do antigo sistema de governo e que conseguiram se erguer através da imprensa.

Segundo Rezende (2002, p. 123), "[...] os governos mudavam, mas modernizar continuava sendo a palavra de ordem. O capitalismo ampliava seus espaços de controle e a cidade era uma delas". Já analisamos a campanha e a ação de Agamenon Magalhães para a abolir os mocambos no período do Estado Novo. Agora é importante destacarmos como se sucedeu a realocação desse expressivo contingente populacional e a nova instituição denominada Serviço Social contra o Mocambo.

Com o fim do Estado Novo, em 1945, a Liga Social Contra o Mocambo (LSCM) perde força, deixando de contar com o apoio de segmentos organizados pelo Estado e pela sociedade. Diante disso, a Liga se transforma em Serviço Social contra o Mocambo (SSCM), uma autarquia administrativa subordinada ao executivo estadual, tendo como finalidade básica a construção de casas populares direcionadas às classes menos favorecidas, focalizadas nas famílias operárias, com o discurso de protegê-las contra os males da habitação insalubre e da promiscuidade da vida nos mocambos (LIRA, 1994, p.750), ou seja, basicamente os mesmos objetivos que a Liga detinha e ainda incorporou o patrimônio da mesma. Além dessa finalidade, competia ao SSCM, "[...] propagar os bons costumes e o bem-estar, promover a consciência dos deveres cívicos, desenvolver a assistência médica e educacional, proteger a família, orientar o movimento operário" (LIRA, 1994, p.750).

No entanto, a nova conjuntura histórica mais democrática, que aconteceu com o pósguerra, reflete-se num refluxo do combate ao mocambo, que passa a não contar mais com a mobilização de amplos segmentos da sociedade civil (MELO, 1985, p. 61). Para Pandolfi, o Serviço Social contra o Mocambo "[...] desenvolve mais o seu aspecto assistencialista. Sem dispor de esquemas repressivos e doutrinários tão eficientes como os utilizados durante o Estado Novo, a entidade se enfraquece gradualmente" (1984, p. 66).

Foram vinte anos de campanha do Serviço Social contra os Mocambos, de 1945 a 1965, e os resultados são verdadeiramente melancólicos. Segundo Gonçalves (1961, p. 25), após ser constatada a existência 45.581 mocambos no Recife, foram destruídos 32.426 e somente 4.353

casas construídas. Na verdade, os mocambos não foram destruídos, mas sim transferidos de área mais próximas do centro da cidade para lugares mais distantes, como os morros da periferia, formando bairros novos.

Na década de 1950, a cidade do Recife se expandiu em área territorial, de 180 km² para 209 km². Diante dessa expansão, a capital pernambucana ganhou a forma urbana atual, mas as políticas modernizadoras não mudaram o cenário urbano no intuito de erradicar a pobreza (REZENDE, 2002, p. 123). Na verdade, os mocambos não foram destruídos para solucionar os problemas que tanto o governo apontava, e sim para 'limpar' da área central e nobre de Recife a população marginalizada. Seus habitantes foram transferidos para áreas mais distantes do centro da cidade, ocasionando a expansão do território municipal, e assim dando origem a bairros periféricos, nos morros da cidade, como o conhecido bairro de Casa Amarela, que

[...] chegou a ter 81.746 habitantes, em 1950, passando para 126.474 em 1960. A ocupação nos morros de Casa Amarela começou na década de 1940, com as pessoas buscando alternativas de moradias depois da erradicação dos mocambos nas áreas mais centrais do Recife (REZENDE, 2002, p. 124).

Os bairros centrais como o do Recife, São José, Santo Antônio, aqueles em que se encontravam o porto e os edifícios das instituições de governo e judiciais, começaram a se "esvaziar" da população "mocambeira". Conforme Rezende (2002, p. 124), Santo Antônio, por exemplo, tinha 6.229 habitantes, em 1950, decrescendo para 4.794 no final de 1959. Por fim, é notório que o objetivo modernizador do centro da capital pernambucana foi fazê-lo deixar de ser uma área residencial para ser transformado em uma zona de comércio e de serviços, onde os aspectos econômicos sempre se sobrepõem aos aspectos sociais.

2. 4 ASPECTOS SOCIAIS E A FAMÍLIA NOS ANOS DE 1930 E 1940

2. 4. 1 Familismo: a ideia de família e a missão social da mulher

Segundo Durval Muniz Júnior (2013), todas as mudanças históricas e sociais que aconteceram desde o início do século XX no Brasil e no mundo, e que se acentuaram após a Primeira Guerra Mundial, são descritas como uma "feminização do social". Os primeiros decênios do século XX, se destacaram pela necessária ampliação dos espaços sociais urbanos para a inclusão de grupos emergentes (ou novos grupos sociais), tais como os industriais,

comerciantes, operários, a classe média, provenientes do processo de urbanização e industrialização (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2003, p. 33), como também as mulheres, que passam a atuar ativamente como novos agentes sociais nesse período na sociedade.

Foram modernizadas, portanto, "as concepções sobre o lugar da mulher nos alicerces da moral familiar e social". Essa nova agente social passaria a "[...] ser educada para desempenhar o papel de mãe" e de "suporte do homem para que este pudesse enfrentar a labuta fora de casa. A 'boa mãe' e a 'boa esposa' deveria ser prendada e deveria ir à escola, aprender a ler e escrever para bem desempenhar sua missão como educadora" (NEDER, 2002, p. 31). Para a sociedade da época, a mulher tinha um papel decisivo na preservação da instituição familiar, então, era necessária sua preparação para exercer o papel de mãe e de educadora dentro de um mundo em transformação (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2003), e sua formação educacional estaria ligada ao âmbito do privado. Segundo Besse (1999, p. 108), "à luz do arrasador consenso de que o destino da 'civilização' brasileira estava no colo das mães".

Sobre a mulher recaía todo o peso da responsabilidade pela ordem e moral social. A mulher, considerada a educadora da família, era responsável pela formação dos cidadãos para a Pátria. De acordo com Nair de Andrade, a mulher era "na sociedade – uma responsável direta das tradições e costumes. No mundo político – a colaboradora imediata de sua organização" [...]. As qualidades consideradas naturais e atribuídas à mulher, como ternura, bondade e nobreza, admitiam a sua inserção apenas em atividades laborais que condissessem com tais atributos, como as tarefas de educadora, enfermeira e assistente social, que requisitavam, segundo era comum se pensar à época, dedicação e vocação, concepção que se aproximava das propostas difundidas pelas ações católicas (SILVA, 2010 p. 65).

Como aborda Pereira (2010), diante do processo de industrialização e dos avanços tecnológicos, em meados do século XX, a família perdeu, paulatinamente, suas funções particulares que passaram a ser desenvolvidas, também, no espaço de outras instituições, tornando-se elementos externos à família. Ela fracionou algumas incumbências, que antes eram exclusivas, "[...] na medida em que a produção industrial passou a se realizar nas fábricas, a educação nas escolas, o treinamento religioso nas igrejas, e assim por diante" (GOODE, 164, p. 176 apud PEREIRA, 2010, p.56). "A manutenção da integridade da família, compreendida como 'célula mater' da sociedade, se constituiu, nas primeiras décadas do século XX, como alvo de preocupação permanente da Igreja, suscitando ações assistencialistas e educativas". Nas relações familiares, "[...] a mulher é vista como a chave de acesso para efetivar as

transformações na sociedade, sendo ela responsável pela educação do lar, pela tradição e pelos costumes" (SILVA, 2010, 54).

Segundo Silva (2010), a família, enquanto instituição social, também se tornou ponto de interesse do Estado e das elites políticas da época, por ser vista como uma ferramenta crucial de transformação da população e do progresso social e econômico do país.

No ideal de formalizar uma política familiar, objetivando o amparo e a preservação da família nuclear²⁰, a Constituição de 1937 traz consigo o artigo 124, que retrata "[...] a família constituída pelo casamento indissolúvel, está sob a proteção especial do Estado. Às famílias numerosas serão atribuídas compensações dos seus encargos" (PORTO, 2012, p. 86). Segundo Silva (2010), essas famílias denominadas de numerosas são as "miseráveis" que necessitam de atenção à educação de sua prole.

Com a expansão progressiva da questão social, ocorreram significativas modificações nas formas de proteção social, que levou o Estado a se estabelecer "como principal ator de regulação das relações entre a economia e as demandas sociais" (MIOTO, 2009, P. 134).

Entretanto, mesmo o Estado assumindo o papel de garantidor da proteção social, as antigas formas de proteção não deixaram de existir no sistema. Conforme Di Giovanni (1998, p. 134), historicamente, o funcionamento da proteção social apresenta-se de três maneiras:

A primeira – tradicional – calcada nos valores da solidariedade, fraternidade e caridade, desenvolvida pela família, pelas redes de vizinhança e através de práticas religiosas [...]. A segunda modalidade concerne à proteção social exercida pela troca e acontece por meio do conjunto das práticas econômicas realizadas desde as relações face a face até a impessoalidade do mercado. Finalmente, a modalidade de autoridade refere-se à modalidade política da alocação de recursos e na qual o Estado tem o papel de gestor, produtor e regulador da proteção.

De acordo com Mioto (2009), nos países que viveram o Estado de Bem-Estar Social, o exercício da proteção social pelo Estado se desenvolveu de maneiras particulares e diversas. Na maioria dessas nações "[...] a família nunca deixou de ter um papel significativo na organização e desenvolvimento dos diferentes modelos de proteção social" (MIOTO, 2009, p.135).

Esping-Andersen (1991), ao analisar os sistemas de proteção social dos distintos modelos de Estado de Bem-Estar social argumenta existir um conceito chave denominado de familismo, que está presente nos sistemas de proteção social em que a política pública considera

²⁰ A trajetória de transformações da família patriarcal para o "modelo nuclear deu-se pela necessidade de atender as demandas da sociedade moderna, uma sociedade industrializada e urbanizada" (TERUYA, 2000 apud NASCIMENTO; NASCIMENTO, 2014, p. 03).

as unidades familiares como responsáveis pelo bem-estar de seus membros. Nesses "Estados de Bem-Estar de caráter familista existe uma explícita parceria entre Estado e família. Nesse modelo, a ação pública tende a ocorrer mediante a falência da família na provisão de bem-estar e na sua impossibilidade de compra de bens e serviços, no mercado" (MIOTO, 2009, p.136). O Estado familista se alinha diretamente aos sistemas de proteção social implantados nos países latino-americanos, principalmente, no Brasil.

Nos anos de 1930, no momento em que os problemas sociais tiveram uma difusão mais ampla no âmbito político, a família e a educação configuraram-se como campos de intervenção tanto do Estado, como de organismos não governamentais, como sindicatos, instituições religiosas, empresas privadas, dentre outros (SILVA, 2010, p. 59), visto que a família é vista como "base do edificio social" e a educação como "instrumento capaz de auxiliar na formação do cidadão adequado às exigências da nova ordem social" (p. 75). Conforme Magaldi (2003, p. 422), é entendida a "[...] importância de se educar a família de modo a transformá-la também em uma agência civilizadora sintonizada com os desígnios de uma modernidade embasada na ciência e inspirada na nação".

2. 4. 2 Estado Novo, Igreja e iniciativas de assistência à família

No decorrer da Era Vargas, a questão social e o bem-estar social empregaram um lugar prioritário nas pautas de discussões e deliberações políticas, se transformando em objeto de intervenção permanente do Estado (SILVA, 2010). Segundo Silva, a intervenção sobre a questão social tinha um caráter assistencialista, e como instrumento de ação elementar a família, ocupou o "lugar central nas decisões do Estado, em especial, durante a vigência do regime do Estado Novo" (2010, p. 54).

Foi no projeto de governo de Vargas que se delinearam as primeiras investidas do Estado na promoção de políticas públicas na área da família e educação, sendo instituídas "inúmeras leis e ações políticas no campo social", voltadas principalmente para a família e para o trabalhador. Tudo isso tinha como pretensão construir uma política de bem-estar social²¹, num

-

²¹ Entre as décadas de 1930 a 1960, um recorte que contempla a Era Vargas, houve o início do processo de regulação social e intervenção do Estado para estruturar o regime de bem-estar no Brasil (DRAIBE 1994 apud GRIN, 2013). Distintamente da experiência dos países europeus, a acumulação desenvolvimentista, a cooptação da classe trabalhadora urbana e uma política social estratificada foram os traços centrais no estado de bem-estar no Brasil, acrescendo-se de uma cidadania regulada incorporada à comunidade política. "Associada ao corporativismo do mercado de trabalho, essa foi a solução conservadora para as políticas sociais" (GRIN, 2013, p. 190).

plano maior de reconstrução nacional, e assim legitimar o regime político instaurado (SILVA, 2010, p. 54-55).

"Vargas se apresentava como 'pai', pai do povo, chefe dessa enorme família de brasileiros" (ARAÚJO, 1986, p. 12 apud SILVA, 2010, p.74). Presume-se que ocorre uma relação de aproximação entre Estado, na figura do chefe do executivo central, e a população brasileira diante desse ideal de "pai" do povo e a partir daí o Estado promove a intervenção constante nas diversas esferas sociais.

Segundo Neder (2002, p 34), a Igreja Católica, forte aliada do Estado nessa época, deu suporte teórico e prático para se implementar as políticas de caráter familiar, objetivando a preservação do modelo social e organizacional da família. Suas necessidades são consideradas como prioritárias em relação às dos sujeitos individuais.

No movimento de reaproximação entre a Igreja e o Estado, os problemas sociais, assumidos como questão política na década de 1930, constituíram-se como uma ponte de conexão entre essas duas instituições. A Igreja colaborou ativamente no campo das ações sociais, no qual já atuava, ao longo da história, com ações assistencialistas, e influenciou significativamente na elaboração de políticas sociais de proteção à família e à infância, tornando evidente a colaboração mútua em prol da paz social (SILVA, 2010, p. 54 – 55).

De acordo com Silva (2010), a Igreja almejava o controle ideológico e doutrinário das famílias, no propósito de resguardar a hegemonia institucional cristã frente à nova ordem social. "De acordo com a concepção católica, essas mudanças oriundas dos processos de modernização de base capitalista atentavam contra a unidade e a constituição familiar" (SILVA, 2010, p. 60).

No que diz respeito aos aspectos de proteção social, o Estado Novo implementou um conjunto de ações de amparo e proteção às crianças pobres e suas famílias, com a atenção principal à formação do futuro cidadão e o combate à deformação moral, à delinquência e à marginalidade (SILVA, 2010). A 13ª Sessão da Associação Internacional para a Proteção da Infância, ocorrida em 1938, argumentou que "a família é o meio mais indicado para assegurar os cuidados e a educação da criança". E diante disso, "[...] devem ser tomadas todas as medidas oficiais, oficiosas ou privadas susceptíveis de favorecer uma vida de família sã e regular e reforçá-la, porque daí decorre o sustento da sociedade" (A ORDEM, 1940, p. 74 apud SILVA, 2010, p. 82).

De modo pioneiro, o Estado Novo fundou o primeiro programa estadual de proteção à maternidade, à infância e à adolescência no Brasil, o Departamento Nacional da Criança (DNCr), atrelado ao Ministério da Educação e Saúde (MES), por meio do Decreto-Lei nº 2.024,

de 17 de fevereiro de 1940, que fixou bases da organização da proteção materno-infantil em todo o país. É decretado em seu artigo 1º

[...] a proteção à maternidade, à infância e à adolescência. Buscar-se-á, de modo sistemático e permanente, criar para as mães e para as crianças favoráveis condições que, na medida necessária, permitam àquelas uma sadia e segura maternidade, desde a concepção até a criação do filho, e a estas garantam a satisfação de seus direitos essenciais no que respeita ao desenvolvimento físico, à conservação da saúde, do bem estar e da alegria, à preservação moral e à preparação para a vida.²²

Segundo Pereira (1999, p. 166), "[...] apesar de ser produto de uma ditadura, a proposta do DNCr implicava em uma participação ativa da sociedade, ou de certos atores em especial (médicos, professoras, autoridades públicas e as mulheres em geral), para que seu fim fosse atingido". Outras figuras sociais também faziam parte, como as assistentes sociais. Como avalia Silva (2010), tais atores sociais desempenharam uma função essencial na assistência às crianças e mães de todas as classes sociais, entretanto essa importância estava direcionada às demandas da criança pobre, marginalizada ou abandonada.

De acordo com Pereira (1999, p. 170),

O modelo assistencialista do DNCr era baseado na criação de certos equipamentos públicos, principalmente os chamados Postos de Puericultura, onde todas as mães (e não só as pobres) deveriam receber orientação médica desde o início da gravidez, seguindo-se o acompanhamento da criança até a fase escolar, quando entraria em cena a Casa da Criança, que correspondia a um tipo de escola com orientação médica.

Para Silva, a finalidade era orientar e acolher em particular as mães, que atuavam de forma mais direta e incisiva no cuidado e na educação dos filhos. "As mulheres gestantes, as mães e as crianças recebiam orientações sobre saúde a partir dos Postos de Puericultura" (2010, p. 83).

"Com essas ações, o Estado buscava reduzir o índice de mortalidade infantil e zelar pela saúde física e moral das crianças, de modo a garantir, no futuro, uma força de produção sadia e resistente para servir à nação, promovendo o crescimento econômico e o progresso do país" (SILVA, 2010, p. 83). Parafraseando a concepção de Cristina Fonseca, Silva salienta que o Departamento Nacional da Criança (DNCr) se insere nas propostas normatizadoras do governo

²² Ver todo o documento em:< https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2024-17-fevereiro-1940-411934-publicacaooriginal-1-pe.html>.

de Vargas, ancoradas num discurso higienista e vinculadas às atividades de educação em saúde (p. 83). O DNCr apresentou uma situação nova de legitimidade para investimentos da puericultura nos problemas das crianças.

Outro órgão nacional originado na Era Vargas, na perspectiva da infância e da adolescência foi o Serviço de Assistência a Menores (SAM), vinculado ao Ministério da Justiça, de orientação correcional-repressiva. Foi criado pelo decreto-lei n. 3799, de 5 de novembro de 1941, com o propósito de atendimento às crianças abandonadas ou delinquentes, denominadas na época por "menores desamparados" (SILVA, 2010). O novo órgão objetivava "sistematizar e orientar os serviços de assistência a menores desvalidos e delinquentes, internados em estabelecimentos oficiais e particulares" recuperando-os para a reintegração desses jovens ao meio social.

Regionalmente falando, antes da implantação Serviço de Assistência a Menores (SAM) pelo poder central, no estado de Pernambuco, a interventoria de Agamenon Magalhães já possuía um sistema de amparo ao problema do menor abandonado e delinquente. Por meio do Decreto-lei nº 71, de 25 de fevereiro de 1938 foi criado o Serviço de Assistência e Proteção aos Menores Abandonados e Delinquentes, subordinado ao Juizado Privativo de Menores de Recife²⁴. Foram instituídos também uma clínica de conduta, abrigos provisórios para ambos os sexos, uma agência de colocações e um comissariado de menores, todos dependentes do Juizado de Menores do estado (MEDEIROS, 1995). "O menor desamparado era acolhido pelo Juizado de Menores, que tinha como função promover a assistência, proteção e defesa, bem como o processo e o julgamento do mesmo, que devia ser inserido em um programa de reeducação social, visando torná-lo útil a si e à Pátria" (SILVA, 2010, p. 85).

Ao finalizarmos o capítulo, evidenciamos a conjuntura histórica que ocorreu no Brasil e em Pernambuco nos decênios de 1930 e 1940, ao longo dos aspectos políticos e sociais. A trajetória trabalhada suscita elementos importantes da história, embora de forma limitada. Entretanto, podem ser aprofundados diante da bibliografia apresentada.

O precípuo é perceber que a partir das políticas da Era Vargas, que se estendeu pelas interventorias estaduais, inclusive em Pernambuco, na figura do governo de Agamenon Magalhães, foram sendo criadas e direcionadas ações assistenciais para a população das classes

-

²³ Ver o Decreto-lei n. 3799, de 5 de novembro de 1941 em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3799-5-novembro-1941-413971-publicacaooriginal-1-pe.html.

²⁴ O Juizado Privativo de Menores Abandonados e Delinquentes de Recife foi criado em 13 de junho de 1934, tendo como diretor e juiz o Dr. Rodolfo Aureliano, que também foi a personalidade mais destacável para a fundação de uma instituição de ensino em Serviço Social em Pernambuco. O Juizado se constituiu como primeira entidade oficial de atuação das assistentes sociais no estado, uma experiência pioneira junto ao menor e a família (LIRA, 1954). (Debate aprofundado no Capítulo terceiro dessa dissertação).

trabalhadoras. Essa conjuntura política e social focalizou nas atuações para o âmbito da instituição familiar, dispondo da Igreja Católica com uma forte aliada e tendo o apoio de um corpo profissional em ascendência, o assistente social, temáticas de estudo que se debruçarão os próximos capítulos.

3 UMA [RE]LEITURA DA HISTÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL PELA MARCA DO GÊNERO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

3. 1 O SURGIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL COMO PROFISSÃO DE INTERVENÇÃO NAS MANIFESTAÇÕES DA QUESTÃO SOCIAL

A emergência do Serviço Social no Brasil aconteceu a partir da década de 1930, como fruto da ação de renovação da Igreja e da participação de leigos burgueses através da Ação Católica, visando construir atuações recristianizadoras no país. Sua origem também tem relações com contexto histórico-conjuntural da época, que vivia uma tendência de políticas econômicas nacionalistas com o regime de Getúlio Vargas (1930 – 1945) (IANNI, 1971 apud KATO, 1973; LIMA, 1982).

Segundo Ianni (1971), o Estado brasileiro passou a intervir de forma cada vez mais decisiva no conjunto da economia, apresentando uma política de respostas às necessidades do processo de industrialização e de enquadramento da população urbana. O surgimento e o desenvolvimento de instituições assistenciais fazem parte do projeto reformador implementado pelo governo de Vargas, e têm a característica principal de propiciar benefícios assistenciais aos trabalhadores, como um novo tipo de enfrentamento da questão social²⁵ (ANDRADE, 2008).

Segundo Ortiz,

[...] a constituição do conjunto de serviços e políticas sociais e de um aparato institucional socioassistencial para operacioná-los, sobretudo na década de 40, se inscreveu nesse empreendimento do Estado brasileiro que [...] passou a enfrentar as expressões da "questão social" a partir das referências de um projeto de cunho reformista-conservador (2010, p. 88).

²⁵ Essa confrontação à questão social, finais do século XIX até meados do século XX, foi marcada pelo processo de urbanização e modernização; de um lado, percebe-se o descontentamento da classe trabalhadora (organização

questão social (fome, doença, desemprego, desproteção) consideradas como males incuráveis são entendidas como passíveis de serem amenizadas (PASTORINI, 2004, p. 107) a partir da constituição do conjunto de serviços e políticas sociais e de um aparelho institucional socioassistencial (ORTIZ, 2010, p. 88).

do movimento operário, pressão e reivindicações) e por outro, segundo Pastorini, "[...] se faz presente a intervenção inibidora da burguesia, que buscou impedir o acesso igualitário das classes trabalhadoras ao processo de socialização da política, da riqueza, etc" (2004, p. 105). A situação de pobreza vivenciada pelo proletariado era tida pela burguesia como algo natural e tratada sob o prisma da moral e/ou repressão, resultante das ações do indivíduo e este era culpabilizado pela sua situação de vida. Criando-se uma tendência de naturalização e essa tendência é acompanhada da transformação de suas manifestações em objeto de programas assistenciais focalizados (PASTORINI, 2004). Com isso, o Estado se apresenta como pairando acima das classes sociais, se mostrando como uma entidade criada para proteger os indivíduos dos perigos da sociedade moderna, definindo o que seria o conjunto de problemas sociais que requeriam uma atenção coletiva. Dessa forma, as manifestações da

Foi nessa perspectiva que houve a implantação do Serviço Social no Brasil e de emergência e publicização do enfrentamento da questão social, principalmente quando se ganha relevância e legitimidade perante a Igreja, o Estado e o mercado. Momento em que o Estado brasileiro estava embasado em teorias e ideologias europeias e, depois, americanas, com o objetivo de igualar a realidade brasileira ao desenvolvimento civilizado dos grandes centros (SILVA, 2014).

A Igreja Católica e a "universalização" da questão social nesse período se encontram a partir do debate sobre a renovação da Igreja para o enfrentamento da questão social, a partir das Encíclicas Rerum Novarum²⁶, de Leão XIII, de 15 de maio de 1891 e da Quadragésimo Anno, de Pio XI, de 15 de maio de 1931, que apontavam para a situação operária, e suas assertivas, a qual tinha como objetivos a responsabilização do Estado, a defesa da propriedade e da família; a necessidade de proteção da classe trabalhadora e a naturalização da desigualdade social. No Brasil, os efeitos das Encíclicas à questão social a levaram a ser tratada como problema de ética e moral (SILVA, 2014). Desse modo, a aliança entre o Estado varguista e a Igreja Católica no trato das expressões da questão social é inconteste (ORTIZ, 2010).

A institucionalização do Serviço Social no Brasil foi determinada quando o Estado e a Igreja Católica se organizaram, mediante um largo aparato institucional, para dar conta das demandas sociais provenientes das lutas e organizações dos trabalhadores, isto é, quando abrem os olhos para a realidade da questão social, de modo a garantir o controle social sobre o jogo de força em confronto (SILVA, 2014, p. 119).

O Serviço Social brasileiro surge a partir das mazelas sociais dessas nova etapa do desenvolvimento capitalista, em articulação com a história dos processos econômicos, e das classes, bem como, pelos setores político, social e religioso, pelos quais o objeto de intervenção da profissão se configurava a partir da moral, da higiene e da boa conduta, respondendo às demandas sociais, com objetivo de mediar os conflitos sociais e legitimar os interesses da classe capitalista (FREIRE; CANDIDO, 2013, p. 352). Intervenção essa que via os problemas sociais decorrentes das contradições do modo de produção capitalista como meros desajustes sociais do indivíduo.

mesmo do seu oficio, o Estado deve servir o interesse comum" (LEÃO XIII, 1965, p. 29 apud AGUIAR, 1995).

²⁶ Conforme Aguiar (1995), a encíclica determina como a causa da situação decadente o liberalismo e o socialismo, aconselhando a intervenção do Estado como solução para o problema da classe trabalhadora. E nas ações da Igreja, o pontífice insiste ao operariado católico a associação para assim, haver uma restauração dos costumes cristãos. Declara o Papa, "o Estado pode tornar-se útil às outras classes, assim também pode melhorar muitíssimo a sorte da classe operária e isso em todo rigor do seu direito, e sem ter a temer a censura de ingerências; porque em virtude

O Serviço Social nasce, pois, numa dimensão eminentemente prática [...]. Nasceu com o objetivo de ajustar sem questionar a ordem vigente. Não via criticamente a história brasileira, nem a vida e o cotidiano do "assistido". A ideia de mudança não existia. A sociedade era vista de forma estática, com valores e tradições às quais o indivíduo tinha que se ajustar, se integrar ou se acomodar (SETUBAL, 1983, p. 115).

Deste modo, o Serviço Social trabalhava, em sua emergência, com a ideia de adaptação de sua clientela à sociedade da época. Segundo Vieira (1980, p. 144), se acreditava "[...] num fundo permanente de tradição e de valores que governavam a sociedade e ao qual o indivíduo devia se ajustar" ou se conformar.

Todo esse pensamento provinha da corrente filosófica que fundamentava a profissão nessa época, que presumia o sistema social como um organismo estruturado e estático no qual só existiam condições para ajustes, reparos e erradicação de patologias (YASBEK, 1977).

Pode-se dizer que a relação entre Serviço Social e questão social aparece nas primeiras formas de atuação profissional, "[...] como uma das alternativas às ações caritativas tradicionais, dispersas e sem solução de continuidade, a partir da busca de uma nova 'racionalidade' no enfrentamento da questão social" (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 19).

Segundo Iamamoto, a partir das grandes instituições, no final da década de 1930, "[...] o mercado de trabalho se amplia para o Serviço Social e este rompe com o estreito quadro de sua origem para se tornar uma atividade institucionalizada e legitimada pelo Estado e pelo conjunto das classes dominantes" (2004, p. 93). Andrade (2008) complementa afirmando que o desenvolvimento dessas instituições assistenciais já nos anos de 1940 coincidiu com o momento de institucionalização da profissão do assistente social, que representou o período de rompimento da profissão com a sua origem no bloco católico e, a partir do mercado de trabalho, que se abriu com tais instituições, se instaura como uma categoria assalariada, fortemente atrelada às políticas sociais implementadas pelo Estado.

3. 2 A AÇÃO SOCIAL CATÓLICA COMO IMPULSIONADORA DA ORIGEM DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

O Estado brasileiro da década de 1930, trouxe para si a responsabilidade de cuidar da reprodução da força de trabalho e, com isso, buscou o fortalecimento de suas alianças com os

setores abastados da burguesia e a Igreja, com quem manteve relações de convivência cordial (MARTINELLI, 2010, p. 123).

Segundo Lima (1982, p. 23), o governo ditatorial se fez bem tolerante em relação à atuação da Igreja, assim "[...] criando campo para o desempenho dos atores da geração do serviço social como instituição no Brasil, nos anos 30, enquanto nos 40 deu-se a gradativa afirmação do serviço social no país". O regime de Getúlio Vargas teve o interesse de construir uma solidariedade e apoio com a Igreja por causa da potência disciplinadora e de influência que a instituição mostrou ter diante da sociedade civil da época.

A Igreja Católica, diante de sua ação de renovação, atuou na fundação das primeiras escolas de Serviço Social no Brasil, a partir da influência da Ação Católica²⁷. Esse era um movimento de colaboração formado por leigos cristãos no apostolado hierárquico da Igreja, também denominado de laicato, que teve como missão de evangelização difundir os fundamentos de uma ordem cristã, estimulando a formação pessoal e social de integrantes para atuar e viver na perspectiva da doutrina social da Igreja (AGUIAR, 1995; LIMA, 1982; SILVA, 2014).

Carvalho avalia que o Serviço Social brasileiro surge da iniciativa particular de grupos que se manifestavam por intermédio de movimentos criados pela Igreja Católica ou com sua a contribuição e que tinha sua base em obras de cunho confessional que começaram a surgir a partir dos anos de 1920. Essas entidades se diferenciavam do pensamento da caridade tradicional, ligada à filantropia, e estava construindo um campo direcionado à assistência preventiva, de apostolado social, que julgava "[...] atender e atenuar determinadas sequelas derivadas do aprofundamento da industrialização, principalmente no que se refere a menores e mulheres" (1980, p. 48). Acontece nesse momento, também, a introdução da mulher burguesa na força de trabalho urbana, no qual anteriormente somente famílias proletárias faziam parte (CARVALHO; IAMAMOTO, 2014).

Desde o início essas entidades envolvem de forma muito mais direta e ampla os nomes das famílias que integram a grande burguesia paulista e carioca, e às vezes, a própria militância de seus elementos femininos. Possuem um aporte de recursos e potencial de contatos a nível do Estado, o que lhes possibilita o planejamento de programas assistenciais de maior envergadura e eficiência técnica (CARVALHO, 1980, p. 48).

²⁷ Esse movimento representou uma renovação expressiva, "[...] trouxe para bem próximo da Igreja o cristão leigo, despertando nele a consciência da sua responsabilidade de participação para viver como cristão e trabalhar para que a sociedade observasse os princípios do 'humanismo cristão', movimento de vanguarda na época" (JUNQUEIRA apud MARQUES, 1994, apud SILVA, 2014, p. 82).

São a partir dessas obras que serão criadas as bases organizacionais, e principalmente a formação do pessoal, que no ano seguinte, servirão de apoio à expansão da Ação Social Católica com o surgimento das primeiras Escolas de Serviço Social nas capitais do Brasil, como no Rio de Janeiro e São Paulo. Segundo Martins (2018), foi um espaço que se concentrou mulheres de elite, as quais contribuíram com tais entidades, principalmente pelo ponto de vista cívico, moral e religioso, ideais incentivados pela doutrina social da Igreja.

A figura de Dom Sebastião Leme, dentro do episcopado brasileiro, teve um papel importante na organização do catolicismo no Brasil, principalmente sua atuação junto ao governo civil. Suas ações foram de tamanha relevância para reaproximar a Igreja do Estado, aumentar a popularidade da doutrina cristã entre as classes sociais, e assim, recristianizar a sociedade, formando o apostolado laico. No início dos anos de 1910, atuou como arcebispo de Olinda e nos anos 20, foi nomeado cardeal-arcebispo da capital do país (AGUIAR, 1995; LIMA, 1982).

No Rio de Janeiro, em 8 de dezembro de 1922, foi fundada a Confederação Católica, pelo cardeal Dom Leme. Uma instituição que tinha o objetivo de organizar e disciplinar o apostolado laico da Igreja, com o propósito de formação de chefes para o laicato. Essa entidade, mais tarde, se transformou na Ação Católica Brasileira (AGUIAR, 1995; LIMA, 1982). De acordo com Aguiar (1995), Dom Leme também instituiu a Confederação na cidade de Olinda, e anteriormente às duas, já havia em São Paulo, originada por D. José Camargo de Barros e fomentada pelo cardeal Leme, quando padre na cidade paulista.

Segundo Lima (1982), Dom Leme desenvolveu atividades sociais principalmente com as jovens mulheres da elite, objetivando torná-las futuras integrantes da Ação Católica. Diante dessa finalidade, em 1932, o cardeal convidou a presidente internacional da Juventude Feminina Católica, e representante da União Internacional de Ligas Femininas, a belga Mademoiselle Cristine de Hemptine, para ministrar um curso intensivo de doutrina social da Igreja e ação católica para um grupo feminino carioca.

O curso foi de aproximadamente dois meses (1º julho a 12 de agosto) e teve atividades na área familiar, pedagógica, econômica, política e social, sempre apontando para a recristianização da sociedade e dando como exemplo a questão social na Europa. Ao fim do evento, todas as participantes saíram motivadas para uma possível adesão no Brasil. Como resultado da repercussão do curso, em novembro do mesmo ano, Dom Leme fundou o primeiro grupo de Ação Católica no Rio de Janeiro, denominado de Juventude Feminina Católica (LIMA, 1982; AGUIAR, 1995).

Em 1934, foi fundada a Liga das Senhoras Católicas, no Rio de Janeiro, que teve como conferencistas a Mlle. Cristine de Hemptine, retornando ao Brasil, e Madame Stenbergne, presidente da União Internacional das Ligas Femininas Católicas nesse ano, ambas também pronunciaram conferências em São Paulo. Os estatutos da nova entidade foram elaborados por Stella de Faro e reexaminado pelo cardeal Dom Leme (LIMA, 1982, p. 36).

É importante destacar que Stella de Faro é considerada como a grande pioneira do Serviço Social no Rio de Janeiro e figura dirigente do movimento católico brasileiro com maior visibilidade e reconhecimento público nacional e internacional. Fez-se uma das mais próximas colaboradoras de Dom Sebastião Leme, que a convidou para ocupar o cargo de secretária-geral da ala feminina da Confederação Católica, em 1922, expondo ser uma relação de longa data. Stella também foi representante ativa da ação social católica na composição do Conselho Nacional de Serviço Social²⁸, criado por Getúlio Vargas, em 1938 (MARTINS, 2016, p. 186).

Podemos perceber que a Ação Católica foi se configurando em um campo social de composição de mulheres de classes abastadas da burguesia, dando-lhes uma função social, para elas que antes apenas ocupavam um lugar de passividade no espaço privado, e começaram a integrar grupos cristãos com projetos coletivos, como formadoras e doutrinadoras de ações sociais. Essas instituições centralizadoras do apostolado social se estabeleceram através da Ação Católica, que foi constituída em 1935.

Conforme Aguiar (1995), toda essa movimentação de criação de obras sociais e cursos intensivos ligados ao apostolado laico destaca a pessoa do cardeal Leme como um bom estrategista para desenvolver a Ação Católica no Brasil, cuja criação foi recomendada pelo Papa Pio XI. Sua oficialização ocorreu no Rio de Janeiro, em 9 de julho de 1935, domingo de pentecostes. Todos os bispos brasileiros promulgaram em suas dioceses os estatutos da Ação Católica Brasileira.

Foi explanado nos comentários dos estatutos:

À organização ou quadro oficial – da participação dos leigos no apostolado hierárquico – dá-se o nome de Ação Católica Brasileira. Seu objetivo imediato é formar o laicato católico para colaborar na missão sublime da Igreja – salvar almas pela cristianização dos indivíduos, da família e da sociedade. [...] o primeiro esforço da Ação Católica que, antes de mais nada, é educativa (AGUIAR, 1995, p. 23).

-

²⁸ Órgão instituído pelo Decreto-Lei nº 525 de 01 de julho de 1938, que colaborava diretamente com o Ministério da Educação e Saúde e se formou como um marco no processo de legitimação do Serviço Social, pois foi a partir dele que as bases da organização do serviço social se firmaram todo o país, visando também centralizar e organizar as instituições sociais e assistenciais públicas e privadas. O Conselho tinha como finalidade "[...] estudar, em todos os seus aspectos, o problema do serviço social e funcionar como órgão consultivo dos poderes públicos e das entidades privadas, em tudo quanto se relacione com a administração do serviço social" (SILVA, 2010, p. 73).

O público-alvo de formação da Ação Católica se centrava na elite burguesa. Na medida em que essa parcela da sociedade estivesse preparada para o apostolado, seriam capazes de influenciar na vida social. Acreditava-se que a reforma da sociedade viria através das elites, devendo cristianizar o povo. Ou seja, as classes abastadas teriam a vocação social de doutrinar a classe proletária.

Foi, no entanto, a partir do desenvolvimento do Movimento Laico que as iniciativas embrionárias, como as obras sociais e cursos formativos, compreendidos antes e depois da oficialização da Ação Católica, encontraram cada vez mais espaço de doutrinação na sociedade brasileira por meio do apostolado leigo.

3. 3 O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO E AS PRIMEIRAS ESCOLAS DO PAÍS

O Serviço Social no Brasil é fruto da ação estabelecida pela Igreja no campo social e sua implantação não foi um processo isolado. Ele esteve intimamente relacionado às profundas transformações econômicas e sociais que a sociedade brasileira percorreu, e à ação dos grupos e instituições que interagem com essas mudanças. Seu aparecimento se deu no contexto do bloco católico, que manteve por um período prolongado, um certo monopólio da formação dos agentes sociais especializados, tanto a partir de sua própria base social, como de sua doutrina e ideologia (CARVALHO, 1980, p. 58 - 59).

O Serviço Social teve sua emergência como um "departamento" especializado da Ação Católica e Ação Social²⁹, num momento considerável para a definição do papel de renovação da Igreja, dentro das novas características que progressivamente vai assumindo a sociedade brasileira do período. De acordo com Aguiar (1995, p. 28), é dentro do cenário da Igreja que aparecem as primeiras escolas do Serviço Social no Brasil.

Conforme Yasbek (1977), os primeiros passos dados para fundação de uma Escola de Serviço Social em São Paulo se deram a partir do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), entidade que se configurou como criadora e mantenedora da Escola.

²⁹ Ação Social era vista como uma atividade que visava promover o progresso social, a melhoria das condições de vida na sociedade e a aplicação à vida coletiva dos princípios de justiça e caridade, sendo necessária a união da Igreja, da burguesia e do Estado para pôr em prática essa tarefa (LIMA, 1982). Segundo Faro (1936, p. 90), "Ação Social é aquela que tende a uma organização melhor do corpo social, pela restauração dos quadros naturais de sociedade ou toda a ação que tende a melhorar a situação material das classes desprotegidas e principalmente das classes laboriosas por meio que não seja a esmola". Na perspectiva de Silva, as "Ações Sociais operavam sob o propósito de auxiliar os indivíduos na solução dos problemas de ordem física, econômica, moral e espiritual, bem como, no que se refere às instituições e as leis, no intuito de melhorá-las e ampliá-las em prol do bem-estar social" (2010, p. 87).

O Centro surge após a realização do Curso Intensivo de Formação Social para Moças, organizado pela primeira vez em São Paulo pelas cônegas Regulares de Santo Agostinho, de 1º de abril a 15 maio de 1932. A direção desse curso coube à Mlle Adèle de Loneux, professora da Ecole Catholique de Service Social de Bruxelas. (1ª Escola de Serviço Social da Bélgica, criada em 1920) (YASBECK, 1977, p. 26).

A professora Adèle de Loneux tinha uma formação voltada à ação social operária e objetivou com o curso gerar uma perspectiva de engajamento e responsabilidade social. Essa formação teve como denominação Curso Intensivo de Formação Social para Moças e desempenhou o papel de qualificar agentes para a realização da prática social, objetivando o preparo para o exercício da ação e formação social (MARTINELLI, 2010; LIMA, 1982).

O programa do Curso de formação para moças abarcava estudos de Psicologia, Direito, Higiene e da Doutrina Social da Igreja. Visitação a obras sociais e instituições também faziam parte da programação, despertando um universo até pouco conhecido, que era a vivência na área da ação social. O Curso teve uma aceitação positiva entre as jovens católicas interessadas no debate sobre os problemas sociais, pois desejavam investigar e formar concepções acerca das questões sociais do momento (LIMA, 1982; YASBEK, 1977).

Foram 50 alunas que frequentaram essa formação, constituída por jovens católicas, algumas já participantes de atividades assistenciais ou militantes de movimentos da Igreja, e pertencentes às famílias da burguesia paulista. Partiu das mesmas o desejo de se criar uma associação para dar continuidade aos estudos, e concomitantemente, constituir um centro de ação social na capital paulista. Assim foi fundado e regimentado, em 16 de setembro de 1932, o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS) (YASBEK, 1977, MARTINELLI, 2010).

Em entrevista à historiadora Maria Roy, Odila Cintra Ferreira, a primeira presidente do CEAS, descreveu como ocorreu a criação do desejado Centro:

[...] o grupo das alunas do curso [de formação para moças] resolveu fundar uma entidade que continuasse despertando interesse pelo trabalho social. Então, fundamos o Centro de Estudos e Ação Social, que era uma entidade de pouca repercussão, mas que teve uma ação muito grande aqui no Brasil. [...] Fundamos o Centro, o qual deveria nomear uma diretora; e eu era a pessoa que estava mais por dentro do problema. [...] Continuamos com o trabalho que Mlle. De Loneaux havia começado. Reuníamos para alguns cursos sociais, por exemplo, urbanização, problemas sociais, etc (ROY, 1983, p. 41).

Odila Cintra Ferreira era filha de fazendeiros de Bragança Paulista, de família tradicional de São Paulo. Estudou em países como a Suíça e a França, na Escola Normal Social de Paris e na Escola Superior de Estudos Sociais do Instituto Católico de Paris, construindo uma formação direcionada à ação social do operariado, legislação e economia política (ROY, 1983).

Conforme o Relatório do Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo de 1932/1934, a finalidade da entidade estava em estudar e difundir a doutrina social da Igreja e a ação social dentro da mesma orientação, tendo um dos seus objetivos "tornar mais eficiente a atuação das trabalhadoras sociais" (YASBEK, 1977, p. 28). Os primeiros estatutos do Centro estiveram direcionados em propagar a doutrina social católica.

O CEAS se fundamentava nos ensinamentos cristãos, mobilizando os seus integrantes a exercerem na vida social um trajeto direcionado pela doutrina da Igreja. Essa orientação se dá pelo reconhecimento dos problemas sociais³⁰, vistos como patologia da vida social, que julgava vir principalmente das ideias do comunismo, que segundo a Encíclica Rerum Novarum, alimentava conflito de desavenças entre as classes sociais (YASBEK, 1977; AGUIAR, 1995).

A doutrina social da Igreja embasou seus princípios na ideia de o que se deve existir entre as classes sociais é a concordância e não a luta entre elas (AGUIAR, 1995, p. 18), salientando que

[...] o primeiro princípio a pôr em evidência é que o homem deve aceitar com paciência a sua condição: é impossível que na sociedade civil todos sejam elevados ao mesmo nível. É, sem dúvida, isto o que desejam os Socialistas; mas contra a natureza todos os esforços são vãos. Foi ela, realmente, que estabeleceu entre os homens diferenças tão multíplices [...] de inteligência, de talento, de habilidade, de saúde, de força; diferenças necessárias, de onde nasce espontaneamente a desigualdade das condições. Esta desigualdade, por outro lado, reverte em proveito de todos, tanto da sociedade como dos indivíduos; porque a vida social requer um organismo muito variado e funções muito diversas, e o que leva precisamente os homens a partilharem estas funções é, principalmente, a diferença das suas respectivas condições. [...] O erro capital na questão presente é crer que as duas classes são inimigas natas uma da outra, como se a natureza tivesse armado os ricos e os pobres para se combaterem mutuamente num duelo obstinado. [...] as duas classes estão destinadas pela natureza a unirem-se harmoniosamente e a conservarem-se mutuamente em perfeito equilíbrio. [...] A concórdia traz consigo a ordem e a beleza; ao contrário, dum conflito perpétuo só podem resultar confusão e lutas selvagens (LEÃO XIII, 1891, p. 06).

2

³⁰ Problema social era visto como perturbações que agitam o corpo social, isto é, aos diversos problemas concretos suscitados pela evolução e os desequilíbrios da vida social (VAM GESTEL, 1959, p. 20 apud AGUIAR, 1995, p. 17).

É nesse sentido propagado pela Encíclica do Papa Leão XIII que as programações do CEAS se aprofundaram, no objetivo de conformar a condição da classe trabalhadora e harmonizar suas relações com a classe burguesa no Brasil, pois o apostolado laico da Igreja se tornou "guarda e intérprete" da reconciliação dos ricos e pobres. Essas ações viriam a partir de reformas na vida social para diminuir as desigualdades sociais, tendo nos membros do Centro os difusores da moral e da justiça na luta contra as ideias comunistas.

No CEAS, além dos estudos teóricos dos problemas sociais no Brasil, as ações educativas aconteciam em visitações a instituições, como foi o caso dos centros operários. O Centro tinha o interesse central no problema social do operário já que se localizava em uma capital que era vista como um polo industrial e assim "[...] dedicou sua ação à criação de centros operários, em que fazia um trabalho de ação social junto às mulheres proletárias, abrangendo cursos de formação em colaboração com outras instituições" (LIMA, 1982, p. 41).

Em 1932, foram criados quatro centros operários em quatro bairros distintos da cidade de São Paulo. Nesses centros de formação social para moças operárias, como especificou Odila Cintra, as integrantes do CEAS, por intermédio de cursos educativos, como tricô, bordados e círculos sobre assuntos sociais, "procuraram interessar e atrair as operárias e entrar assim em contato com as classes trabalhadoras, estudando-lhes o ambiente e as necessidades" (YASBEK, 1977, p. 35).

Para exemplificar, Odila Cintra Ferreira narra sua experiência em um dos centros operários:

Procuramos congregar as moças, dos diversos bairros, operárias, e uma vez por semana, nós íamos lá, dar cursos, reuní-las. Inicialmente, nem dissemos que éramos católicas. [...] éramos ecumênicas, não fazíamos distinção de quem entrasse, podia ser católica ou não, [...] porque nós fazíamos formação social [...]. É que queríamos conquistar toda a gente. Não estávamos fazendo movimento religioso. Tínhamos medo de que elas entendessem como um movimento religioso; era só um movimento social. Com doutrina católica, naturalmente.

Então, é possível perceber que as integrantes do CEAS tinham como finalidade estimular a formação social das mulheres operárias no sentido de interessá-las e responsabilizá-las a se envolver na harmonização dos problemas sociais vivenciados pela classe, a partir do espírito de apostolado laico.

Tais centros operários eram vistos como associações de educação familiar, com o intuito de incentivar nas mulheres operárias a permanência no lar e imbuí-las do cumprimento de seus

deveres domésticos. As integrantes do CEAS, denominadas trabalhadoras sociais, viam esses centros como campos de observação para serem postos em prática os aprendizados teóricos. Posteriormente, esses centros tornaram-se sedes da Juventude Operária Católica e serviram como campos de estágios para as alunas da Escola de Serviço Social (CARVALHO; IAMAMOTO, 2014; YASBEK, 1977).

Desse modo, o CEAS foi se instituindo como uma entidade feminina cujo objetivo era a promoção de estudos sociais, preparando, assim, mulheres habilitadas para a execução de atividades no campo da ação social (YASBEK, 1977).

No ano de 1934, o CEAS coordenou a implantação da Ação Católica em São Paulo, um movimento que estava se intensificando em países europeus e havia se iniciado na capital do país, sob a disposição do cardeal Dom Leme. Tornou-se também ponto de propagação da Ação Católica, ou seja, dos princípios religiosos e morais na instauração da vida católica na família e na sociedade, tendo as integrantes do Centro como as primeiras dirigentes do movimento de Juventude Feminina Católica de São Paulo. Após estabelecida a associação da Juventude Feminina, o CEAS se desvinculou da diretoria para se dedicar à fundação da Escola de Serviço Social (YASBEK, 1977, p. 32).

Odila Cintra registra, na entrevista com Maria Roy, como ocorreu a afiliação da Ação Católica no CEAS e na futura Escola de Serviço Social:

Começamos a fazer trabalhos com grupos da Ação Católica, antes da fundação da Escola [...]. Era uma certa parte da Ação Católica que nós fazíamos, porque nossa parte de ação social era inteiramente diferente. Nós tínhamos grupos que faziam um tipo de Ação Católica, apostolado, etc. Isso foi muito bom para nós porque aquele grupo de moças — a Nair estava, a Helena Junqueira, a Heloisa... — elas se aprofundaram mais na parte de formação para a ação, e foram depois os melhores elementos que tivemos para a Escola de Serviço Social. Uma boa parte das moças da Ação Católica, quando da fundação da Escola, entraram para a mesma (ROY, 1983, p. 51).

Avalia Yasbek que a Ação Católica "[...] marca profundamente a vida do Centro e consequentemente a da futura Escola de Serviço Social, que nasce e se organiza sob a influência das posições da Igreja nesse momento histórico" (1977, p. 33). Segundo Lima, o CEAS era constituído de dois grupos o da Ação Social e o da Ação Católica, e desses dois círculos saíram moças para compor a primeira turma da Escola de Serviço Social, objetivando obter conhecimentos técnicos para uma ação mais eficiente no enfrentamento dos problemas sociais (1982, p.45).

3. 3. 1 A Escola de Serviço Social de São Paulo (ESS/SP): a primeira instituição de ensino no Brasil

Após o início das atividades do Centros de Estudos e Ação Social, se fortaleceu a perspectiva de se criar uma Escola de Serviço Social no Brasil, então duas integrantes do CEAS e participantes do Curso Intensivo de Formação para Moças, ministrado por Mle Adele de Loneux, partiram para a Europa, em 1932, a fim de realizar a formação de Serviço Social na Escola Católica de Serviço Social de Bruxelas. Para uma formação aprimorada, especializada e assim ser instituída no Brasil de maneira eficiente, foi-se necessário o intercâmbio da Maria Kiehl e Albertina Ferreira Ramos para a Bélgica (LIMA, 1982; YASBEK, 1977).

Maria Kiehl alega que,

[...] pareceu-nos, entretanto, insuficiente o nosso preparo para garantir a boa organização de uma Escola de Serviço Social, pois se as escolas dessa natureza tem por principal finalidade sanar os inconvenientes da improvisação dos dirigentes das ações sociais, é claro que a primeira condição de eficiência das escolas de Serviço Social é não serem elas próprias uma improvisação (1942 apud LIMA, 1982, p. 37).

Após o regresso das então assistentes sociais ao Brasil, no final de 1935, depois de três anos de curso, o CEAS iniciou as preparações para a fundação da primeira escola de Serviço Social, com a participação delas no corpo administrativo e docente (LIMA, 1982; ROY, 1983).

Para Yasbek, grande parte do sucesso atingido nos preparativos da Escola foi resultado da coordenação e influência da primeira presidente do Centros de Estudos e Ação Social, Odila Cintra Ferreira, que já dispunha de uma formação sólida no campo social obtida em cursos realizados na Europa, na Escola Normal Social e na Escola Superior de Estudos Sociais do Instituto Católico de Paris, instituições direcionadas à ação social para trabalhar particularmente com a população operária (1977, p. 37).

A formação de Maria Kiehl e Albertina Ramos na Escola de Bruxelas também foi um curso direcionado para a Ação Social, cuja perspectiva estava na "prevenção e cura dos problemas sociais em seus múltiplos aspectos" (YASBEK, 1977, p.38). Elas tiveram a preocupação de adaptar os conhecimentos adquiridos na Europa à realidade social brasileira.

A inauguração da primeira Escola de Serviço Social aconteceu em 15 de fevereiro de 1936, e tinha como "finalidade proporcionar às suas alunas uma sólida formação técnica e moral

para o trabalho social" (LIMA, 1982, p. 48). O curso ofereceria às mulheres tanto a preparação para exercício da carreira de assistentes sociais, como também as capacitaria para "desempenharem na sociedade o seu verdadeiro papel, com uma sólida formação moral e social" (YASBECK, 1977, p. 40). Era percebido que ao mesmo tempo que capacitavam mulheres para um trabalho profissional, as mantinham em funções que estavam relacionadas ao cuidado, atribuições historicamente associadas ao sexo feminino.

De acordo com o Relatório anual do CEAS do ano de 1936, a formação do ensino da Escola foi baseada, em seu princípio, em

[...] formar a personalidade das assistentes, não só técnica, mas moralmente, tendo em vista a missão que lhes está reservada [...]. Dar-lhes uma sólida formação ética e nelas desenvolver as qualidades naturais que requer a carreira social, tais como o amor ao próximo, o ideal de fazer o bem, a capacidade de dedicação, o critério e o senso prático da ação (YASBEK, 1977, p. 42).

Compreendia-se que a formação profissional da assistente social estava voltada impositivamente para dois elementos, o técnico e o da ética, com o ensino orientado para uma preparação técnica (teoria e prática) juntamente com a formação doutrinária direcionada pelos fundamentos cristãos. É a partir dessa profissional que o Serviço Social agirá sobre os diversos quadros da vida social, da família, numa tarefa de reajustamento, para adequar o indivíduo às condições de existência, buscando modificar essas condições, quando possível (LIMA, 1982).

Conforme o relatório do CEAS do ano de 1936, a Escola veio de uma necessidade da sociedade da época, em que a complexidade dos problemas sociais e a criação de importantes serviços sociais e assistenciais não poderiam ficar à mercê da improvisação, exigindo, assim, uma competência profissional e métodos adequados de trabalho para serem devidamente desenvolvidos (LIMA, 1982, p. 48).

A concepção de Serviço Social mais aceita na época era a apresentada por Mademoiselle Adèle de Loneux, que abordava o Serviço Social como um "conjunto de esforços feitos para adaptar o maior número possível de indivíduos à vida social ou para adaptar as condições da vida social às necessidades dos indivíduos" (VIEIRA, 1980, p. 42).

A Escola de Serviço Social de São Paulo (ESS/SP) se consolidou principalmente pelo financiamento do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), estando a ele vinculada até 1972, quando foi incorporada à Universidade Católica de São Paulo. A diretoria da ESS/SP ficou a cargo da Odila Cintra Ferreira durante os primeiros quatros anos, acumulando duas funções de gestão, pois também era diretora do CEAS (LIMA, 1982; YASBEK, 1977; ROY, 1983).

O curso tinha uma duração de três anos, um período considerado mínimo para se alcançar a formação básica. Entretanto, a primeira turma da Escola teve sua duração definida em dois anos, decisão geral, pela necessidade de diplomação de pessoal técnico para atuar na própria ESS/SP, no corpo docente, como também na implantação de grande número de serviços sociais na cidade de São Paulo (LIMA, 1982; YASBEK, 1977).

Entretanto, a necessidade da fundação da ESS/SP não pode ser considerada exclusivamente uma iniciativa do movimento católico laico, porque existia, na época, uma demanda real a partir do Estado para a ação das assistentes sociais em instituições estatais, como por exemplo a criação de cargos fiscais femininos para o trabalho com mulheres e menores, no Departamento Estadual do Trabalho. Uma demanda profissional que começa a se designar a partir de certos aparatos estatais, tornando mais rigorosa a qualificação acadêmica e técnica (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 184 – 186; CASTRO, 2000, p. 105)

De acordo com Yasbek (1977, p. 45),

Para cursar a Escola e obter o diploma de assistente social algumas condições foram fixadas:

- ter 18 anos completos e menos de 40 anos;
- apresentar referências de três pessoas idôneas;
- comprovar ter realizado estudos secundários;
- apresentar atestado de saúde;
- submeter-se à prova eliminatória de admissão.

Após um curso preparatório, com objetivo de proporcionar uma breve orientação sobre formação social, com as disciplinas Doutrina Social, Psicologia, Filosofia Moral, Direito, Prática Social, era exigida uma prova eliminatória de admissão. Esse curso preparatório se adequava como uma introdução ao curso regular da ESS/SP, mas somente foi realizado até o ano de 1943 (LIMA, 1982; YASBEK, 1977).

O programa curricular do curso, no decorrer dos anos, passou por ampliações de disciplinas para se aperfeiçoar o ensino e a prática das assistentes sociais em formação. Ao longo do tempo, alterações foram feitas na programação, como na quantidade de aulas, novas matérias, dentre outros. De certo modo, o que aconteceu foi a dispensa de disciplinas gerais para uma centralização nos estudos de matérias no Serviço Social e do entendimento do homem e da vida social. Segundo Yasbek (1977), esse processo se ampliou no período em que se inicia o intercâmbio com os Estados Unidos e sua influência na formação.

A primeira turma que ingressou no curso de Serviço Social de São Paulo se diplomou em 19 de março de 1938. Foram 14 (catorze) alunas que se submeteram à arguição sobre os trabalhos de conclusão de curso apresentados às variadas bancas examinadoras (LIMA, 1982, p.51), tornando-se as primeiras assistentes sociais formadas no Brasil.

As monografias desenvolvidas pelas alunas tinham uma orientação das docentes no intuito de proporcionar um planejamento na escrita, com ordenação e crítica. Sua maioria tratava das demandas e práticas das alunas no período dos estágios na escola, que aconteciam durante os três anos de curso.

Na Escola de São Paulo, os estágios surgiram em setores particulares como em instituições públicas. O Departamento de Assistência Social³¹, instituição oficial do governo, convocou, no mesmo ano de sua criação, em 1935, alunas da ESS/SP para o exercício da função de assistente social.

Esse Departamento "destinava-se a coordenar todas atividades de assistência social particular e dirigir o serviço social público" (FONTOURA, 1944, p. 50 apud LIMA, 1982, p.65). Sua competência também estava em "orientar e desenvolver a investigação e o tratamento das causas e efeitos dos problemas individuais sociais que necessitem de assistência, organizando para tal, quando oportuna, a Escola de Serviços Sociais"³². Um órgão responsável, na sua maior parte, à assistência aos menores e a inspeção de organizações públicas e particulares ligadas a esse campo (CARVALHO; IAMAMOTO, 2014).

De acordo com Lima (1982), Maria Kiehl, assistente social do CEAS e docente da Escola de São Paulo, foi a responsável pela instauração dos serviços técnicos da diretoria-geral do Departamento, ocupando a função de assistente social técnica do serviço social.

Em relação a setores particulares com convênio estatal, podemos exemplificar um compromisso do CEAS com o Departamento de Serviço Social de São Paulo, em 1939, para a instalação de centros familiares em bairros operários, iniciando um serviço denominado de Serviço Social de Proteção Familiar. Tais centros já existiam desde 1937, mas agora teriam a finalidade de "[...] preparar as famílias operárias, prevenir contra sua desorganização, procurando elevar seu nível de vida, econômico e cultural por meio de serviços de assistência e educação" (CERQUEIRA, 1944, p. 165 apud LIMA, 1982, p. 51).

³² LEI n. 2.497 DE 24 DE DEZEMBRO DE 1935. Organiza o Departamento de Assistência Social do Estado. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1935/lei-2497-24.12.1935.html. Acesso em 10 jun. 2019.

-

³¹ Em 1935, foi criado o Departamento de Assistência Social, subordinado à Secretaria da Justiça e Negócios do Interior. Pelo Decreto 9.486 de 13 de setembro de 1958 passou a ser chamado de Departamento de Serviço Social (LIMA, 1982).

Ou seja, o objetivo era amparar e educar famílias pobres e desajustadas e oferecer atendimentos variados, como visitas domiciliares, "[...] curso primário para proteger as crianças cujas mães são obrigadas a trabalhar fora, cursos de formação familiar (moral e formação doméstica para o lar)" (CARVALHO; IAMAMOTO, 2014, p. 201). O tratamento dos casos seria realizado por meio de encaminhamentos, conduzir a uma ocupação, regularizar situação legal de famílias, dentre outros.

Segundo Helena Junqueira, aluna da primeira turma da ESS/SP, em entrevista dada a Yasbek, os estágios à princípio eram feitos com a intenção de observação, principalmente de visitação familiar, e tinham como demandas os problemas provenientes com o trabalho feminino, o menor. A preocupação estava focalizada na instituição da família, pois era vista como a "célula da sociedade", o "sustentáculo de toda civilização" (1977, p.55), culminando em ser o ponto central para se compreender os problemas sociais, por isso toda a preocupação e importância dadas ao seu amparo e proteção pelo Estado e pelo Serviço Social. Tinha na mulher o papel social de mãe e a missão singular de zelar por seus filhos (FERREIRA, 1944, p. 67 apud CARLOS, 1993, p. 73).

A família, nesse contexto, era vista como a "[...] unidade básica do social [...] entendendo que era por intermédio dela que todos os problemas sociais se expressavam, provocando desajustamentos, conflitos, [...] e muitos outros problemas comportamentais" (SETUBAL, p. 1983, p.114).

Considerando essa análise, podemos perceber nos títulos das monografias da primeira turma do curso de Serviço Social de São Paulo a grande presença de trabalhos direcionados ao debate sobre família, englobando principalmente a mulher e o menor. Dos 14 trabalhos de conclusão de curso submetidos à arguição, nove se relacionavam diretamente com esse tema.

Nº	Nome e Título do Trabalho de conclusão de curso (TCC)	Nº	Nome e Título do Trabalho de conclusão de curso (TCC)
1	Aluna: Nair de Oliveira Coelho	8	Aluna: Maria José da Silveira
	Monografia: O papel do comissário		Monografia: Assistência ao menor
	de menores como assistente		cuja mãe não é empregada doméstica
2	Aluna: Nadir Gouvêa Kfouri	9	Aluna: Fátima Vasta de Souza
	TCC: Estabelecimentos		TCC: Fatores que perturbam a vida
	particulares cujo objetivo é prestar		normal da família
	assistência aos menores no		
	município da Capital		
3	Aluna: Helena Iracy Junqueira	10	Aluna: Dina Bartholomeu
	TCC: Necessidade e possibilidade		TCC: A escolha e a formação
	de proteção familiar na Capital:		profissional em alguns menores
	assistência paroquial completando		operários

	e suprindo a proteção familiar por intermédio dos centros familiares		
4	Aluna: Guiomar Urbina Telles TCC: As creches como auxiliares	11	Aluna: Anna Rosa Camargo Moura TCC: O trabalho e a condição do
	da família		menor na família operária
5	Aluna: Yolanda Maciel	12	Aluna: Maria Amélia Andrade Reis
	TCC: Estudo sobre os sindicatos		TCC: Duração do trabalho na
	operários de São Paulo		indústria e algumas condições da vida
	-		operária
6	Aluna: Lucy Pestana Silva	13	Aluna: Maria Ignez Barros Penteado
	TCC: Um cortiço num bairro		TCC: O problema da habitação
	operário		operária
7	Aluna: Haiitil Prado	14	Aluna: Heloisa Tapajós de Morais
	TCC: Alguns aspectos da imigração		TCC: Organizações sociais das
	nacional		colônias: síria, portuguesa, alemã e
			japonesa em São Paulo

Fonte: Construção própria a partir de LIMA, Arlete Alves. Serviço Social no Brasil: uma ideologia de uma década. São Paulo: Cortez, 1982, p. 102 – 104.

A referência de família tratada nesse período era representada pela família burguesa, considerada o retrato da Sagrada Família (CARLOS, 1993). Então, foi diante desse padrão de representação que foi julgada a família operária, público usuário do Serviço Social, que identificava os desajustes e buscava ajustá-los ao modelo burguês.

A experiência dos primeiros assistentes sociais era com famílias de periferias, em sua grande maioria, de trabalhadores. Com sua visão de família seguia o modelo católico, isto é, de uma família estruturada segundo os preceitos morais, sendo necessária a presença de um pai, de uma mãe e dos filhos. O pai é o provedor e a mãe a educadora. Resta, portanto, atuar através da mulher para reeducar a família, fazendo com que ela retome 'o bom caminho'. [...] Enfim, recristianizar a família (CARLOS, 1993, p.79).

Para as assistentes sociais, a grande parte da desestruturação da família vinha dela própria, por ter como direito natural³³ as funções de educadora e de construtora do caráter de seus integrantes, mas que não cumprindo, era responsabilizada pela existência da desordem e dos problemas sociais.

Para Odila Cintra Ferreira (1944, p. 54 apud CARLOS, 1993, p. 73) a família era vista como desorganizada

-

³³ Carlos (1993, p. 73) salienta que na Encíclica de Pio XI, sobre a educação da juventude, é relatada que é de direito natural que os filhos, até sua vida adulta, estarão sobre os cuidados da família. A família é o recinto natural para formação do homem.

[...] quando os pais são separados, ignorados, desaparecidos. No caso de mães solteiras, quando os pais não têm noção de seus deveres e a juventude não encontra proteção nem ambiente favorável para adquirir e conservar uma mentalidade sã.

Na perspectiva dada por Guiomar Urbina Telles³⁴ em seu trabalho monográfico,

[...] a existência de famílias desorganizadas estaria relacionada a imperfeição do homem. Porque a natureza do homem é em si imperfeita, sempre existiram e sempre existirão famílias desorganizadas. Esta desorganização é vista como causa dos males sociais que vão se tornando cada vez mais generalizados (TELLES, 1944, p. 91 apud CARLOS, 1993, p. 74).

Existiam também razões secundárias, que Nadir Kfouri e Helena Junqueira julgaram estar ligadas aos problemas habitacionais, ao desemprego, ocasionando a separação das famílias ou por questões econômicas, políticas e morais já presentes (KFOURI, 1939 apud CARLOS, 1993, p. 74; JUNQUEIRA, 1947 apud CARLOS, 1993, p. 74). Situações que eram vivenciadas pelas famílias operárias causadas por uma carência de preparo familiar.

As famílias "desestruturadas" eram o objeto de intervenção das assistentes sociais, que viam na regeneração familiar uma necessidade social. Uma família "desajustada" tinha sua configuração distinta do que se entendia por núcleo familiar burguês. Também era entendido pelas profissionais do Serviço Social que o desprovimento material levava à desorganização familiar, e que sempre existirão famílias desajustadas pela imperfeição do homem inoperante enquanto provedor de bom comportamento moral diante de seus filhos.

O interventor do estado de São Paulo, Ademar Pereira de Barros, reconheceu oficialmente os diplomas concedidos pela Escola de Serviço Social à primeira turma concluinte e, ainda, decretou uma legislação que estabelecesse um currículo mínimo para escolas de Serviço Social fundadas no estado. Esse acontecimento se deu em 2 de fevereiro de 1939, com o decreto de nº 9.970, vindo a contribuir para uma estabilidade da Escola, bem como significou um avanço no trabalho para introdução da ação especializada de assistentes sociais no Brasil (LIMA, 1982, p. 51; YASBEK, 1977, p. 53).

Setúbal (1983) alega que o ensino da ESS/SP, nos primeiros anos de funcionamento, ao mesmo tempo em que se sustentava na doutrina social da Igreja, estimulava seu alunato a

³⁴ Assistente Social formada na primeira turma da ESS/SP. Teve parte de sua monografia, intitulada As creches como auxiliares da família, publicada na revista Serviço Social, em 1944.

entender e solucionar os problemas sociais, por meio de uma intervenção idealista, cheia de amor ao próximo e a este dedicado, preparando-o tecnicamente para trabalhar em variados quadros da vida social familiar, profissional, na incumbência de reajustamento. Esse fator de ajustar a vida em sociedade "[...] passou a significar, ao nível da prática, a integração dos pequenos grupos de base (família e empresa) aos grupos sociais que vinculavam as comunidades locais ao mundo social mais amplo que os cercava" (1983, p. 114).

O perfil majoritário das primeiras assistentes sociais, caracterizadas por Helena Iracy Junqueira, era oriundo da classe média brasileira, que, ao mesmo tempo que procuravam o exercício remunerado de uma profissão, viria a oferecer também gratificação pessoal por sua afiliação com ação social católica.

De acordo com Junqueira (1980, p. 02),

[...] da primeira turma de diplomadas pela Escola de São Paulo, a primeira do Brasil, dentre 14 concluintes, apenas duas pertenciam à classe abastada, (proporção mantida ou talvez superada nos anos seguintes), pois as outras passaram imediatamente a trabalhar em empregos remunerados, sendo que várias haviam acumulado, durante o período escolar, emprego e estudo. Isto em fins da década de trinta e início de quarenta, quando o trabalho feminino se justificava, quase que exclusivamente por necessidade financeira e não como um direito da mulher de participar no mercado de trabalho.

Helena Junqueira afirma essa proposição se valendo de sua vivência por mais de trinta anos na Escola de São Paulo e por ter feito parte da primeira turma, tornando-se uma das primeiras assistentes sociais diplomadas no Brasil. Junqueira, após sua formação, se tornou a segunda diretora da Escola de São Paulo, assumindo em dezembro de 1940. Deixou o cargo em março de 1953, mas continuou como professora até 1963.

Para ela, mulheres abastadas e de influência social compuseram, na sua maioria, o grupo de vanguarda da doutrina social da Igreja, que abriu o caminho para a ação social nos movimentos leigos, resultando, assim, na longa caminhada do Serviço Social no Brasil, como por exemplo, Odila Cintra Ferreira e Stella de Faro, líderes e pioneiras no surgimento do Serviço Social nos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro.

3. 3. 2 O Instituto Social do Rio de Janeiro (IS/RJ): segunda escola de Serviço Social do Brasil

No ano de 1937, foi criada na capital do país, Rio de Janeiro, a segunda Escola brasileira de Serviço Social. Seu grupo fundador foi composto por intelectuais católicos e por membros da Igreja como o cardeal Dom Leme e por Stella de Faro.

A primeira Semana de Ação Social, realizada no Rio de Janeiro, de 16 a 19 de agosto de 1936, ficou sendo considerada como símbolo da introdução do Serviço Social nessa capital, visto que, a ideia de fundação de uma escola de Serviço Social no Rio surgiu como resultado desse evento (LIMA, 1982; CARVALHO; IAMAMOTO, 2014, AGUIAR, 1995).

As Semanas de Ação Social foram eventos que continham cursos de formação e diversas atividades baseadas na doutrina social da Igreja e delas resultariam organismos destinados à assistência social e à formação de mão-de-obra especializada na área social. Estabelecidas a partir de uma relação da Igreja com o Estado autoritário, tinham como objetivo comum a contribuição para a evolução social do país e o combate aos problemas sociais.

O governo intervencionista autorizava e financiava a realização de eventos católicos, que "[...] contavam com a presença de autoridades governamentais, às quais diversas propostas eram apresentadas no intuito de colaborar com as discussões" (SILVA, 2010, p. 86).

No Rio de Janeiro, aconteceram duas Semanas, uma em agosto de 1936 e a segunda em novembro de 1937. Conforme Aguiar (1995), elas serviram para difundir a formação social dos católicos, estimulando a Ação Social e o apostolado laico para grandes massas e assim envolver diversos estados do país. As posteriores Semanas foram realizadas em variadas capitais, como no Recife, em 1939, São Paulo, em 1940 e Salvador, em 1946, dentre outras.

A Primeira Semana teve sua abordagem ligada à organização do trabalho no estado do Rio e a formação técnica especializada, que tinha como objetivo criar uma unidade entre os setores particulares da Igreja, da classe burguesa e o Estado para o "reerguimento das classes trabalhadoras" (CARVALHO; IAMAMOTO, 2014, p. 194).

Tinha nas classes trabalhadoras menos favorecidas o público-alvo das ações e debates, que objetivavam uma "elevação material, intelectual e religiosa" (SILVA, 2010, p. 88)

De acordo com Iamamoto e Carvalho, nesse evento, foi debatido que

[...] a necessidade de formação técnica especializada para a prática de assistência é vista não apenas como uma necessidade particular ao movimento católico. Tem-se presente essa necessidade, enquanto necessidade social que

não apenas envolve o aparato religioso, mas também o Estado [...]. A visão da possibilidade de profissionalização do apostolado social é dada de forma sutil, na medida em que se encarece a necessidade de colaboradores para obras particulares e se prevê a demanda de pessoal permanente para instituições oficiais e patronais (2014, p. 195).

Stella de Faro abordou essa temática em uma palestra denominada Formação e Recrutamento de Pessoal durante a Primeira Semana de Ação Social, indicando a necessidade da presença de profissionais especializados no trabalho social, e com isso propôs a fundação de escolas de Serviço Social no Brasil (LIMA, 1982, p. 54).

Os dois principais resultados dessa Semana foram a Associação Lar Proletário³⁵, destinada à construção de habitações populares, que tinha na primeira-dama do Brasil, Darcy Vargas, a presidência. E o Instituto de Educação Familiar e Social, que se formariam técnicos especializados (CARVALHO E IAMAMOTO, 2014, p. 194).

Houve um momento do evento designado para informes sobre a legislação social elaborada pelos Ministérios do governo e tinha como pauta de encerramento um discurso proferido por uma autoridade, que nesse encontro ficou a cargo do ministro do Trabalho, Agamenon Magalhães, político pernambucano. Conforme Silva (2010), a participação de membros dos poderes públicos nos encontros do apostolado laico revela a importância dada pelo Estado às ações católicas desenvolvidas na área social.

Em 1º de julho de 1937 foi criado o Instituto de Educação Familiar e Social, mais conhecido como Instituto Social, tendo sua inauguração no dia 29 de agosto de 1937, com o comparecimento de personalidades como o cardeal Dom Leme e o interventor do Rio de Janeiro, Henrique Dodsworth. No ano de 1946, o Instituto foi integrado à Universidade Católica do Rio de Janeiro, como uma repartição feminina da Faculdade de Serviço Social (SILVA, 2010, p. 67).

Segundo o Relatório do Instituto Familiar e Social de 1938, a instituição tinha como finalidade

[...] formar entre as mulheres, não de uma classe, mas de todas as classes sociais, uma consciência de comunidade cristã [...]. Para isso, formar

-

³⁵ A Associação Lar Proletário se tornou a primeira obra particular a implantar o Serviço Social no Rio de Janeiro, a partir de 1939, por Margarida Motta Vieira, assistente social formada na primeira turma do Instituto Social, com o objetivo de proteção à família operária. Foram desenvolvidas atividades ligadas a creches, maternidades, escolas primárias, espaços de formação moral para o lar. As assistentes sociais ainda desenvolviam os ofícios relativos ao conjunto residencial, construído pela associação, que eram a seleção das famílias após um estudo, orientação da distribuição dessas famílias e acompanhar a ocupação de cada uma das residências (CARVALHO; IAMAMOTO, 2014, p. 201).

assistentes sociais, educadoras familiares e donas de casa, que venham a ser no meio em que vivem e trabalham, nos institutos em que ensinam ou nos ambientes sociais onde atuam, como elementos de correção das anomalias sociais, verdadeiros elementos de renovação pessoal e católica (1938 apud LIMA, 1982, p. 55).

O Instituto Social incialmente era composto por duas escolas, a Escola de Educação Familiar, formadora de educadoras familiares e a Escola de Serviço Social, que tinha o objetivo de formar assistentes sociais. Segundo Lima, os cursos do Instituto foram reconhecidos como "extensão universitária", sendo publicado no Diário Oficial de 1ª de agosto de 1939 e certificado pelo Ministro do Trabalho como aptos "à preparação de suas funcionárias para a 'Fiscalização do Trabalho de Mulheres e Menores'" (1982, p. 105).

Ministrados em três anos, os cursos do Instituto eram compostos por estudos teóricos e práticos, admitindo exclusivamente mulheres a partir de 18 anos, com diploma do Curso Secundário, ou formação geral equivalente. As candidatas deveriam apresentar atestado de idoneidade moral, ou recomendação de pessoa idônea, a juízo da direção do Instituto, bem como apresentar atestado médico. Cabe destacar que as profissões de Assistente Social e de Educadora Familiar se adequavam às ocupações consideradas próprias à natureza feminina (SILVA, 2010, p. 70).

Inicialmente, o curso se estruturava pela divisão em aulas teóricas, focalizando o conhecimento da realidade e de seus problemas, juntamente com atividades práticas e visitas a obras sociais e instituições, tendo ao final da formação a obrigatoriedade da elaboração dos trabalhos de conclusão de curso, que passavam por uma banca examinadora. Processo semelhante ao da Escola de Serviço Social de São Paulo (ESS/SP).

A primeira turma da Escola do Rio obteve, no geral, 27 (vinte e sete) inscrições, possuindo apenas 15 (quinze) alunas matriculadas, em 1937. Somente 4 (quatro) concluíram o curso no período regular, em 1940. Margarida Motta, Maria Josephina Rabello Albano, Irene Tavares de Sá e Maria Luísa Fontes Ferreira foram os nomes das primeiras assistentes sociais da capital do Brasil (LIMA, 1982; SILVA, 2010).

De acordo com Silva (2010, p. 69), "[...] a formatura da primeira turma de Serviço Social, em 1940, contou com a presença do Professor Alceu Amoroso Lima e do Ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema, demonstrando o interesse do Estado na iniciativa conduzida pela Igreja".

Imagem 2 - Foto que retrata a primeira turma de Serviço Social (Margarida Ferreira, Maria Luiza Ferreira, Maria Josefina (Josephina) Rabelo Albano e Irene Tavares de Sá), com o Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, e o Prof. Alceu Amoroso Lima – 1940.



Fonte: SILVA, 2010. p. 69.

A assistente social Maria Josephina Rabello Albano (presente na imagem), formada pela turma inicial do Rio de Janeiro, desenvolveu, a partir da sua monografia, um projeto para elaboração de uma legislação de proteção à infância abandonada e delinquente no Brasil, tendo seu trabalho publicado em edições de revistas da época. Após sua formatura, Maria Rabelo se tornou docente do Instituto Social, ocupou cargo de chefia na Legião Brasileira de Assistência (LBA) e realizou cursos no Departamento Nacional da Criança (DNCr) (SILVA, 2010, p. 69).

Maria Rabelo Albano também foi a primeira aluna da Escola do Rio de Janeiro a estagiar no Juizado de Menores, vinculado ao Ministério da Justiça, no ano de 1939. De acordo com Aylda Pereira, o Juizado foi o primeiro campo oficial a introduzir assistente social no quadro de colaboradores na capital do país (PEREIRA, 1943, p. 31 apud LIMA, 1982, 65). Outros espaços no âmbito público que incorporaram o Serviço Social entre os profissionais do quadro

foram a Prefeitura do Rio de Janeiro, a partir de 1939 e o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), em 1942.

No contexto nacional, se tem a Legião Brasileira de Assistência (LBA) como a primeira entidade na área da assistência social, que tinha como direcionamento inicial assistir às dificuldades angariadas pela 2ª Guerra Mundial.

A LBA foi reconhecida como órgão de cooperação com o Estado no tocante aos serviços de assistência e se instituiu por um decreto-lei 4.890 de 15 de outubro de 1942, por iniciativa de Darcy Vargas, esposa do presidente Getúlio Vargas (LIMA, 1982).

Seu objetivo original era o de "prover as necessidades das famílias cujos chefes hajam sido mobilizados" (LIMA, 1982, p. 65), ou seja, ampla assistência às famílias dos convocados da Guerra. Posteriormente, a Legião Brasileira estabeleceu sua atuação em todas as áreas da assistência, destacando as áreas da maternidade, família e infância.

No artigo 2º do seu estatuto, "trabalhar em favor do progresso do serviço social no Brasil" (CARVALHO; IAMAMOTO, 2014, p. 265), a LBA proporcionou apoio oficial às escolas de Serviço Social, financiando as já existentes ou viabilizando o surgimento de novas instituições. A Legião se tornou uma instituição nacional, que tinha sua sede na capital do país e comissões estaduais em variados estados. Avalia Lima que no Rio de Janeiro, a LBA contou com a contribuição ativa do Instituto Social para a preparação do seu estatuto como na promoção de cursos formativos. E em São Paulo, teve na figura da Maria Kiehl, assistente social do CEAS, uma colaboração técnica (LIMA, 1982).

De acordo com Lima, tanto a Escola de São Paulo quanto a do Rio tiveram influências disseminadas em outros estados, contribuindo direta ou indiretamente nas fundações de escolas no país por inteiro. Como foi o caso de uma instituição particular de ensino em Recife, no ano de 1941. O diretor e fundador dessa Escola, um juiz de menores, Dr. Rodolfo Aureliano, entrou em um acordo com o Instituto Social do Rio com o intuito de alcançar bolsas de estudos para duas alunas completarem a formação especializada na capital do país. Desse intercâmbio, o curso do Recife passou por uma mudança curricular (1982, p. 57).

Complementando esse pensamento, Iamamoto e Carvalho (2014, p. 197) avaliam que a partir da década de 1940 surgem escolas em diversas capitais brasileiras, que terão em sua maioria a formação sob influência das duas primeiras instituições de ensino, a ESS/SP e o Instituto Social no Rio, possuindo na direção ou no corpo docente ex-alunas formadas sob o regime de bolsas de estudos. Um outro fator que promoveu a fundação e a estruturação de novas escolas brasileiras foi o apoio financeiro da Legião Brasileira de Assistência (LBA).

3. 3. 3 Instituto de Serviço Social (ISS/SP): terceira escola brasileira e a primeira direcionada ao público masculino

A terceira Escola de Serviço Social brasileira surgiu na capital paulista e tinha como finalidade central a formação de assistentes sociais do sexo masculino. Após a criação da Escola de Serviço Social de São Paulo (ESS/SP), foi sentida a necessidade de formar assistentes sociais do sexo masculino, devido a constantes solicitações de órgãos estatais, que preferiam recrutar homens para certas atribuições que mulheres (BETETTO, 2010; YASBEK, 1977).

Segundo Betetto (2010, p. 591),

[...] em 1938, o dr. Carlos Magalhães Lebéis, então diretor do Departamento de Serviço Social do estado, alertou a diretoria do Centro de Estudos e Ação Social [CEAS] para esse fato, sendo que esses profissionais devessem atuar "na solução dos mais graves problemas sociais de São Paulo".

Para atender a um pedido do Departamento de Serviço Social do Estado de São Paulo³⁶, o CEAS, por intermédio da ESS/SP, providenciou, experimentalmente, um curso misto de caráter intensivo para a composição da turma masculina. As aulas ocorriam no turno da noite, em razão dos alunos trabalharem durante o dia, mesmo a Escola somente funcionando pela manhã (BETETTO, 2010; YASBEK, 1977).

Segundo Bertelli (2006, p. 49), "[...] em março de 1938, na cidade de São Paulo, à mesma época que se realizava a solenidade de colação de grau das primeiras assistentes sociais diplomadas no Brasil, iniciava-se o ano letivo da primeira turma mista" e noturna da Escola de São Paulo.

Luís Carlos Mancini foi aluno da primeira turma do curso misto da ESS/SP. Sua inserção no Serviço Social aconteceu mediante a criação do Departamento de Assistência Social de São Paulo. Em uma narrativa oral para Bertelli (2006, p. 38), Mancini relata que

[...] ao implantar este órgão, descobriu-se que não havia profissionais para integrar o Departamento e promoveram um curso para a formação de pesquisadores sociais. Já tinha sido criada a Escola de Serviço Social, pelo Centro de Estudos de Ação Social (Ceas). Minha mulher estava nesse curso; juntamente com [...] com Nadir Kfouri, com Helena Junqueira e outras. No ano seguinte, foram escolhidos alguns homens com inclinação social para integrar esse grupo. Eles escolheram um núcleo de pessoas com inclinação para o social e a condição era a pessoa fazer o curso e após dois anos entrar

³⁶ Anteriormente denominado de Departamento de Assistência Social, subordinado à Secretaria da Justiça e Negócios do Interior. O nome passou por modificação no ano de 1938.

para o Departamento. Fazia-se o curso já para ser funcionário e eu entrei nessa turma. [...] Formados, nos integramos diretamente no Departamento de Assistência Social.

É percebido que o Serviço Social se abriu para o público masculino a partir de uma demanda governamental, devido à necessidade de profissionais especializados no campo social. Entretanto, não se tem informações mais concretas do motivo que levou a essa delimitação de assistentes sociais do sexo masculino direcionado para o específico órgão público.

No ano de 1939, a Escola de Serviço Social decidiu não mais manter o curso noturno, porque o seu intuito foi de formar um certo número de assistentes sociais homens para atender à demanda específica do Departamento, que já tinha sido concluída. Com isso, os rapazes que ainda não haviam finalizado o curso, teriam de ser transferidos para a turma regular da manhã³⁷ e muito deles viram-se obrigados a abandonar a formação (BETETTO, 2010; YASBEK, 1977). Alguns anos após, a ESS/SP limitou novamente a matrícula no curso para o sexo feminino.

Por esse motivo, um conjunto de assistentes sociais, já formados da ESS/SP, e de professores ligados à Juventude Universitária Católica, analisou a possibilidade de fundar um estabelecimento para a formação de assistentes sociais homens (BETETTO, 2010, YASBEK, 1977).

Então, foi desse empenho que resultou o nascimento do Instituto de Serviço Social (ISS/SP), que de acordo com Lima, seria a primeira escola masculina de Serviço Social da América Latina, "[...] fundada sob os auspícios da Juventude Universitária Católica, tendo como finalidade o estudo dos problemas sociais" (1982, p. 52), na especialidade do Serviço Social do trabalhador e a formação de assistentes sociais do sexo masculino (YASBEK, 1977).

Inicialmente, como na Escola de Serviço Social de São Paulo, a admissão no Instituto ocorria também por intermédio de um curso intensivo de um mês, denominado preparatório-seletivo. O programa tinha matérias como Serviço Social e Moral, e possuía estudos nas áreas da Biologia, Endocrinologia e História, produzindo uma diferença curricular das disciplinas oferecidas curso de habilitação das Escolas de Serviço Social direcionadas ao público feminino (LIMA, 1982, p. 52).

De acordo com Lima, o curso regular acontecia em três anos. O primeiro ano se fundamentava em um estudo da formação geral sobre as variadas atividades do Serviço Social.

-

³⁷ Segundo Yasbek (1977), a Escola de Serviço Social de São Paulo (ESS/SP), para atender algumas conveniências, se viu obrigada a reunir as turmas masculina e feminina, porém somente por quatro anos foram mantidos cursos mistos (1938 – 1942), sendo decidido pelo corpo administrativo da ESS/SP por um alunato exclusivamente feminino, limitando novamente a matrícula.

O segundo em disciplinas especificas da área do Serviço Social do trabalhador, com estágios em obras e instituições trabalhistas. E o terceiro ano era destinado para estágios e a produção do trabalho de conclusão de curso (1982, p. 52).

O Instituto de Serviço Social foi fundado em 2 de março de 1940 e funcionou nas instalações da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento, da Ordem Beneditina, até 1941. Depois mudou-se para o Edifício Arcadas, na rua Quirino Bocaiúva, 176, Centro Histórico de São Paulo. No ano de 1946, o ISS/SP e a Escola de Serviço Social de São Paulo se incorporaram à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sendo o Instituto uma instituição complementar e depois faculdade agregada à PUC/SP (BETETTO, 2010, 592 – 593).

Segundo Bertelli (2006), os primeiros assistentes sociais masculinos tiveram sua formação profissional voltada prioritariamente para o campo empresarial, para o Serviço Social do Trabalhador e suas diversas modalidades, como fiscalização do trabalho, organizações de previdência social, orientadores sindicais, ou seja, campos de atuação diferenciados das assistentes sociais mulheres, que estavam envolvidas diretamente com a assistência social e suas ações com a família de classes populares, principalmente.

Isso nos faz perceber que até dentro da profissão do Serviço Social, houve no seu surgimento, o privilégio dos homens em atuação de áreas burocráticas, direcionadas às legislações trabalhistas do período e em órgãos estatais, como o Departamento de Serviço Social de São Paulo, instituição primeira a desejar formação masculina para o cargo. Então, a atuação inicial de assistentes sociais do sexo masculino não aconteceu em campos tradicionalmente gestados pelo Serviço Social, como a ação social e a assistência preventiva, campos construídos como subalternos por estarem ligados aos espaços familiares, às mulheres e crianças, no qual atuação de assistentes sociais foi associada, em sua emergência, à caridade, moral cristã, características consideradas "naturalmente" femininas.

3. 3. 4 A formação do Serviço Social nas décadas de 1930 e 1940 e as influências Franco-Belga e Norte-Americana

Autores como Lima (1982), Aguiar (1995), Carvalho (1980) e Yasbek (1977) afirmam que a evolução do Serviço Social no Brasil pode ser delimitada por fases. A primeira estaria relacionada com a influência franco-belga, uma abordagem baseada essencialmente na

formação doutrinária e moral da Igreja, que dominou o ensino e a prática das primeiras escolas de Serviço Social. Um período que engloba a década de 1930, se constituindo como a gestação do Serviço Social no Brasil.

Conforme o pensamento de Odila Cintra Ferreira, as primeiras escolas brasileiras de Serviço Social se moldaram em programas e métodos das escolas europeias que possuíam como característica comum o objetivo de intensificar e aperfeiçoar o trabalho social católico, atuando basicamente na sistematização da assistência, na educação popular e na pesquisa social. Seu público usuário, um tanto que exclusivo, se compôs de famílias operárias, particularmente, mulheres e crianças (YASBEK, 1977, p. 53).

A segunda fase esteve relacionada com a influência norte-americana, detentora de uma metodologia técnica para a prática profissional, que seria uma debilidade na perspectiva do Serviço Social europeu, uma fragilidade no quesito instrumentação.

O Serviço Social brasileiro na década de 1940 e no início dos anos 1950, terá a presença das duas influências aliadas na formação profissional. Segundo Aguiar (1995, p. 58), não haverá uma ruptura radical da ideologia da Igreja, pelo contrário haverá uma convivência das duas posições: o Serviço Social permanece na base de princípios católicos e ao mesmo tempo incorpora os métodos norte-americanos.

Atrelada a esse período foi adotada uma nova definição para o Serviço Social, o de ser uma "[...] atividade destinada a estabelecer, por processos científicos e técnicos, o bem-estar social da pessoa humana, individualmente ou em grupo, e constituir o recurso indispensável à solução cristã e verdadeira dos problemas sociais" (VIEIRA, 1980, p. 143).

Para melhor entendimento da história do Serviço Social no Brasil, é preciso recordar que nos anos de 1940 estava ocorrendo a Segunda Guerra Mundial e o governo dos Estados Unidos objetivava ampliar sua atuação nos programas econômicos da América Latina e, consequentemente, outro elemento que passou a existir foi o intercâmbio cultural, que atingiu diretamente o processo histórico do Serviço Social e foi resultado da política da Boa-Vizinhança do presidente Roosevelt (AGUIAR, 1995).

No ano de 1941, diretores³⁸ das Escolas de Serviço Social da América Latina, foram convidados pelo governo dos Estados Unidos, para participar da Conferência Nacional de Serviço Social que se realizou em uma Universidade de Atlantic City. Dessa convenção resultou um programa de bolsas de estudos instituído pelo governo americano a assistentes sociais sul-

_

³⁸ A representação da Escola de São Paulo nessa Conferência foi feita pela assistente social Helena Iracy Junqueira, que na época estava no cargo de diretora da Escola da capital paulista.

americanas no intuito de aperfeiçoamento e especialização em escolas de Serviço Social norteamericanas (YASBEK, 1977; LIMA, 1982).

Incialmente, as bolsas destinadas ao Brasil foram distribuídas entre assistentes sociais da Escola de Serviço Social de São Paulo e do Instituto Social do Rio de Janeiro. De acordo com Aguiar (1995), as primeiras bolsistas procuraram se especializar em escolas americanas de orientação católica, devido à formação no Brasil.

Maria Josephina Rabello Albano, assistente social formada na turma inicial do IS/RJ, foi a primeira bolsista a realizar o intercâmbio, entre 1941 e 1942, e obteve o grau de Mestre em Serviço Social. Nadir Kfouri, assistente social formada na primeira turma da ESS/SP e docente da mesma, fez seu intercâmbio no período de 1942 a 1943, e aprofundou os estudos sobre o Serviço Social de Caso para, em seu retorno, lecionar esse método na Escola de São Paulo (LIMA, 1982, p. 68 – 69).

Helena Junqueira, também professora da Escola de São Paulo, no seu intercâmbio, entre 1944 a 1945, se especializou na técnica de Organização de Comunidade. Segundo Lima (1982, p 69), por na época se tratar de uma área recente de estudo, organizaram um curso somente para ela. No mesmo ano que regressou ao Brasil, Junqueira introduziu no currículo da Escola de Serviço Social de São Paulo, a disciplina de Organização Social de Comunidade.

Nadir Kfouri, em 1943, relatou que as bolsistas brasileiras tiveram a oportunidade de estudar os métodos de ensino das Escolas de Serviço Social norte-americanas e seus currículos, e concluíram que é um curso em que prevalecem as disciplinas específicas da área, como Serviço Social de Casos, Grupo e Comunidade. Particularidade que se diferencia das escolas europeias, que focalizavam mais as disciplinas aplicadas à assistência social (NADIR, 1943, p. 4 apud YASBEK, 1977, p. 57).

De acordo com Yasbek, a influência norte-americana esteve relacionada, desde o início, principalmente aos aspectos de instrumentalização para o Serviço Social. Isso deveu-se à debilidade de instrumentos práticos que a perspectiva doutrinária ofereceu ao Serviço Social brasileiro (1977, p. 58).

3. 4 A MARCA DO GÊNERO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL E NO PÚBLICO USUÁRIO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

Para adentrarmos no entendimento sobre o Serviço social como uma profissão predominantemente de mulheres se faz necessário o estudo de autores como Cisne (2015),

Santos e Cisne (2018), Torres (2002), Souza e Veloso (2015), Besse (1999), Carvalho e Iamamoto (2014) e Scott (1991), que trazem um debate sobre a categoria do gênero e o surgimento do Serviço Social no Brasil.

De acordo com Cisne e Santos,

A presença marcante de mulheres na composição da categoria profissional, bem como no seu público usuário, não é algo apenas importante para ser analisado, mas indispensável para o entendimento do significado sóciohistórico e ideopolítico do Serviço Social, ao passo que constitui um dos selos da identidade profissional (2018, p. 151).

Nos primeiros anos da década de 1930, as Ligas das Senhoras Católicas, a Associação das Senhoras e o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) dão início à preparação de pessoas para trabalhar na assistência preventiva, o que se vincula à criação das primeiras escolas de Serviço Social no Brasil (TORRES, 2002), como as de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Posteriormente à fase confessional, o Serviço Social brasileiro consolidou-se como profissão pela necessidade de o Estado implementar políticas sociais que viessem atender aos interesses das classes exploradas, o que garantiria a amenização dos conflitos de classe e atenderia também à necessidade de o capital controlar a pauperização crescente da força de trabalho, assegurando, além do seu controle, a sua reprodução (CISNE, 2015).

O perfil do grupo pioneiro do Serviço Social no Brasil, no seu surgimento, se caracterizava por mulheres de famílias ricas dedicadas a um movimento militante católico, que se formalizava em obras sociais de assistência, ligadas a um apostolado laico. Com o tempo, ocorreu um "alargamento da base de recrutamento" (CARVALHO; IAMAMOTO, 2014, p. 198) da profissão de assistente social, deixando de ser um atributo das classes dominantes e da classe média alta (às mulheres da sociedade dedicadas à ação social), para abranger assim, partes da burguesia urbana (mulheres jovens da classe média que se transformaram em componentes de força de trabalho).

O Serviço Social tinha por objetivo o controle da classe trabalhadora, que se daria por intermédio da família e, mais especificamente por meio da mulher, que era o público-alvo mais procurado para a prática da intervenção das assistentes sociais. Busca-se "intervir sobre a família da classe operária utilizando-se a mulher como um instrumento privilegiado de reprodução do controle social, já que esta possuía os valores que se desejavam veicular junto às famílias" (SOUZA; VELOSO, 2015, p. 194).

Segundo Besse, a assistência social se denominou como a 'verdadeira criação da época' do século XX, surgindo como um campo de intervenção para "uma nova profissão feminina [assistente social], a partir do final da década de 1930 e ofereceu um número cada vez maior de cargos para mulheres instruídas" (1999, p. 163).

A filantropia já não era algo adequado para a época, até mesmo o termo caridade foi pouco a pouco sendo mudado para assistência social, refletindo um novo consenso no sentido de que o dever e o interesse público constituíam as questões reais, na defesa da família e na proteção do bem-estar econômico coletivo, evitando a miséria (BESSE, 1999).

Nesse contexto, a criação de instituições públicas e privadas que assumiriam a assistência social marca, indubitavelmente, o início da institucionalização da profissão de Serviço Social no Brasil (TORRES, 2002), que reservou o campo de trabalho ligado à família, à mulher, à criança, questões historicamente atribuídas ao mundo do gênero feminino (2002, p. 27).

A começar da década de 1920, organizações católicas leigas [...] mobilizavam mulheres de "boas" famílias para dedicar-se a uma tutela sistemática de mulheres e crianças pobres. No final da década de 1930, diversas escolas de serviço social haviam sido instituídas para formar um novo corpo de assistentes sociais profissionais. Em sua grande maioria essas escolas foram fundadas por organizações católicas (mas frequentemente subsidiadas por recursos públicos). [...] Se a profissão de assistente social no Brasil surgiu como extensão dos programas de Ação Social da Igreja, órgãos do governo gradativamente se tornaram os maiores empregadores de assistentes sociais, atribuindo-lhes a função de investigar e monitorar as condições de vida da população urbana pobre (BESSE, 1999, p. 92 – 93).

Mirla Cisne (2015) afirma que o Estado se utiliza da figura da mulher, todas as suas características, dons e papéis sociais difundidos ideologicamente pela Igreja Católica, para assegurar o controle da "questão social" e, ao mesmo tempo, para se desresponsabilizar pelos problemas sociais. Com isso, a profissão se configurou, no seu surgimento, com fortes traços confessionais, inserindo-se no campo das vocações e missões de servir ao próximo e do cuidado com o outro, adequando-se às funções socialmente imputadas às mulheres.

Como aborda Maria Kiehl, assistente social formada em Bruxelas e pioneira do Serviço Social em São Paulo,

a mulher é feita para compreender e ajudar. Dotada de grande paciência, ocupa-se eficazmente de seres fracos, das crianças, dos doentes. A sensibilidade torna-a amável e compassiva. É, por isso, particularmente

indicada a servir de intermediária, a estabelecer e manter relações. (KIEHL, 1940 apud IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p.182).

Assim, é que o Serviço Social, à época de sua institucionalização, teve seus quadros profissionais preenchidos por maioria esmagadora de mulheres, ocorrendo "uma adequação das práticas consideradas femininas e das práticas profissionais do assistente social, ou em outras palavras, que se conjugou o perfil profissional da assistente social ao das representações de gênero vigentes" (SOUZA; VELOSO, 2015, p. 197).

Segundo Besse,

a proliferação de organizações privadas de assistência, seguida do surgimento da profissão de assistente social, proporcionou outros meios de controle social, talvez para as assistentes sociais, bem como para as mulheres e crianças pobres que eram suas clientes. [...] Esses assistentes sociais centravam-se na educação e assistência às mulheres pobres, na tentativa de impedir a desorganização e o desmoronamento de suas famílias. Para esse fim, ofereciam às donas-de-casa cursos de economia doméstica, de criação dos filhos e moralidade familiar; creche, escola e educação moral para as crianças [...], visitas domiciliares para resolver problemas da família e observar os padrões de limpeza (1999, p. 92).

Isso nos faz considerar que a prática do Serviço Social, nas intervenções das assistentes sociais diante de demandas decorrentes dos problemas sociais, elabora um viés duplo, tanto para a profissional como para o público usuário das políticas, as mulheres da classe proletária. É exigido dessas mulheres a execução de papéis determinados socialmente, de "caráter biologizante, isso é, como se o fato de nascer mulher implicasse a obrigatoriedade de determinadas funções e 'qualidades' a serem desempenhadas naturalmente" (CISNE; SANTOS, 2018, p. 155). As usuárias recorriam aos serviços das assistentes sociais, e essas profissionais direcionavam a responsabilidade dos problemas sociais para a família, especificamente para a figura da mãe, incumbida do bem-estar, do cuidado e do equilíbrio da instituição familiar e da sociedade.

A presença predominante de mulheres no Serviço Social brasileiro é uma manifestação do gênero, uma expressão de determinado padrão de organização social, pelo qual caberia às mulheres o desempenho das atividades relacionadas à prática da assistência, fenômeno esse que antecede e extrapola o Serviço Social (SOUZA; VELOSO, 2015).

Então, para o entendimento teórico,

[...] o conceito de gênero [...] é utilizado no sentido de dar ênfase ao caráter social, cultural e relacional das distinções baseados no sexo, visando superar o determinismo biológico, ressaltando sua dimensão histórica. Ou seja, visa desmistificar papéis e qualidades construídas socialmente, mas naturalmente atribuídas às mulheres e aos homens, gestadores das desigualdades de gênero (CISNE, 2015, p. 59).

Por constituir as relações sociais, o gênero apresenta-se também como constituinte da identidade dos sujeitos, atravessando e construindo a identidade tanto de homens como de mulheres e, por isso mesmo, transcendendo o mero desempenho de papéis sociais (SOUZA; VELOSO, 2015, p. 190)

Segundo Joan Scott, "o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos"; e "o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder" (SCOTT, 1991, p. 14). Então, fundamentada na conexão dessas duas proposições, pode-se entender que o gênero se refere a um sistema de relações de poder baseadas num conjunto de qualidades, papéis, identidades e comportamentos opostos atribuídos a mulheres e homens, determinados pelo contexto cultural, social, político e econômico.

Diante disso, a presença da problematização do gênero na prática profissional do Serviço Social

[...] mostra-se necessária e legítima, já que ao mesmo tempo [o gênero], "é um elemento constitutivo de relações sociais", assumindo importante papel na construção das relações sociais e, portanto, da vida em sociedade; e [o gênero] está intimamente interligada a fatores políticos e econômicos em cada sociedade, assumindo formas distintas de acordo com os contextos históricos e sociais específicos (SOUZA; VELOSO, 2015, p. 184).

Portanto, a perspectiva de análise de gênero possibilita perceber que a subalternidade conferida às mulheres é resultado de uma construção social, portanto, histórica, e não de uma essência natural feminina. Dessa maneira, não é por ser exercida em sua maioria por mulheres que a profissão carrega um estatuto de subalternidade, mas pelas construções sócio-históricas de uma sociedade patriarcal em torno do feminino (CISNE, 2015).

O Serviço Social foi se constituindo como um espaço de atuação feminina, de mesmo modo que se abria a possibilidade da profissionalização para as mulheres, associada aos papéis conservadores de gênero cobrados da mulher, sendo, portanto, parte estruturante da divisão sexual do trabalho (CISNE, 2015, p. 47).

A divisão sexual do trabalho é muito bem utilizada para atender aos interesses da classe dominante. Para atender a tais interesses, as/os assistentes sociais atuavam junto à família, mais especificamente sobre a mulher, para atingir os operários, uma vez que é por intermédio dela que se encontrava o caminho para o alcance da "preservação da ordem moral e social" (CISNE, 2015, p. 58).

Esse processo é resultante de uma sociedade que institui hierarquicamente o que é trabalho/atividade de homens e de mulheres. Por isso, a divisão sexual do trabalho e todas as habilidades, qualidades e características a ela associadas como naturalmente pertencentes aos sexos, deve ser analisada como construção histórica com a nítida reprodução da desigualdade de gênero associada a interesses dominantes (CISNE, 2015, p. 57).

No entanto, mesmo com essa tendência conservadora, não se pode deixar de evidenciar que as primeiras assistentes sociais do Brasil entraram no "leque de oportunidades de carreira permitido às mulheres [...] como uma alternativa à inserção no mercado de trabalho" (CISNE; SANTOS, 2018, p. 156), que, conquistaram papéis sociais e cívicos que fora desta alternativa, não lhes estariam acessíveis" (NETTO, 1996, p. 84).

Desse modo, é de suma importância utilizar os estudos da categoria de gênero para pensar a trajetória de construção do Serviço Social no Brasil, porque além de ser uma profissão formada, em sua maioria, por mulheres, a razão está, fundamentalmente, na grande parte de seu público usuário ser composto de mulheres ou demandas sociais ligadas a elas.

4 A EMERGÊNCIA DO SERVIÇO SOCIAL EM PERNAMBUCO E A CENTRALIDADE DA FAMÍLIA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DAS ASSISTENTES SOCIAIS DO ESTADO

4. 1 A TRAJETÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL EM PERNAMBUCO E AS PARTICULARIDADES DA PRIMEIRA ESCOLA DO NORDESTE: A ESS/PE

O Serviço Social em Pernambuco surgiu no período estadonovista, durante a interventoria de Agamenon Sérgio de Godói Magalhães (1937 – 1945). No seu governo, o interventor procurou construir uma colaboração entre o Estado e a Igreja, através da Ação Católica, na intenção de unir esforços para solucionar os problemas da sociedade e obter a ordem social, atuação essa tida desde sua posição como Ministro do Trabalho, em 1934.

Diante dessa perspectiva, Agamenon filiou-se ao Grupo de Ação Social (GAS), após o contato tido com a organização no Rio de Janeiro, com as Semanas de Ação Social realizadas nessa capital, e dessa relação de apoio com o GAS foi estabelecida a cidade do Recife como a sede da Terceira Semana de Ação Social brasileira, em 1939. Segundo Medeiros (1995), o evento se definiu como propulsor para as ações políticas assistenciais do estado.

No jornal Folha da Manhã³⁹, o interventor comunica sobre a Terceira Semana, expondo a importância do acontecimento para a capital pernambucana:

O Grupo de Ação Social [GAS] escolheu o Recife para a sede da Terceira Semana de Ação Social [...]. Tomei parte no primeiro e no segundo desses certames no Rio, quando Ministro do Trabalho, e os resultados foram os mais sensíveis. O Grupo de Ação Social não se destina somente ao estudo e solução dos problemas humanos, com o lar operário, o salário, a instrução cristã e a disciplina dos espíritos. Ele tem uma finalidade mais ampla e mais necessária ao Brasil. Destina-se à formação de homens de ação social, em todos os estados, nas cidades e nos campos. Esse aspecto, para o Norte, é a meu ver, o mais interessante. A formação de líderes de ação social num país, como o nosso, de formação industrial tão recente, quanto acelerada, é a melhor forma de orientar as massas. No Ministério do Trabalho procurei formá-los, não só nas Inspetorias Regionais, como nos Sindicatos [...]. Deixei uma equipe composta de homens de inteligência, visão e sensibilidade, a serviço da ordem social. Em Pernambuco, [...] encontrei [essa visão no] Padre Távora, [e em] Rodolpho Aureliano [...]. Nenhum centro urbano do país, melhor e na hora mais oportuna, poderia o Grupo de Ação Social escolher para o certame [...]

_

³⁹ O Folha da Manhã foi um periódico local criado por Agamenon Magalhães para discursar sobre temas em geral, voltados para o cotidiano de suas ações. Composto de artigos curtos e de linguagem simples, o político almejava atingir os variados setores da população, desempenhando como um veículo de doutrinação política (ALMEIDA, 2001; PANDOLFI, 2015).

do que o do Recife. Pernambuco precisa de uma legião de homens de ação social. Que ela surja, do seio de todas as classes, das escolas e das universidades, do clero e do povo, dos afortunados e dos pobres, e não lhe faltarão a assistência e os entusiasmos do governo (MAGALHÃES, 1938, p. 01).

O evento aconteceu em janeiro de 1939, tendo na figura de Rubens Porto, representante do Ministério do Trabalho, o presidente da sessão inaugural. Participaram dos debates o interventor do estado, representantes do clero e da Federação das classes operárias de Pernambuco, sociólogos, juristas, advogados, profissionais liberais estudiosos da realidade social. Nomes como Rodolfo Aureliano, Luiz Delgado, Padre Távora, René Ribeiro, Anita Paes Barreto e Souza Barros, intelectuais que contribuíram nos assuntos relacionados às teses sobre a família⁴⁰, a habitação e a situação social das classes trabalhadoras no estado. É de salientar também o esforço feito pelos funcionários do Juizado de Menores nos estudos e análises das teses apresentadas nas reuniões da Semana (INSTALOU-SE..., 1939; III SEMANA..., 1939; MEDEIROS, 1995).

A Terceira Semana de Ação Social⁴¹ foi de valiosa importância para a capital pernambucana por impulsionar o desenvolvimento vindouro das ações políticas voltadas para a área social e principalmente por influenciar na fundação da Escola de Serviço Social de Pernambuco, que teve o seu grupo fundador como participante, organizador e palestrante de temas abordados no evento. "A proposta da organização de uma Escola de Serviço Social no Recife apresentava como finalidade preparar técnicos capazes, moral e intelectualmente, para assumir a prestação dos serviços sociais na nova ordem burocrática do Estado" (GOMES, 1987, p. 15 – 16). Essa ideia veio da necessidade de recrutar e selecionar técnicos especializados no trato com a assistência social⁴² no estado.

Segundo Gomes (1987), os expositores René Ribeiro, Souza Barros, Luiz Delgado constituíram o grupo de fundadores e os primeiros docentes da ESS/PE, juntamente com o

⁴⁰ O debate acerca da família operária estava principalmente voltado ao problema da oficialização do casamento, religioso e civil. Uma das resoluções aprovadas foi no sentido de estimular a obra de santificação da família, promovendo a legitimação das uniões ilícitas (III SEMANA..., 1939, p. 2). O objetivo estava em adequar a família de classe popular ao modelo de referência da época, que estava na instituição familiar burguesa, considerada o retrato da Sagrada Família.

⁴¹ Para mais informações sobre a Terceira Semana de Ação Social e a Ação Católica em Recife ver os trabalhos de Medeiros (1995) e Gomes (1987).

⁴² Foi estabelecido por assistência social "todo o socorro ou auxílio gratuito ou não, prestado aos indivíduos, independentemente de suas convições financeiras, ou a preços de tal forma reduzidos que não correspondem, em absoluto, ao valor do auxílio prestado" (BARROS, 1939, p. 144 apud GOMES, 1987, p. 68)

Secretário da Terceira Semana, Dr. Rodolfo Aureliano⁴³, que ocupou o cargo de diretor da Escola de Serviço Social.

A figura de Rodolfo Aureliano da Silva se tornou de relevância para o surgimento e institucionalização do Serviço Social em Pernambuco⁴⁴, registrado como o maior impulsionador da profissão em sua emergência no estado. Nascido na capital, em 2 de novembro de 1903, Rodolfo Aureliano iniciou sua formação no Ginásio Pernambucano e em seguida, cursou Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito do Recife, se diplomando em 11 de agosto de 1927. Fez sua carreira jurídica em cargos de promotor público e juiz em cidades do interior, onde se sensibilizou com a questão do acentuado índice de mortalidade infantil nessa região (ALMEIDA, 2000, p.61). Devido a esse quadro, encaminhou pessoas para Recife no intuito de serem capacitadas e treinadas em maternidades e ao retornarem contribuir para a redução dessa situação nos municípios necessitados.

Após a Revolução de 1930, exerceu o cargo de Delegado Regional em municípios da Zona da Mata, como Vitória de Santo Antão. Organizou uma Escola de Comércio para preparar os jovens para trabalho e foi instituído diretor da Casa de Detenção do Recife (ALMEIDA, 2000, p.61).

Em 1933, foi nomeado, pelo governador Carlos Lima Cavalcanti, diretor do Internato Profissional 5 de julho, entidade antecessora do Juizado Privativo de Menores da Capital que objetivava proteger os menores abandonados. Dr. Rodolfo se transformou em um propulsor de ações para "solução dos problemas do desajustamento da infância e da juventude numa época em que havia", somente, "um educandário com esta finalidade" (ALMEIDA, 2000, p. 62). A atuação do Juiz sempre estava na reeducação e readaptação da juventude à vida social e devido a essa visão ampla, "continuou a interessar as autoridades [do estado] pelo problema da delinquência do menor" e a "esclarecê-las quanto à necessidade de uma proteção mais eficaz" (LIRA, 1954, p. 6).

Por consequência de sua persistência, o Governo estadual criou, e 13 de junho de 1934, o Juizado Privativo de Menores Abandonados e Delinquentes de Recife e nomeou Dr. Rodolfo Aureliano como primeiro Juiz de Menores do estado de Pernambuco. Segundo Lyra,

⁴⁴ Gomes (1987, p. 74) defende que" embora tenha cabido a liderança e a coordenação da organização e fundação da Escola a Rodolfo Aureliano, foi uma iniciativa que envolveu e interessou tanto a pessoas da hierarquia da igreja quanto a grupos da intelectualidade leiga".

-

⁴³ Segundo Maria de Lourdes Moraes, assistente social e a segunda diretora da ESS/PE, Dr. Rodolfo foi o primeiro juiz de menores do estado de Pernambuco, "o que o fez conhecer mais de perto o problema da miséria gerado por um complexo de causas e desencadeador de muitos outros de ordem física, psíquica, social, moral, de enormes repercussões sobre o homem e a sociedade" pernambucana (MORAES, 1990, p. 13).

logo que dispôs de instalações próprias para funcionamento da Vara de Menores, estruturou os serviços do juizado, criando a Divisão de Assistência Social com o objetivo de estudar e propor medidas em relação aos aspectos sociais da problemática que constituía o objetivo de trabalho do juizado (1985, p. 06).

Maria Hermina de Lyra⁴⁵ avalia Dr. Rodolfo Aureliano como uma figura preocupada "com os aspectos sociais que envolviam a problemática do abandono e da delinquência" em Pernambuco, uma área que "deveria contar com a colaboração de pessoal capacitado para abordar estes aspectos", nesse caso, assistentes sociais (1985, p. 06).

No período do acontecimento da Terceira da Semana de Ação Social, Dr. Rodolfo já se encontrava na posição de Juiz do Juizado de Menores do estado. Diante dos estudos e pesquisas realizadas por ele, foi alegada a deficiência de técnicos habilitados e a falta de "auxiliares dotados de competência técnica" para trabalharem com serviços sociais na sociedade pernambucana. Então, foi proposto pelo juiz que "a Semana se dirigisse aos poderes competentes sugerindo a criação de uma Escola de Serviço Social ou o apoio a alguma que seja fundada pela iniciativa particular" (TERCEIRA SEMANA DE AÇÃO SOCIAL, 1939, p. 159 apud GOMES, 1987, p. 70). Dr. Rodolfo viu na realização da Semana a oportunidade concreta de se criar a instituição de ensino que vinha almejando para Pernambuco.

O contato e o interesse do juiz pelo Serviço Social foram anteriores ao evento da Terceira Semana de Ação Social no Recife. Conforme uma entrevista dada ao Jornal do Commercio na data de 18 de maio de 1940, o Dr. Rodolfo alegou que teve conhecimento da profissão e de suas atividades por volta de 1935, ano do recebimento de uma correspondência da direção de uma escola de Serviço Social do Chile, primeiro país da América Latina a constituir centros de formação para assistentes sociais. De acordo com a reportagem, o Juiz alegou que se interessou pelo assunto de pronto e mais ainda "quando Luiz Delgado me mostrou uma revista católica que continha informações sobre o Serviço Social no Congo Belga" (O SERVIÇO..., 1940, p. 03). E daí "foi um passo para que entrasse em conhecimento das atividades da União Católica do Serviço Social da Bélgica⁴⁶", segundo ele, "a mais perfeita organização, no gênero, em todo o mundo" (O SERVIÇO.., 1940, p. 03), de onde recebeu orientações para criar uma instituição de ensino em Pernambuco.

⁴⁵ Aluna da turma de 1943 da ESS/PE, que estagiou e trabalhou no Juizado de Menores por vários anos, juntamente com o Juiz Rodolfo. Depois de formada, assumiu o cargo de docente efetiva ne Escola, ministrando a disciplina de Serviço Social do Menor, dentre outras (MORAES, 1990).

⁴⁶ A União Católica Internacional de Serviço Social (UCISS) foi criada em 1922, com sede na cidade de Bruxelas, Bélgica. Uma instituição de caráter confessional que reúne escolas católicas de Serviço Social, associações católicas de Serviço Social e membros individuais e tem um status consultivo. Teve uma influência abrangente entre as escolas da Europa e da América Latina, tendo quase todas como filiadas (VIEIRA, 1980, p. 51 − 53).

No ano de 1938, antes da Terceira Semana de Ação Social, o ensino de Serviço Social já tinha sido iniciado no estado, a partir de um curso oferecido nas dependências do Juizado de Menores de Pernambuco e sob a direção do então Juiz Rodolfo Aureliano. O curso de curta duração objetivava capacitar os funcionários do próprio juizado, já que ainda não estava instalada uma Escola de Serviço Social e preparar candidatos para o exame de admissão da futura instituição de ensino, que estava em processo de organização (PADILHA, 2008).

De modo geral, a instituição atuava diretamente com crianças e adolescentes das classes populares que estavam passando por situações de abandono ou criminalidade, vistos como enjeitados por suas famílias ou resultados da desestruturação das mesmas e assim causando problemas sociais. O curso intensivo viria para habilitar os profissionais do Juizado sobre um conteúdo específico do Serviço Social, para solucionar os desajustamentos da infância e da juventude, harmonizando os conflitos na tentativa de adequar essa população à sociedade vigente.

No dia 20 de setembro de 1938, o Jornal Folha da Manhã noticiou o comunicado do Juizado de Menores sobre o curso de capacitação, expondo a finalidade do Serviço Social para a sociedade:

- O Serviço Social visa por consequência soluções completas e estáveis, valorização do indivíduo e sua reabilitação integral. Nunca soluções provisórias ou paliativas, muito próximas da esmola que degrada. Ora para a execução de tarefas tão múltiplas quanto complexas, se exige conhecimentos de diversos ramos do saber humano. Visando preparar com eficiência os seus auxiliares, o Juizado de Menores iniciou um curso de Serviço Social, comportando as seguintes disciplinas:
- 1) Noções gerais de sociologia noções preliminares, sociologia doméstica, sociologia política.

[...]

- 4) A vida econômica e suas perturbações Economia Política, Economia Social (trabalho, habitação, alimentação, previdência e cooperação).
- 5) A vida física e suas perturbações higiene, doença e Serviço Social, flagelos sociais e regulamentação sanitária.
- 6) A vida mental e moral e suas perturbações psicologia, pedagogia, psiquiatria.
- 7) O Serviço Social e seu funcionamento histórico e concepção atual do Serviço Social, legislação e regulamentação da assistência, métodos gerais, moral profissional e pedagogia social.
- 8) Métodos práticos de trabalho da assistência social e organização administrativa dos serviços sociais.
- Crê o Juizado que esse programa de estudos satisfaz plenamente o objetivo do curso ora inaugurado e que servirá de preparação à entrada na Escola de Serviço Social que desenvolverá as disciplinas acima enumeradas e preparará assistentes sociais capazes e cônscios de seus deveres e responsabilidades (CURSO..., 1939, p. 01).

A necessidade da fundação de uma Escola de Serviço Social em Recife, sempre esteve ligada às tentativas de resoluções dos problemas sociais da época. O grupo fundador, alinhado às posições do Estado Novo e do governo de Agamenon Magalhães, defendia a importância da formação de um profissional especializado que atuasse diretamente na intervenção e solução dos desajustamentos da sociedade, que se encontrava em plena transformação entre as décadas de 1930 e 1940.

O crescimento populacional na capital pernambucana causado, principalmente, pelos fluxos migratórios de famílias de trabalhadores rurais, devido às mudanças econômicas regionais, com a industrialização das usinas de açúcar, assim como pelas secas no sertão, contribuindo para a expulsão dos lavradores de terras, que as usavam para agricultura e subsistência. Com esse movimento, o contingente populacional chega ao Recife atraído pelas indústrias e por uma possível melhoria de condição de vida.

Os migrantes foram impelidos a construir suas moradias em terrenos alagadiços, habitações essas denominadas de mocambos, que conforme o discurso do Estado, eram moradias insalubres e prejudiciais ao comportamento familiar. Diante desse fator, o governo de Agamenon Magalhães cria a política de derrubada dessas moradias, e transfere de modo autoritário a população mocambeira para bairros periféricos (em sua maioria, lugares de morros).

Toda essa trajetória foi percorrida de maneira conflituosa entre as classes populares e o Estado, propiciando o desamparo e a desestruturação dos trabalhadores e suas famílias, que já se encontravam em condições de pobreza, resultando em situações consideradas como "desajustamentos sociais". É nesse contexto que o Serviço Social iria atuar, no "ajustamento" dos indivíduos, na harmonização dos conflitos entre as classes, para adequar a classe popular à nova ordem, com o objetivo de exercer o controle social. Pinheiro⁴⁷ (1985, p. 17) defende que o Serviço Social surgiu como um órgão controlador desses desequilíbrios, "[...] porque age dentro de cada necessidade social, visando reconduzir os desajustados à vida normal".

_

⁴⁷ Maria Esolina Pinheiro é vista como uma das pioneiras do Serviço Social no Brasil, atuante na cidade do Rio de Janeiro. Desde a década de 1930, ela travou a uma árdua luta em prol de fundar uma Escola de Serviço Social que fosse pública e gratuita, conseguindo em 1944, com a Escola Técnica de Assistência Social Cecy Dodsworth, mantida pela da Prefeitura do Distrito Federal. Atualmente é a Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Essa obra citada faz parte do primeiro livro escrito pela Maria Esolina, tendo sua publicação no ano de 1938, o qual foi reeditado pela Editora Cortez em 1985, como documento histórico. "Para a autora, o Serviço Social – mesmo o da iniciativa privada – tem por fim principal reforçar a ação dos serviços públicos. A ação do Serviço Social entrelaça-se com a legislação social, sobretudo a da assistência social e da 'proteção a menores abandonados, adaptação dos anormais e reeducação dos delinquentes'" (IAMAMOTO, 2014, p. 36).

Lyra relata, que quando se conceituava a expressão 'problemas sociais', nesse período, não se aprofundava o conhecimento sobre a realidade social vigente e as correlações sóciopolíticas das questões sociais, cujas origens eram citadas em relação aos embates das classes, às secas, ao êxodo rural, dentre outros. A princípio, "[...] a noção de desajustamento social era apresentada por fatores de ordem interna; o indivíduo devia ser orientado a ajustar-se à ordem reinante" e se buscava as causas dos problemas nos tais indivíduos, sem se questionar a sociedade e a situação sócio-política (1990, p. 24 – 25).

O Juizado de Menores de Pernambuco⁴⁸ usou os jornais da época para explanar sobre a necessidade da profissão de assistente social no estado e o trato com os desajustamentos sociais, antes de se fundar a Escola. Notícia de caráter informativa para a população.

O conceito de "desajustamentos" foi publicado em uma matéria no jornal Diário de Pernambuco, em março de 1939, com o intuito de expor a necessidade e a importância da formação de assistentes sociais no estado de Pernambuco, que viabilizariam a solução desses problemas.

O artigo relata que os desajustamentos podem existir tanto para determinados membros individuais de uma comunidade, quanto para grupos de indivíduos. Conforme o jornal, a existência de indivíduos ou grupos numerosos nessas condições constitui uma sobrecarga para a sociedade e ameaça a estabilidade da mesma (SERVIÇO..., 1939, p. 03). Então, foi a partir da necessidade de se corrigir os desajustamentos sociais que motivaram a criação e ampliação de instituições de assistência social, nas quais tem-se na figura de um profissional especializado, o assistente social, o principal desenvolvedor de atividades dessas instituições, se encarregando de estudar as condições dos indivíduos desajustados "[...] e remediar a situação criada para o indivíduo e para a sociedade pelo problema em foco" (SERVIÇO..., 1939, p. 03).

Segundo Padilha a noção de desajustamento para essa época estava relacionada à teoria funcionalista, uma corrente teórica das Ciências Sociais que analisa a realidade social como uma realidade já estabelecida. Caso alguma coisa ou alguém esteja em desacordo com a sociedade é porque dispõe, em algum grau, de uma patologia que demanda ser tratada. "Uma manifestação de desajustamento que necessita ser reajustada" (2008, p. 214).

Esse novo profissional necessitaria de um "[...] preparo especializado, do conhecimento aprofundado da estrutura da sociedade, das condições sociais ditas 'anormais', a fim de poder bem fixar o problema proposto e encarar com acerto as soluções" (SERVIÇO..., 1939, p. 03).

⁴⁸ As matérias eram escritas por Dr. Rodolfo Aureliano e pelo grupo de profissionais que atuavam juntamente com ele no Juizado.

A matéria do jornal produzida pelos profissionais do Juizado de Menores, retrata claramente o pensamento do grupo fundador da ESS/PE, que pode ser analisado no discurso de René Ribeiro para a aula inaugural da Escola de Serviço Social de Pernambuco, em que foi apresentada a importância de colaboração desse novo profissional, "[...] de formação especializada, que desenvolvesse uma ação baseada em pesquisas e métodos científicos tendo em vista prevenir os desajustamentos pessoais e sociais e promover o ajustamento do indivíduo ou de grupos ao meio ambiente (MORAES, 1990, p. 13).

Agamenon Magalhães, no seu cargo de interventor, tentava expor um perfil de político bem relacionado com as práticas sociais do estado, e utilizava o jornal Folha da Manhã para transmitir suas reflexões. Em uma matéria intitulada Serviços Sociais, explanou sobre a importância e a necessidade da Escola de Serviço Social de Pernambuco para a sociedade. Inicia sua narrativa afirmando que os serviços sociais não se improvisam. Eles precisam mesmo de técnicos especializados, planos e uma execução sistemática para ter eficiência. Continua seu relato defendendo que não existe uma empresa ou instituição em Pernambuco que não necessite de uma atuação da assistência, para oferecer ao operariado e a suas famílias. Para ele, "os serviços sociais têm um caráter eminentemente educativo. A defesa das gerações futuras é o seu fim predominante" (MAGALHÃES, 1943, p. 03).

4. 1. 1 A Escola de Serviço Social de Pernambuco: a primeira do Nordeste

[...] nada mais necessário; nada mais em dia do que a Escola do Serviço Social. Ela constitui um centro de formação, informação e documentação social. Prepara os trabalhadores para as diversas espécies de serviço social e vem preencher um grande claro. As empresas industriais e as obras sociais têm necessidade de uma organização de assistência mais metódica e mais ativa. As desordens sociais e individuais, a desorientação em face da vida, [...] as dificuldades na luta pela vida – tudo isso são argumentos em favor do Serviço Social (O SERVIÇO..., 1940, p. 03).

A citação faz parte de uma entrevista de Rodolfo Aureliano ao Jornal do Commercio, concedida dias após a inauguração da primeira Escola de Serviço Social de Pernambuco (ESS/PE), já na posição de diretor da instituição. O juiz declara sobre a função do ensino e a formação profissional da instituição, explanando que existem variados campos de atuação do Serviço Social, para os quais a formação especializada dará um embasamento sistemático aos estudantes.

Segundo Vieira (1992, p. 141), a atuação da ESS/PE veio para preencher duas grandes lacunas sociais, a primeira estaria ligada à necessidade sentida pelas obras, instituições e indústrias, na época, de uma organização mais metódica e mais social; e a segunda estaria relacionada à oportunidade de oferecer aos jovens uma carreira que lhes proporcionasse remuneração, ao mesmo tempo que pusesse em atividade a sua cultura geral e devotamento.

O profissional do Serviço Social era de mais alta importância na implementação e execução de políticas sociais, principalmente na conjuntura de 1940, em parte por conta da manifestação dos problemas sociais e pela crença na importância da ação do assistente social para o reajustamento dos indivíduos na sociedade (PADILHA, 2008, p. 212 – 213).

A matéria jornalística teve o objetivo de expor aos seus "leitores" uma ideia "mais nítida" do que seria o Serviço Social naquele momento: "[...] uma assistência organizada e prestada sob as mais variadas formas aos elementos da sociedade. É a orientação, a proteção jurídica, a medicina preventiva e curativa, a educação, a preparação profissional" (O SERVIÇO..., 1940, p. 03). René Ribeiro⁴⁹, professor dos primeiros tempos da ESS/PE, conceituou o Serviço Social como uma compreensão de "[...] todos os esforços conscientes relacionados a uma necessidade existente, exercendo um domínio das relações sociais e baseando-se em pesquisas e métodos científicos" (ESCOLA..., 1940, p. 03)

Segundo Gomes, os assistentes sociais formados na ESS/PE comporiam o corpo dos agentes técnicos que realizariam com melhor racionalidade a assistência social, através de uma formação profissional adequada e assim "[...] incorporariam as qualidades ideais para minimizar os conflitos sociais e racionalizar o atendimento assistencial às classes trabalhadoras" (1987, p. 70) da capital pernambucana.

A Escola de Serviço Social de Pernambuco (ESS/PE) foi inaugurada em 06 de maio de 1940, na cidade do Recife, se tornando a primeira instituição de ensino dessa categoria no Nordeste. Foi o terceiro estado do Brasil a criar um curso de Serviço Social, precedido apenas por São Paulo e Rio de Janeiro. Conforme a imprensa da época, a ESS/PE tinha o intuito de formar

[...] equipes de assistentes sociais perfeitamente aptas a realizar as mais diversas tarefas (junto a instituições de beneficência social, institutos hospitalares, organizações industriais, departamentos técnicos da

-

⁴⁹ René Ribeiro era médico, especialista em psiquiatria, e pesquisador da área científica, desde os anos de 1936. Fez parte do grupo fundador da Escola de Serviço Social de Pernambuco, também foi professor da disciplina de Assistência Social quando a ESS/PE ainda não tinha em seu quadro docentes formadas em Serviço Social. Segundo Padilha (2008), Ribeiro era tido como ateu, não sendo vinculado a nenhuma entidade de apostolado.

administração pública, etc.) porque o nosso Estado é um campo vasto onde se realiza um trabalho social imenso (SERVIÇO..., 1939, p. 03).

Incialmente, o ensino ficou a cargo de um grupo de intelectuais idealistas, compostos por juristas, médicos, padres e professores universitários, cristãos e agnósticos, como o Padre José Távora, René Ribeiro, Luís Delgado. Tinha na figura de Dr. Rodolfo Aureliano o primeiro diretor. Na perspectiva de Padilha (2008), o interesse em comum do grupo fundador, leigos e católicos, estava na dedicação em estudar e solucionar os problemas sociais, e o que os diferenciava estava na maneira de ver a gênese dos desajustamentos e os possíveis meios para enfrentá-la.

Em 30 de janeiro de 1941, a Escola de Pernambuco foi reconhecida e oficializada pelo interventor Agamenon Magalhães por ato de nº 158, com um Regulamento baixado pela Secretaria do Interior, a partir da Portaria de nº 225, de 25 de maio de 1941. Conforme o Regulamento da Escola de Serviço Social de Pernambuco⁵⁰, a instituição objetivava

[...] a preparação de técnicos capazes de orientar e executar as tarefas decorrentes da assistência social, desempenhando as funções de auxiliares sociais, visitadoras sociais, agentes sociais, administradores de agência, monitoras de orientação profissional, inspetoras de fábricas, assistentes sociais – denominações dadas geralmente às suas atividades (ESTADO DE PERNAMBUCO, 1941, p. 5).

O Regulamento traz a informação de que o curso teria a duração de três (3) anos, sendo os dois primeiros anos para as disciplinas e estudos teóricos, e o terceiro ano voltado para o estágio em instituições de Assistência Social e a elaboração e apresentação de um trabalho de caráter monográfico sobre um tema que tenha sido objeto de estudos e investigação pessoal. A duração do curso era igual aos cursos das escolas do eixo Rio-São Paulo⁵¹. O documento definiu o currículo da Escola por cada série. No decorrer dos anos as disciplinas foram sendo alteradas e direcionadas às especificidades da profissão.

Em 11 de setembro de 1946, os Estatutos da Escola de Serviço Social de Pernambuco foram averbados e a instituição começou a ser regida por eles. O artigo primeiro relata que a finalidade da ESS/PE está em preparar técnicos especializados em Serviço Social. E a diretoria, a partir desse momento, deverá ser composta por uma pessoa que tenha formação em Serviço

-

⁵⁰ O documento oficial se encontra no Anexo A.

⁵¹ Em 1946, foi criada a Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS). Uma instituição que objetivou uniformizar os cursos de Serviço Social criados no Brasil.

Social. No entanto, esse fato já acontecia desde o ano de 1944, quando a aluna da primeira turma da ESS/PE, Maria de Lourdes Almeida, foi mandada para finalizar seu curso na Escola de Serviço Social do Rio de Janeiro, e com seu retorno ocupou o cargo da diretora da Escola de Pernambuco (ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DE PERNAMBUCO, 1955, p. 24 -25, v. 1).

O início do funcionamento da ESS/PE aconteceu nas dependências do Juizado Privativo de Menores, que tinha como endereço a rua Dr. João Fernandes Vieira, nº 405, bairro da Boa Vista. Em junho de 1945, a partir do contato construído por Padre José Távora com a Legião Brasileira de Assistência (LBA), na pessoa de Darcy Vargas, a Escola recebeu dessa entidade uma contribuição em dinheiro destinada à compra de uma sede própria para o seu estabelecimento. O prédio adquirido se tratava de um sobrado colonial que tinha como endereço a avenida Conde da Boa Vista, nº 1512, bairro da Boa Vista, localidade próxima ao Juizado de Menores. Após as adaptações indispensáveis, a ESS/PE se transladou para a nova sede em dezembro, com o objetivo de estar tudo concluído para o ano letivo de 1946 (CARMO; SOUZA, 1965; MORAES, 1990). Assim, foi a partir da metade da década de 1940 que a preparação de profissionais em Serviço Social começou a dispor de uma estrutura apropriada que pudesse suprir a condição necessária de uma instituição de ensino e formação.

A estrutura física da Escola de Pernambuco tinha três (3) salas de aula, sendo duas no térreo e a terceira no primeiro andar do imóvel. Também compunham as dependências uma biblioteca, um gabinete de direção, a secretaria e a tesouraria, sala de professores e sanitários. A partir de 1954 foi construído um anexo de dois pavimentos ao lado da escola, que até finais da década de 1960 não tinha sido concluído por falta de recursos financeiros. Nele se encontrava a sala do diretório acadêmico, dois gabinetes de estudo, sanitário e a obra não concluída do auditório. A ESS/PE permaneceu nesse imóvel até sua incorporação à Universidade Federal de Pernambuco, no ano de 1971 (CARMO; SOUZA, 1965, p. 59). Neste ínterim, as dependências da Escola podem ser vistas por meio das fotografias a seguir:

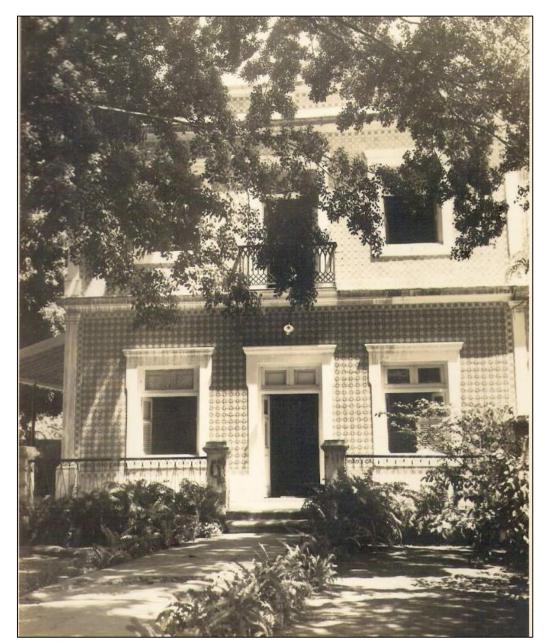


Imagem 3 – Fotografia da fachada principal da Escola de Serviço Social de Pernambuco.

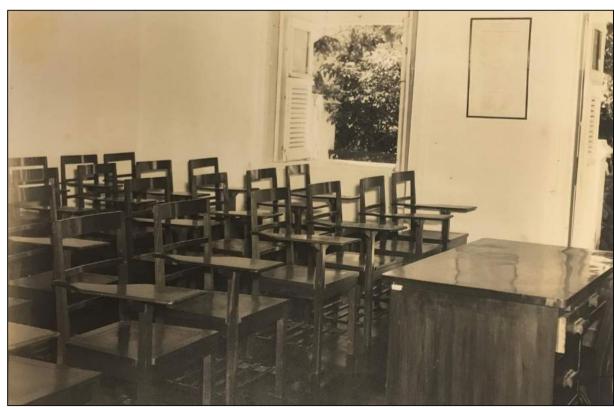
Fonte: ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DE PERNAMBUCO, 1955, p. 65, v. 1.

Imagem 4 – Fotografia de uma das entradas laterais da ESS/PE.



Fonte: ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DE PERNAMBUCO, 1955, p. 66, v. 1.

Imagem 5 – Fotografia de uma sala de aula vazia da ESS/PE.



Fonte: ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DE PERNAMBUCO, 1955. p. 67, v. 1.



Imagem 6 – Fotografia de uma de sala de aula em atividade.

Fonte: ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DE PERNAMBUCO, 1955. p. 73, v. 1.

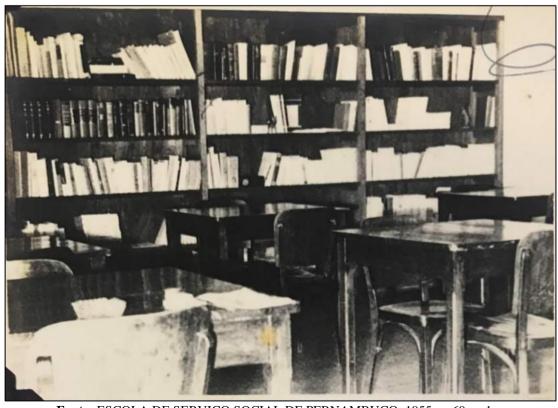


Imagem 7 – Fotografia da biblioteca da ESS/PE.

Fonte: ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DE PERNAMBUCO, 1955. p. 69, v. 1.

 $Imagem\ 8-Alunas\ em\ um\ momento\ de\ estudo\ na\ biblioteca\ da\ Escola\ de\ Pernambuco.$



Fonte: ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DE PERNAMBUCO, 1955. p. 68, v. 1.



Imagem 9 – Fotografia da Secretaria da ESS/PE.

Fonte: ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DE PERNAMBUCO, 1955. p. 70, v. 1.



Imagem 10 – Fotografia da sala dos professores e da Secretaria ESS/PE, cômodos vinculados.

Fonte: ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DE PERNAMBUCO, 1955. p. 71, v. 1.

4. 1. 2 As primeiras turmas da Escola de Serviço Social de Pernambuco da década de 1940

A turma de abertura da Escola de Pernambuco foi formada por vinte e três (23) alunas matriculadas. No entanto, no decorrer do ano letivo de 1940, algumas estudantes desistiram e a classe ficou composta por quinze (15) discentes. Ana Luiza Pereira da Costa, Ariete Souza de Oliveira, Maria Dolores Cruz Coelho, Maria da Glória Andrade Lima e Maria de Lourdes Almeida de Moraes⁵² foram algumas das alunas que compuseram a primeira classe da ESS/PE. Mulheres pioneiras no exercício do Serviço Social em Pernambuco, que se destacaram principalmente como docentes e diretoras nessa instituição de ensino, e como assistentes sociais atuantes nos primeiros espaços ocupacionais da profissão no estado.

⁵² Informações contidas na relação dos alunos matriculados na ESS/PE, arquivado nos documentos do acervo da Escola de Serviço Social de Pernambuco. Ver em Anexo B.

A ESS/PE se constituía em um curso de formação para ambos os sexos, contudo suas turmas eram compostas majoritariamente por mulheres, como aconteciam nas primeiras instituições de ensino do eixo Rio – São Paulo, que foram escolas exclusivamente femininas⁵³. As primeiras classes foram constituídas de alunas com instrução de nível médio, algumas delas filiadas à Ação Católica⁵⁴. Em sua maioria, já tinham formação em escolas normais, atuantes no magistério e desempenhavam trabalhos sociais junto às classes operárias e suas famílias (GOMES, 1987; LYRA, 1985).

Conforme Moraes, aluna da primeira classe da ESS/PE,

[...] o curso era uma novidade em nossa cidade. [...] recomendava-se pelo valor de seus fundadores e despertou interesse junto a pessoas que já se dedicavam a atividades sociais, entre as quais algumas que trabalhavam no Juizado de Menores e em outras instituições. Além dessas pessoas outras, de bom nível intelectual e boa formação moral, ligadas a grupos católicos, convidadas ou não pelo próprio Dr. Rodolfo, se matricularam na Escola. Era uma turma de pouco mais de 20 alunos, nos quais predominavam o idealismo, entusiasmo, boas intenções, interesse – talvez, também, [...] um certo lirismo – no sentido de contribuir para o bem-estar de seus clientes e melhoria das condições de vida de nossa gente (1990, p. 15).

Da turma inicial de 1940, duas discentes ganharam a oportunidade de intercâmbio com bolsas de estudos para o Instituto Social no Rio de Janeiro (IS/RJ), a fim de se prepararem tecnicamente para a profissão de assistente social e, ao retornarem, assumirem a direção da ESS/PE. Foram elas Maria de Lourdes Almeida de Moraes e Maria Dolores Cruz Coelho (MORAES 1990; VIEIRA, 2008;1992).

⁵⁴ Moças que faziam parte de grupos de jovens da militância católica que vinham exercendo o apostolado social e viam no Serviço Social uma preparação de forma sistemática e científica para enfrentar os problemas sociais (GOMES, p. 1987, p. 74).

-

⁵³ Lembrando que a Escola de Serviço Social de São Paulo (ESS/SP), durante o ano de 1938, funcionou com uma turma mista

Imagem 11 - Fotografias de alunas da primeira turma da ESS/PE, que se tornaram diretoras e docentes no decorrer dos anos 1940 e as primeiras assistentes sociais em atuação em Pernambuco. De nomes: 2)

Maria de Lourdes Almeida de Moraes e 3) Maria Dolores Cruz Coelho⁵⁵.





Fonte: PADILHA, 2008, p. 173; Acervo da Escola de Serviço Social de Pernambuco.

Desde sua fundação, o corpo administrativo da Escola de Pernambuco percebeu a necessidade de uma direção técnica e especializada para instituição, então Dr. Rodolfo Aureliano, juntamente com outros auxiliares diretos da fundação da ESS/PE, entraram em entendimento com a Escola de Serviço Social do Rio de Janeiro. Moraes relata que esse contato aconteceu no ano de 1941, primeiramente pelo Padre José Távora, que se encontrava na capital do país e tinha estabelecido um bom relacionamento com a direção do Instituto de Educação Familiar e Social, entidade que administrava a Escola do Rio. "As diretoras, compreendendo a seriedade que inspirou a fundação da Escola de Serviço Social de Pernambuco, se interessaram em dar apoio à iniciativa e ofereceram duas bolsas de estudo a alunas desta Escola" (1990, p. 16).

Segundo Moraes (1990; 2002), ela e Maria Dolores, começaram a frequentar as aulas da Escola de Serviço Social do Rio em abril de 1942. Maria de Lourdes concluiu o curso em 1943, sendo escolhida como oradora da formatura da turma concluinte daquele ano⁵⁶. Retornou a Recife em fevereiro de 1944 e, logo, foi nomeada como primeira diretora assistente social da Escola de Pernambuco, ocupando o cargo por 17 anos, até 1961. A designação de uma diretora assistente social significava "uma maior aproximação do projeto ideopolítico do próprio Serviço Social, isto é; dos discursos e práticas pertinentes ao Serviço Social da época (PADILHA 2008, p. 223).

⁵⁵ As fotos em 3x4 podem ser encontradas em Padilha (2008, p. 173) e nos currículos vitae que se encontram na caixa 7 do acervo da ESS/PE, disponível no Memorial Denis Bernardes, situado na Biblioteca Central da UFPE.

⁵⁶ Informações contidas em entrevista realizada com Maria de Lourdes de Almeida Moraes pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC).

Anteriormente a sua atuação no Serviço Social, Lourdes Moraes era professora primária do estado, formada pela Escola Normal do Recife. No período do intercâmbio, teve licença sem vencimentos para se dedicar ao curso no Rio de Janeiro, recebendo bolsa de estudos do IS/RJ e ajuda de custos de Dr. Rodolfo Aureliano.

Maria Dolores foi a segunda aluna a ganhar bolsa para estudar na Escola de Serviço Social na capital brasileira, apesar de ser de família abastada. Para Moraes (2002, p. 12), Dolores era uma mulher culta e dotada de muita inteligência, que teve a possibilidade de estudar na Europa. Concluiu seu curso em dezembro de 1945 e no seu retorno assumiu as funções de vice-diretoria e de supervisão dos trabalhos práticos no ano letivo de 1946. Ela também ficou responsável pela disciplina de Serviço Social, matéria dada especificamente por uma docente com formação na área.

As assistentes sociais formadas pelo Instituto Social do Rio de Janeiro se dedicaram em elaborar Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) de cunho teórico-metodológico para contribuir com o embasamento do ensino da Escola de Serviço Social de Pernambuco, impulsionando assim a formação profissional das assistentes sociais do estado.

Moraes (1943) produziu o trabalho monográfico intitulado *Escola de Serviço Social:* seus princípios e meios de realizar o seu fim, que teve como objetivo analisar o funcionamento de uma instituição de ensino em Serviço Social. Elaborou um detalhamento por capítulos, sobre a composição do corpo administrativo e docente; os elementos formativos que compõem o assistente social (moral, intelectual e técnica); o programa curricular mínimo do curso, os círculos de estudo, a monitoria; e a relação entre a teoria e a prática na formação profissional. Também trouxe para o debate a conceituação de assistência e serviço social para a época. De acordo com Moraes, Serviço Social é o "[...] trabalho organizado, firmado sobre bases científicas, exercido segundo métodos próprios e essencialmente educativo, visando o ajustamento ou o reajustamento dos homens às instituições e destas àqueles" (1943, p. 12).

Coelho (1945) elaborou uma monografia de título *Métodos de pesquisa e Serviço Social*, que objetivou, em sua primeira parte, apresentar métodos científicos e suas contribuições para o Serviço Social, aprofundando o debate sobre o fato social e o Serviço Social nas relações com a ciência e a técnica, o Serviço Social de Casos, de Grupo e de Comunidade. A segunda parte abordou a sua experiência com a metodologia do Serviço Social de casos individuais adotada em famílias desajustadas, a partir do estágio realizado no serviço de assistência à família do convocado da Legião Brasileira de Assistência (LBA).

Elas retornam para Recife munidas de conceitos e métodos atualizados para serem incorporados ao programa curricular da ESS/PE, com o objetivo de embasar os estudos formativos da profissão e a prática das ações do Serviço Social em Pernambuco.

As alunas das primeiras turmas da década de 1940 tiveram grande importância para a gestão e consolidação do ensino da ESS/PE, como para a emergência da prática do Serviço Social no estado. A partir de 1944, iniciaram-se as constantes renovações curriculares do curso, e foram elas que assumiram disciplinas especializadas da profissão, como também monitorias, supervisões e os círculos de estudos. Desde o retorno das assistentes sociais formadas no Rio de Janeiro, foi percebida uma evolução gradual do ensino do Serviço Social, que de acordo com Carmo e Souza (1965), foi consequência do melhor preparo do pessoal técnico habilitado para assumi-lo e também do desdobramento de algumas matérias.

Imagem 12 – Fotografia de Maria Hermina de Lyra, aluna da turma de 1943, que se tornou assistente social no ano de 1954.



Fonte: Acervo da Escola de Serviço Social de Pernambuco.

Maria Hermina de Lyra, aluna da classe de 1943, era uma delas. Foi aproveitada precocemente como colaboradora da escola no ensino teórico e prático, tornou-se docente efetiva e por alguns anos ocupou a posição de vice-diretora (MORAES, 1990). Lyra relata que atuou na função de monitora da ESS/PE por cerca de quatro anos, depois disso, já nos anos de 1950, ensinou disciplinas específicas como a de Serviço Social de Menores, por ter feito seu

estágio e ter tido uma direta atuação no Juizado de Menores. Uma disciplina que veio a atender uma demanda do Serviço Social da época⁵⁷.

Imagem 13 – Fotografia de Maria da Glória Andrade Lima, primeira assistente social de Pernambuco formada pela ESS/PE, em 1946.



Fonte: Acervo da Escola de Serviço Social de Pernambuco.

A primeira assistente social formada pela Escola de Serviço Social de Pernambuco foi Maria da Glória de Andrade Lima, aluna da turma de 1940, que somente seis anos após entregou o trabalho de conclusão de curso, atividade exigida para a obtenção do diploma. A monografia intitulada *Uma experiência de Serviço Social junto aos Círculos Operários*⁵⁸ obteve aprovação com a nota máxima, dez (10), após a avaliação de uma banca examinadora⁵⁹. Esse trabalho traz uma sistematização da prática do Serviço Social em Pernambuco, relativa à atuação da então estudante no Círculo Operário Católico do Recife.

Os Círculos Operários Católicos eram instituições subordinadas à Confederação Nacional dos Operários Católicos⁶⁰, que por sua vez era vinculada à Ação Católica. Era uma entidade "[...] organizada para a coordenação e defesa dos interesses profissionais dos trabalhadores, aos quais ministra relevante assistência espiritual e beneficência material" (BRASIL, 1941, p. 01).

⁵⁷ Informações contidas em uma entrevista da Maria Hermina de Lyra, em 25/05/2006, para o projeto de Memória da Escola de Serviço Social de Pernambuco, realizado entre os anos de 2004 e 2006 pelo Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, tendo como coordenador o Prof. Dr. Denis Antônio de Mendonça Bernardes.

⁵⁸ Uma análise desse trabalho pode ser encontrada em Gomes (1987).

⁵⁹ Informação contida no Histórico Escolar da aluna. Ver Anexo C.

⁶⁰ Associação civil com sede na capital do país, Rio de Janeiro, que tinha como organizador o Padre Leopoldo Brentano, também responsável pelos primeiros Círculos Operários fundados nacionalmente. O Padre Brentano valorizava a atuação de assistentes sociais nos núcleos dos Círculos em todo o Brasil (GOMES, 1987).

No ano de 1941, o presidente Getúlio Vargas, pelo Decreto nº 7.164, de 12 de Maio de 1941, concede à Confederação Nacional, a prerrogativa de "[...] colaborar com o Estado, como órgão técnico e consultivo no estudo e solução dos problemas que se relacionam com as profissões por ela representadas" (BRASIL, 1941, p. 01).

Então, diante desse Decreto, os Círculos Operários do Recife⁶¹, fundados por membros da Igreja e do apostolado laico, associados à Ação Católica, tinham a finalidade de cooperar com o Estado Novo em relação ao doutrinamento moral e educacional da classe operária e sua família para, assim, apaziguar os conflitos com a classe patronal; colaborar no processo de sindicalização do trabalhador e auxiliar na campanha anticomunista.

A assistente social em formação, Maria da Glória de Andrade, cumpriu seu estágio final no núcleo do Círculo Operário do bairro do Prado, no ano 1944. Segundo Gomes (1987), a prática de Serviço Social no movimento circulista se concentrava nos programas assistenciais, que tinham como base a leitura da Doutrina Social da Igreja, por ser uma instituição assistencial filiada à Ação Católica. A função da assistente social, basicamente, estava atrelada à tentativa de estabelecer uma relação de parceria e acordo entre o trabalhador e a empresa, "[...] cabendo-lhe fazer com que o operariado usufruísse de todas as vantagens morais e materiais que lhe pudesse oferecer a associação" (LIMA, 1946, p. 39 apud GOMES, 1987, P. 82).

Lima (1946, p. 06 apud GOMES, 1987, p. 84) diz que "[...] sempre em todas as épocas houve distinção entre pobres e ricos", salientando, assim, que as desigualdades sociais da época eram naturais, como abordavam os discursos das Encíclicas Papais. E de acordo com Gomes (1987), colocava como responsáveis por esse desequilíbrio, o desentendimento entre patrões e operários e causador dos desajustamentos sociais e morais, a "[...] propaganda das doutrinas socialistas, a [...] apatia da burguesia diante do sofrimento do operário, o regime industrial e a ausência de formação religiosa" do trabalhador e sua família (LIMA, 1946, p. 06 apud GOMES, 1987, p. 84).

Uma reforma social era vista como solução para os problemas e os desajustes, baseada em princípios morais e educacionais, que influenciassem tanto a classe burguesa quanto a proletária, no sentido de uni-las. Isso nos faz perceber que se propagava a ideia de que o conflito entre as classes era passível de conciliação e não como um embate que vinha exigindo o enfrentamento de forças entre as classes (GOMES, 1987, p. 85).

Os Círculos Operários foram criados para atender aos proletários atuantes em qualquer ramo e suas famílias. No entanto, a maioria dos usuários que recorriam aos serviços

_

⁶¹ O debate sobre a criação do Círculo Operário de Recife e seus núcleos foi trazido no Capítulo Primeiro dessa dissertação.

assistenciais dos Círculos se encontravam na classe trabalhadora marginalizada pelo processo de produção, a grande parcela de desempregados que vivia em extrema pobreza. De acordo com Gomes, a "[...] classe operária e seus familiares não constituíam maioria nesse requerimento assistencial [...] por ser numericamente incipiente, principalmente se colocada comparativamente frente ao contingente de trabalhadores postos à margem do processo produtivo" (1987, p. 87).

O trabalho monográfico de Maria da Glória de Andrade Lima foi entregue e aprovado em 1946, no entanto a sua prática de estágio remonta ao ano de 1944. Vieira (1992, p. 142) analisa que o atraso para a titulação das alunas acontecia devido à exigência da elaboração da monografia, de caráter individual. Concluíam-se as disciplinas, mas adiavam a entrega do trabalho de conclusão de curso, geralmente por iniciarem as atividades profissionais, independentemente da finalização do curso.

Maria da Glória Lima, antes da formação no Serviço Social, foi professora primária, concluindo o curso no Instituto Nossa Senhora do Carmo, em Recife. Tornou-se docente da ESS/PE com a disciplina de Educação Familiar, dada pela primeira vez no ano de 1944 (ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DE PERNAMBUCO, 1946, p 03).

Imagem 14 – Fotografia de Evany Gomes de Matos Mendonça, discente da turma de 1946 da ESS/PE, que se tornou assistente social no ano de 1956. Personalidade atuante no ensino técnico e prático da Escola de Pernambuco.



Fonte: PADILHA, 2008, p. 173.

Evany Gomes de Matos Mendonça foi discente da turma de 1946, ocupou cargos de monitoria, de docente e em 1956, após sua colação de grau, tornou-se vice-diretora. Quando

iniciou a formação em Serviço Social, era professora de educação física no Colégio Vera Cruz e na Escola Experimental do estado, ambas em Recife.

Em uma entrevista concedida ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), em 2002, Evany Mendonça declara que a formação em Serviço Social, por meio da ESS/PE, foi um divisor de águas para a sua perspectiva como profissional e cidadã. Ela relata como foi sua experiência em monitorias e sua passagem para a docência em Serviço Social:

Eu acho que comecei a despertar para a vida social, para o Brasil, para os problemas e tal, a partir dessa entrada na Escola. Até aí, minha vida era descomprometida com esse tipo de coisa. Eu tinha funções e executava tarefas, mas não tinha nenhuma perspectiva de questionamento sobre a situação brasileira. E na Escola começamos a pensar essas coisas mais sérias. Tinha um professorado que era excepcional. [...] eram pessoas que tinham muita, muita representatividade aqui na sociedade, na área de ensino e tal. [...] Enfim, com o tempo, dentro da Escola, eu fui penetrando mais nos interesses da própria Escola. Não me lembro exatamente qual foi o ano, mas a Escola começou a se mobilizar para conseguir que o meu cargo no estado passasse a ser à disposição da Escola. [...] Como aluna [...] eu fui monitora, algumas atividades assim. Eu acompanhava os alunos nas visitas a obras sociais, corrigia relatórios. E era monitora, acompanhando aula e tal. Durante um período grande eu fui posta à disposição da Escola e deixei de ensinar educação física. [...] E comecei a ter atribuições de ensino, mesmo antes dessa formatura mais formal. E ensinava uma disciplina que existia: os campos. Nessa época havia campos de atuação: Serviço Social Médico, Serviço Social de Família, Serviço Social do Menor... Eu ensinava [...] a disciplina Serviço Social de Família (MENDONÇA, 2002, p. 19).

Devido às inúmeras atividades assumidas no corpo técnico da Escola, Evany Mendonça retardou a entrega do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) por praticamente sete (7) anos, já que as disciplinas teóricas foram finalizadas no ano letivo de 1949. Ela alegou que o atraso também esteve ligado à falta de supervisores capacitados para orientar o alunato nos estágios realizados na ESS/PE, pois as monografias faziam parte, em sua maioria, de análises das práticas dos estágios desempenhados no final do curso. Situação semelhante à maioria dos casos das alunas das turmas da década de 1940, que finalizavam as matérias de ordem teórica, mas deviam a produção de suas monografias.

No final dos anos 1940 para o início da década de 1950 houve uma grande demanda de entrega de TCC, principalmente pela regulamentação do ensino, acontecida em 1953, permitindo a atuação como assistente social apenas a quem estivesse diplomada, ou seja,

passado pela arguição do trabalho monográfico e finalizado a formação. Essa foi uma outra motivação que fez a já docente Evany concluir o curso, temendo a perda dos cargos.

Evany Mendonça se tornou assistente social em 1956 e logo recebeu o cargo de vicediretora da Escola de Serviço Social de Pernambuco. Continuou atuando como professora da disciplina Serviço Social de Família, que ela declarava ser uma matéria de suma importância para se entender o cliente (em sua maioria, as mulheres) e a família da classe proletária (MENDONÇA, 2002).

É baseada nessa nova composição, após 1944, que Maria de Lourdes Almeida de Moraes, e sua vivência como diretora, relata as mudanças ocorridas na ESS/PE:

Assim, a nossa Escola entrou em uma nova fase: contava, então, [...] com as disposições de espírito que se renovaram, mesmo continuando a enfrentar [...] a deficiência numérica de pessoal. Então, de mãos dadas – assim como Dr. Rodolfo fez com seus companheiros para a fundação da Escola – nós, isto é, Dolores, Dr. Rodolfo, eu, alunos vindos dos primeiros tempos, entre os quais [Maria] Glorinha e Maria Hermina – já aproveitadas precocemente como colaboradoras de ensino teórico e prático – procuramos iniciar a "reforma" da Escola. Digo "iniciar" porque uma instituição viva está sempre "se reformando", ou melhor, em busca de melhores caminhos. Sem a utilização de esquemas formais de avaliação, guardávamos, informalmente, uma atitude de avaliação, de revisão, tendo sempre em vista a boa formação teórica e prática dos alunos, a realização da Escola como centro de irradiação de ideias e atividades sociais em prol do bem comum (MORAES, 1990, p. 17-18).

Esse corpo docente e discente protagonizou os esforços para a profissionalização em nível estadual, com iniciativas para fazer avançar esse processo em nível nacional. Foram das primeiras turmas que surgiram as assistentes sociais propulsoras para a institucionalização do Serviço Social em Pernambuco.

4. 1. 3 Os aspectos históricos do programa curricular da ESS/PE e da prática do Serviço Social nos anos de 1940

Conforme Carmo e Souza, "[...] os currículos adotados pela Escola de Serviço Social de Pernambuco, desde 1940, mostram que houve uma evolução do ensino de Serviço Social" (1965, p. 11). Inicialmente, o programa da escola de Pernambuco continha disciplinas de cunho

idealista-moral-doutrinário, tendo como única disciplina específica a de Assistência Social⁶², que era ministrada pelo professor e médico René Ribeiro⁶³.

Após o retorno das assistentes sociais formadas na Escola do Rio de Janeiro, em 1944 e 1945, uma das atuações do corpo técnico da ESS/PE foi fortalecer o currículo do curso com matérias específicas do Serviço Social, havendo, assim, uma transição na formação para um programa de tendência científico-prático. A disciplina de Assistência Social foi substituída por Serviço Social, uma cadeira genérica que em seu conteúdo, na realidade, estava o processo de Serviço Social de Casos, ministrada pela vice-diretora e docente Maria Dolores Cruz.

Realizou-se também o acréscimo de alguns recursos metodológicos para ampliar o trabalho formativo, como a monitoria⁶⁴, preenchida por alunas veteranas, que tinha a finalidade de realizar um acompanhamento e orientação individualizada para as discentes de turmas iniciais; e o trabalho com os círculos de estudos⁶⁵, que tinha a orientação da professora e então diretora Maria de Lourdes Almeida de Moraes (ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DE PERNAMBUCO, 1946; 1947; 1948). Os círculos visavam o método de análise de obras e textos sobre a problemática social da época em seus vários aspectos (YASBEK, 1977). Seria um instrumento elementar para se atingir um trabalho de formação de mentalidade do alunato.

A partir de 1948, foi incluída a disciplina de Organização Social de Comunidade (também conhecida como Desenvolvimento e Organização de Comunidade), como parte integrante da cadeira de Serviço Social. Essa disciplina ficou a cargo da docente Hebe Gonçalves Pereira⁶⁶, assistente social diplomada pelo Instituto Social do Rio de Janeiro, em 1948 (ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DE PERNAMBUCO, 1948). No início da década de 1950, foi introduzida a matéria Serviço Social de Grupo, sendo ministrada por Maria da Glória de Andrade Lima (CARMO; SOUZA, 1965; ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DE

-

⁶² O conteúdo dessa matéria envolvia noções gerais sobre Serviço Social, a evolução da assistência; as modalidades de desajustamento social, como invalidez, doença, miséria, delinquência, abandono; a prática da entrevista, inquérito e diagnóstico; e as diversas perspectivas de atuação do assistente social, com a infância, o meio urbano, as famílias, a classe trabalhadora. (VIEIRA, 1992, p. 142; LYRA, 1990, p. 24).

⁶³ Uma análise detalhada sobre o programa curricular implementado na ESS/PE pode ser encontrada em Vieira (1992).

⁶⁴ A monitoria foi criada para facilitar a individualização do ensino e a entrosagem das disciplinas. A monitora, responsável pela monitoria, é aquela pessoa que acompanha as discentes nas atividades das aulas, uma espécie de intérprete do assunto em relação à aluna. Por outro lado, ela também tem a função de levar à professora interesses do alunato (MORAES, 1943; VIEIRA, 1992).

⁶⁵ Círculos de estudos fazem parte de um estudo em conjunto que vem complementar o conteúdo oferecido em sala de aula. Todos as alunas participam ativamente do círculo, que serve como uma revisão de uma matéria. Aos círculos de estudos e ao sistema de monitoria cabe, na maioria das escolas, papel preponderante na formação da personalidade social dos alunos (KFOURI, 1949, p. 436 apud VIEIRA, 1992, p. 142; MORAES, 1943).

⁶⁶ De acordo com Moraes (1990, p. 18), Hebe Gonçalves era "portadora de um espírito marcadamente inovador, com imensa disponibilidade e capacidade de discernimento, em face das influências europeias e americanas que marcavam a formação dos assistentes sociais brasileiros". Foi uma figura importante no ensino da ESS/PE onde ficou a cargo também de supervisão de estágios.

PERNAMBUCO, 1953). Disciplinas essas específicas e de intervenção, provenientes da influência tecnicista norte-americana, que segundo Moraes (1990), fez-se sentir no Serviço Social brasileiro a partir dos intercâmbios culturais que assistentes sociais do eixo Rio-São Paulo vivenciaram em Escolas dos Estados Unidos, desde o início de 1940.

A influência em Pernambuco, inicialmente, surgiu a partir da formação de Maria de Lourdes Morais e Maria Dolores na Escola do Rio de Janeiro, instituição que enviou docentes para os Estados Unidos no intuito de se especializarem em tais métodos. Ao retornarem, as então assistentes sociais trouxeram uma bagagem de conteúdos mais consoantes com as teorias sociais então vigentes, incorporando na ESS/PE uma bibliografia mais atualizada (LYRA, 1990). E nos primeiros anos de 1950, na ESS/PE, foram realizados cursos intensivos de Serviço Social de Casos (1952) e de Serviço Social de Grupo (1955 e 1956), por assistentes sociais do Instituto Norte-Americano Ponto IV (MORAES, 1990).

Conforme o Relatório Anual da ESS/PE, de 1955, o Instituto de Assuntos Inter-Americanos Ponto IV, na figura da assistente social Miss Mary Catherine Jennings, promoveu um curso de Serviço Social de Grupo, com propagação para o nordeste e norte do Brasil. O curso se destinou a três grupos: supervisores, professores da disciplina de Grupo e estudantes de Serviço Social de Grupo, com ao todo 182 inscritos. Em sua maioria participaram integrantes da Escola de Pernambuco, mas também pessoas da Escola do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba e diversas instituições, como a Escola Ulisses Pernambucano, as Religiosas da Colônia do Bom Pastor, dentre outras. As aulas foram dadas em inglês, com pessoal especializado em tradução, intérpretes (ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DE PERNAMBUCO, 1955).

A influência norte-americana ampliava a definição de desajustamento social, principalmente o método de Serviço Social de Casos, que apresentava o desajustamento por fatores de ordem interna, ou seja, o indivíduo carecia ser orientado a ajustar-se à ordem vigente. As causas dos problemas estavam nos indivíduos, sem contestar a sociedade. No entanto, no decorrer dos anos, o modelo norte-americano e a prática individual começaram a ser questionadas (LYRA, 1985).

Na década de 1940, os campos e demandas de Serviço Social faziam parte do currículo da Escola, objetivando proporcionar ao alunato informações gerais sobre as áreas em que os assistentes sociais mais atuavam com os desajustamentos sociais na época. As disciplinas como Educação Familiar e Puericultura⁶⁷ foram bem oportunas para uma tentativa de entendimento

•

⁶⁷ O conteúdo da disciplina contemplava a definição e histórico de Puericultura; as noções sobre a infância e seus períodos; cuidados com o recém-nascido, dentre outras especificações (ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DE PERNAMBUCO, 1955, p. 06, v. 3).

dos problemas sociais relacionados ao campo das famílias e das mulheres, grande parte do público usuário do Serviço Social.

A cadeira Educação Familiar⁶⁸ foi adicionada à grade curricular no ano de 1944, sendo ministrada pela assistente social Maria da Glória de Andrade Lima e Puericultura foi incorporada desde o ano de 1941, tendo como professor Jaldemar de Melo Serpa, médico e pesquisador da área da primeira infância. Fez parte dos profissionais engajados na criação do Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira (IMIP), uma instituição médicosocial que tem a finalidade de atendimento da população carente pernambucana, prestando assistência integral à saúde da criança, da mulher e do adulto (FIGUEIRA, 2010).

4. 1. 3. 1 A prática do Serviço Social em Pernambuco nos anos 1940

Lyra (1985; 1990) e Moraes (1990) apontam que o primeiro campo de prática do Serviço Social em Pernambuco foi desenvolvido no Juizado Privativo de Menores. Apesar da Escola de Serviço Social de Pernambuco (ESS/PE) constituir-se de um centro de formação, informação e documentação social, propondo a preparação de profissionais para os diversos campos que atuavam com os problemas sociais, a demanda inicial que suscitou a necessidade de se criar uma Escola esteve relacionada diretamente com os desajustamentos dos menores, tidos como grande preocupação para Dr. Rodolfo Aureliano e outros intelectuais do grupo fundador da ESS/PE.

A prática do Serviço Social se estabeleceu no Juizado Privativo de Menores, em 1943⁶⁹, diante de um acordo feito entre as instituições, dando às estagiarias da ESS/PE oportunidades de atuar em casos sociais de menores e adolescentes, tendo como supervisor o professor e psiquiatra René Ribeiro (LYRA, 1990).

O então juiz de menores, Dr. Rodolfo Aureliano, preocupado com os aspectos sociais que envolviam a problemática do abandonado e da delinquência infanto-juvenil [...] conseguiu então contratar alunas da Escola de Serviço Social de Pernambuco para iniciarem o trabalho na "Divisão de Assistência Social do Juizado de Menores". [...] Iniciou-se assim a formulação das primeiras assistentes sociais e a primeira tentativa de desenvolvimento da prática de Serviço Social [...]. A política da instituição, preconizando o valor da família no desenvolvimento da criança e a responsabilidade da sociedade na

-

⁶⁸ Em 1956, tais disciplinas foram aglutinadas ao regime de cadeiras optativas, ligadas ao Setor de Família, que englobava Serviço Social de Família, Economia doméstica e Puericultura.

⁶⁹ Uma data que se torna contraditória para a confirmação do evento, já que no trabalho de conclusão de curso de Maria Hermina de Lyra (1953) é indicado que o Serviço Social no Juizado Privativo de Menores teve seu início em 1946.

salvaguarda dos seus direitos e da sua proteção, era a diretriz que indicava o caminho a seguir. [...] para a época, [...] era uma experiência pioneira junto ao menor e sua família (LYRA, 1990, p. 26 – 28).

A política que rege o Juizado de Menores preconiza a relevância da família no desenvolvimento das crianças, juntamente com a responsabilidade que a sociedade tem de amparar as mesmas em direitos e em proteção, especialmente após o Código de Menores, de 1927⁷⁰. Seria um campo que relaciona a intervenção das assistentes sociais diretamente com as questões da família, compromisso do pai e, principalmente, da mãe, na educação e da responsabilidade social.

Conforme Carmo e Souza (1965), a prática do Serviço Social, originada nos estágios não é apenas um meio de aprendizado para as alunas da ESS/PE, mas também uma prestação de serviço à sociedade. Essas atividades contribuíram para o desenvolvimento de programas e instituições ligadas à atuação das assistentes sociais, principalmente no período da emergência da profissão no estado.

Para Gomes, no decorrer dos anos 1940, as estudantes da Escola também realizavam nas fábricas e nos bairros pobres palestras e debates acerca da formação da família, da missão da mulher, da jovem, da formação da consciência, dos direitos e deveres do proletariado (1987, p. 76). Atividades que compuseram as partes práticas do currículo, como as visitações a entidades e/ou comunidades. Também surgiram vários campos de intervenção, no final dos anos 1940, bastante diversificados, como hospitais, ambulatórios, indústrias, escolas, instituições sociais e conjuntos habitacionais, que geralmente tinham nas famílias da classe operária suas atuações (ALMEIDA, 1990, p. 35).

Em setembro de 1949, a Escola de Pernambuco criou uma Agência de Serviço Social Familiar, nas dependências da própria instituição de ensino, mediante supervisão direta da docente Maria Dolores Coelho. O objetivo estava em aperfeiçoar a prática das assistentes sociais em formação, ou seja, as alunas em período de estágio. Maria Hermina de Lyra também se torna supervisora⁷¹ da Agência Familiar no início da década de 1950. Ela afirma que

⁷⁰ O Código de Menores foi promulgado em 12 de outubro de 1927 e representou a primeira legislação jurídica e assistencial voltada à infância no Brasil. Constituído por 11 capítulos dispostos em medidas aplicáveis às crianças e jovens até 18 anos de idade. "Questões pertinentes aos 'infantes expostos', abandonados, delinquentes e às crianças inseridas no mundo do trabalho passaram a ser visto como um problema de ordem legal" (MIRANDA, 2008, p. 21). Esse dispositivo jurídico destacou a importância de criação de juizados de menores e escolas especiais de internamento para o menor criminoso (SILVEIRA, 1958).

⁷¹ Supervisores são professores da parte prática, que orientam o alunato nas questões dos estágios.

[...] a prática era desenvolvida por alunas estagiárias, às quais se dava sempre a oportunidade de analisar e discutir o trabalho, na busca de uma melhor metodologia. [...] Despertava-se nos alunos o interesse pelos problemas sociais, identificados como consequência do analfabetismo, da falta de preparação profissional, da inexistência de educação de base. [...] o objetivo da prática era o reajustamento dos indivíduos aos quadros sociais (1985, p. 11).

O público usuário da Agência, denominado de clientela, era "[...] em sua maioria, constituída por pessoas carentes que buscavam auxílio para a solução dos mais diversos problemas" (LYRA,1985, p. 11). Isto é, composto essencialmente por mulheres, crianças e jovens de famílias de classe proletária que residiam em bairros periféricos da capital pernambucana. As estagiárias do Serviço Social atuavam diante desse público na tentativa de ajustá-los à ordem vigente, pois entendiam que as causas dos desajustamentos eram de fator interno, ou seja, estavam nos próprios indivíduos.

No Relatório da Comissão Verificadora⁷² da ESS/PE, identificou-se um documento que afirma que a Agência tem como finalidade "[...] possibilitar aos alunos da 1ª série um melhor treinamento no processo do Serviço Social de Casos" (ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DE PERNAMBUCO, 1955, p. 247), direcionada ao atendimento de famílias desajustadas. Essa passagem reitera o objetivo da nova entidade, de oportunizar um ambiente para a prática do Serviço Social, tendo um público-alvo específico e um método aplicado nas experiências das estagiárias.

A composição do quadro de funcionários da Agência Familiar estava em: uma assistente social supervisora geral, função especifica da docente responsável pela disciplina de Serviço Social de Casos; uma assistente supervisora das alunas; uma discente concluinte na função de plantonista da Agência; e as alunas da 1ª série como estagiárias, no qual cada uma era responsável por cinco casos sociais⁷³.

⁷² O Relatório da Comissão Verificadora é um documento que compreende mais de 900 páginas, apresentado em quatro volumes, com o detalhamento do histórico, evolução, legislações e atividades da ESS/PE até o ano de 1955. Esse documento foi enviado para o Ministério da Educação e Cultura com o objetivo de reconhecimento da Escola, que foi concedido em 1956. ⁷³ Informações contidas em um documento anexado ao Relatório da Comissão Verificadora. Ver Anexo D.



Imagem 15 – Fotografia que retrata alunas trabalhando na Agência de Serviço Social Familiar, localizada nas dependências da ESS/PE.

Fonte: RELATÓRIO DA COMISSÃO VERIFICADORA, 1955. p. 72, v. 1.

Em 1955, a Agência foi transferida para um bairro suburbano do Recife e da classe proletária, chamado de Vasco da Gama, permanecendo ativa até o final da década (VIEIRA, 1992, p. 150). Nesse bairro, a Agência se denominou de Centro de Serviço Social Familiar do Vasco da Gama, coordenado por Maria Hermina de Lyra, nessa altura já na posição de docente efetiva, ocupando a disciplina de Estágio. Permanecia sendo um espaço de realização de estágios das estudantes da ESS/PE e tinha como demandas casos particulares, orientação dos problemas familiares, orientação profissional, orientação médica, dentre outros, como também organizava reuniões e atividades de grupo para a população da comunidade (CALLIER, 1964/1965, p. 12).

As primeiras turmas da ESS/PE, principalmente as classes anteriores ao ano de 1946, encararam a falta de campos de estágios, o que dificultou e retardou a entrega e apresentação dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), atividade exigida para a diplomação em Serviço Social, embora muitas alunas já exercessem a profissão em entidades sem a exigência da

formação concluída, e algumas vezes, atuassem como supervisoras de classes menos experientes. "Concluindo o estágio final, o aluno elabora o trabalho de conclusão de curso que é o relato da experiência, constando do planejamento, técnicas e meios empregados, dificuldades encontradas, resultados obtidos" (CARMO; SOUZA, 1965, p. 41).

Com a regulamentação do ensino em Serviço Social, com a Lei 1889, de 13 de junho de 1953 e o Decreto-lei 35.311, de 2 de abril de 1954, somente as assistentes sociais diplomadas poderiam exercer a profissão, como exposto no artigo 17 do Decreto-lei: "o aluno que houver sido aprovado em todas as disciplinas, nos estágios e em trabalho final de curso, de sua exclusiva autoria, terá o direito ao diploma de assistente social" (VIEIRA, 1980, p. 223 – 224). Então, somente após o exame e aprovação do trabalho final, de caráter monográfico, conforme exigência da lei, o alunato recebe o diploma de assistente social, profissional exclusivo e capacitado para desenvolver atividades na área do Serviço Social, o que se torna sua esfera privativa.

A dificuldade dos campos de estágios, a questão da falta de supervisores qualificados na área e uma grade curricular que pudesse embasar o ensino e a prática do Serviço Social foram problemas enfrentados pelas turmas iniciais da Escola de Serviço Social de Pernambuco nos primeiros anos da instituição, os quais retardaram a conclusão do curso de várias estudantes.

Ariete Souza de Oliveira, aluna da classe de 1940 da ESS/PE, declarou em sua monografia a justificativa do atraso em 10 anos para sua diplomação:

[...] a nossa Escola, depois do segundo ano de vida sofreu uma crise com o afastamento de suas alunas, srtas. Maria Dolores Cruz Coelho e Maria de Lourdes Almeida de Moraes, que foram continuar o curso no Instituto Social, no Rio de Janeiro [...] Um pequeno grupo continuou morosamente, sem o estímulo e a presença dos que se foram. O entusiasmo inicial arrefeceu, mas não se extinguiu a Escola e a semente bem plantada pelo seu fundador [Rodolfo Aureliano] começou a florescer, novamente quando a direção foi entregue às suas primeiras alunas que acabavam de concluir o curso no Rio de Janeiro. Durante este período as que ficaram lutaram sozinhas, mas não conseguiram realizar o Trabalho de Conclusão de Curso. Faltavam-lhes conhecimentos mais profundos, trabalhos práticos melhor orientados e até mesmo, estudos de certas matérias indispensáveis. A srta. Maria de Lourdes Almeida de Moraes, assumindo a direção da Escola, procurou reunir suas antigas colegas e animá-las a concluir o curso, agora baseado nos conhecimentos que adquirira no Instituto Social. E assim conseguiu aproveitar o estágio da stra. Maria da Glória de Andrade Lima nos Círculos Operários, e o da srta. Anita Costa na antiga Escola "Aires Gama", hoje "Ulisses Pernambucano". Ambas defenderam seus trabalhos em 1946 e 1949, respectivamente sobre os temas "Uma experiência de Serviço Social junto aos Círculos Operários" e "Contribuição ao estudo da assistência aos anormais educáveis" (OLIVEIRA, 1950, p. 3 – 4).

Com essa declaração, podemos perceber que os dois primeiros trabalhos de conclusão de curso da ESS/PE, realizados na década de 1940, não foram produzidos a partir de estágios supervisionados. Foram de alunas que já trabalhavam em obras sociais ou entidades públicas, que por necessidade da atividade na área do Serviço Social, realizaram o curso para se aperfeiçoar, ou seja, devido a não existência de espaços oficiais para a atuação do Serviço Social no início dos anos 1940, as discentes passaram a desenvolver práticas experimentais em espaços já operantes e deles produziram os trabalhos finais.

Como foi o caso da Ana Luiza Costa (1949), mais conhecida como Anita Costa, trazido no relato acima, que atuava como professora especializada na escola Ulisses Pernambucano, uma instituição para crianças com deficiências. Ela oportunizou seu espaço de trabalho educacional para realizar tarefas de assistente social junto aos menores "anormais" e suas famílias, fundamentada na técnica do Serviço Social de Casos.

Nos primeiros anos, o curso de Serviço Social representava uma tentativa de resposta a uma necessidade sentida pelo Estado, pela Igreja, pela sociedade e instituições em geral. As entidades necessitavam de profissionais que tivessem competência para lidar com problemas sociais e os desajustamentos e seu pessoal procurava essa capacitação no ensino da Escola de Serviço Social. Funcionários de instituições públicas, de obras sociais eram os que mais procuravam (CARMO; SOUZA, 1965, p. 42). Com as regulamentações federais⁷⁴ estabelecidas no início da década de 1950, houve uma normatização dos estágios, que passaram a ser supervisionados.

O campo de Serviço Social Familiar era o que mais abrangia as estudantes estagiárias da ESS/PE, desde os anos de 1940, com a percentagem aproximada de 25% dos trabalhos monográficos. Estágios na Agência de Serviço Social Familiar, na Legião Brasileira de Assistência e no Bom Pastor (presídio feminino), todos esses campos relacionados ao serviço social de família, sendo que o último também abrangia o serviço social do menor (CARMO; SOUZA, 1965, p. 43). Eram espaços presentes nos grandes lócus das ações da assistência social e da justiça.

Nos campos de intervenção, as estudantes desempenhavam a prática do Serviço Social, e o estágio final era sistematizado com a elaboração dos Trabalhos de Conclusão de Curso

_

⁷⁴ Lei nº 1.889, de 13 de junho de 1953 e o Decreto nº 35.311, de 2 de abril de 1954 normatizaram o ensino do Serviço Social, sua estruturação e ainda as prerrogativas dos portadores de diplomas de assistentes sociais.

(TCC), de caráter monográfico, que dava às discentes da ESS/PE a obtenção do título de assistente social.

Conforme Balbina Ottoni Vieira (1980), os primeiros trabalhos de conclusão de cursos refletem a atuação das assistentes sociais e serviram para interpretar o Serviço Social do período. Na sua maioria, esses trabalhos focalizavam os campos onde atuava o Serviço Social e os problemas que neles se encontravam; tentavam demonstrar a atuação do assistente social, apontar funções e os problemas que procuravam resolver. Enfim, as monografias sistematizavam cientificamente a prática, relatavam experiências vividas com o extrato pauperizado da população pernambucana, principalmente com os problemas sociais da época, objetivando o reajustamento dos indivíduos da sociedade.

4. 2 OS PROBLEMAS SOCIAIS DAS FAMÍLIAS NA PERSPECTIVA DAS ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL DAS TURMAS DE 1940

Desde o início do século XX que a família, particularmente, a infância e a mulher ocupavam um espaço privilegiado nos discursos de higienistas, da Igreja e principalmente do Estado. A ideia de construção de uma nação mais saudável, física e espiritualmente, através da educação e de ações sociais atravessavam tais discursos. Segundo Gominho, cabia à mulher o papel basilar da educação infantil e da manutenção harmônica da família (1997, p. 82 – 87).

As mulheres da classe popular tinham na figura da assistente social uma profissional capaz de ensinar à " [...] mãe de família a estabelecer o orçamento familiar, recupera-lhe-á coragem e confiança em si mesma, torna-la-á dona de casa à altura de sua missão, mãe de família ciosa das responsabilidades que lhe cabem" (MARSAUD, 1937, P. 150 apud GOMINHO, 1997, p. 87). Desse modo, percebe-se que se tinha na profissional do Serviço Social uma agente especializada em ajustar indivíduos e suas famílias em prol de uma sociedade harmoniosa e equilibrada, isto é, uma técnica "[...] capacitada em evitar que os flagelos sociais comprometam o equilíbrio da família e do futuro" da nação (PINHEIRO, 1985, p. 17).

Vale lembrar que o Serviço Social, desde o início da sua atuação, tinha como propósito o controle da classe trabalhadora com o apoio do Estado, e isso se deu principalmente por intermédio de políticas sociais destinadas às famílias proletárias e, mais especificamente, designadas para mulheres e crianças dessa classe social, se tornando, assim, o público-alvo mais procurado para a prática de intervenção das assistentes sociais. Ou seja, se buscava "intervir sobre a família da classe operária utilizando-se da mulher como um instrumento privilegiado

de reprodução do controle social, já que esta possuía os valores que se desejavam veicular junto às famílias" (CISNE, 2015, p. 194).

Diante desse debate, um dos objetivos do trabalho consistiu em analisar os problemas sociais de famílias pernambucanas a partir da perspectiva das estudantes das primeiras turmas da ESS/PE. Então, por meio dos estudos das monografias das classes de 1940 procedemos à análise dos problemas discutidos nos trabalhos de conclusão de curso relacionados ao campo familiar, que englobam a mulher, a maternidade, e a infância, ou seja, as questões historicamente atribuídas ao mundo do gênero feminino.

As monografias selecionadas fazem parte dos trabalhos finais de alunas que iniciaram sua formação nas turmas da ESS/PE na década de 1940, ou seja, discentes das primeiras classes que sistematizaram as experiências das práticas no Serviço Social em seus TCCs.

De um universo de trabalhos de conclusão de curso elaborados em finais dos anos 40 e na década de 1950, as monografias selecionadas trazem em seus títulos palavras-chaves relacionadas às atuações das estudantes com a reabilitação de casos sociais com a família, com mulheres, e a infância, maioria do público usuário do Serviço Social.

As alunas concluintes dos anos 1940, devido às dificuldades já relatadas para a diplomação, atrasavam a entrega dos trabalhos finais, adiando a conclusão do curso para a década de 1950. Com isso, muitos relatos de práticas em que as estudantes de Serviço Social atuaram ainda na década de 1940 só foram apresentados posteriormente. A monografia era uma narrativa da experiência do estágio final, que sistematizava a prática da profissão, os métodos empregados, com o propósito de apontar problemas, demandas e resultados obtidos com base na vivência dos casos.

A partir da seleção feita, baseada nas palavras-chaves contidas nos títulos dos trabalhos finais, foram identificadas seis monografias, que incorporaram duas grandes áreas, a assistência social e o campo da justiça. Os problemas sociais relacionados a família, mulheres e às crianças estavam intrinsicamente ligados a essas políticas.

Podemos relembrar que a fundação da Escola de Serviço Social de Pernambuco (ESS/PE) foi suscitada pela necessidade de solucionar problemas sociais que envolviam a área jurídica, tendo como primeiro campo de atuação oficial o Juizado Privativo de Menores, instituição que trabalhava com grandes demandas de casos sociais da infância e juventude. Segundo Lyra (1990), era uma experiência pioneira junto ao menor e à família no estado. E as demandas da área da assistência, que antecedem e extrapolam o Serviço Social, porém agora sendo consideradas de forma organizada por determinadas entidades.

4. 2. 1 Serviço Social no âmbito Judicial: os problemas sociais de famílias, mulheres, crianças e jovens pela prática das assistentes sociais em formação

Os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) que abrangem a área da justiça foram produzidos por alunas que iniciaram o curso nas turmas de 1943 e 1946.

Maria Hermina de Lira⁷⁵, discente da classe de 1943, elaborou a monografia intitulada *Uma experiência de serviço social junto ao abrigo provisório feminino do Juízo Privativo de Menores, abandonados e delinquentes do Recife*, referente a uma experiência vivida a partir do ano de 1946. Com nota de aprovação nove vírgula dois décimos (9,2), a arguição do trabalho aconteceu em 27 de março de 1954, data da sua diplomação como assistente social⁷⁶.

Lira (1953) relata que o Juizado Privativo de Menores Abandonados e Delinquentes de Recife foi criado em 13 de junho de 1934, tendo como diretor e juiz o Dr. Rodolfo Aureliano, e função de "[...] exercer ação preventiva, repressiva e assistencial aos menores delinquentes e abandonados" (LIRA, 1953, p. 7).

A Seção de Serviço Social⁷⁷ iniciou-se em 1946, com o intuito de estudar e tratar dos casos sociais dos menores e fornecer ao juiz elementos necessários e melhores esclarecimentos de cada ocorrência. Pois, anteriormente não havia estudos das causas sociais e individuais dos problemas vividos pelas crianças, muito menos a reeducação e readaptação do menor e os meios de prevenção dos problemas, situação essa modificada com o trabalho das assistentes sociais.

Maria Hermina trabalhava na seção desde a implantação, quando em agosto de 1946, foi convidada pelo Dr. Rodolfo Aureliano para dirigir o Abrigo Provisório Feminino, que se localizava em prédio anexo ao Juizado, exercendo a função de assistente social por dois anos.

Os Abrigos faziam parte da aparelhagem da instituição, sendo compostos de uma ala masculina e outra feminina. Destinavam-se a receber crianças e adolescentes que estavam aguardando o estudo e solução dos seus casos sociais, "[...] menores que apresentavam os mais graves e sérios desajustamentos" (LIRA, 1953, p. 01).

As assistentes sociais trabalhavam no processo de análise de cada ocorrência que objetivava a reeducação social desses indivíduos. No caso da Maria Hermina de Lira, o trabalho

⁷⁵ O sobrenome da Maria Hermina de Lyra se apresenta de duas formas nos documentos consultados. Na sua monografia, vem escrito com a letra "i", no entanto em outras fontes estudadas está com a letra "y".

⁷⁶ Informações contidas nos históricos escolares das alunas da ESS/PE, que fazem parte dos documentos do acervo da Escola de Serviço Social de Pernambuco (ESS/PE, 1958; ESS/PE, 1955). Ver Anexo E.

⁷⁷ A Seção de Serviço Social do Juizado tem como composição 1 diretor, 4 assistentes sociais plantonistas e 10 assistente sociais visitadoras. Dados esses referentes à época da experiência da Maria Hermina de Lira na instituição.

era feito especificamente com jovens moças, na tentativa de torná-las aptas para o retorno ao convívio em sociedade.

Lira (1953) avalia que o motivo da fundação do Juizado foi devido aos problemas causados por crianças nas ruas, em situação de desamparo e/ou de criminalidade. Em alguns casos, a criança tinha "[...] uma casa para morar, vivia num completo abandono moral, por falta dos pais ou incapacidade deles para educá-las; e assim formavam-se os futuros desajustados a caminho da delinquência" (LIRA, 1953, p. 11).

No entendimento do Serviço Social da época, segundo Lira,

[...] para que a criança se desenvolva normalmente e se torne adulto, são necessários cuidados especiais que a providência divina confiou aos pais. [...] A sociedade familiar, pela sua natureza, oferece à criança o ambiente ideal para o seu desenvolvimento. Quando, por circunstâncias diversas, falta à criança esse ambiente, a sua personalidade facilmente se desajusta (1953, p. 01).

Diante do estudo dos casos, Maria Hermina de Lira defende que a causa dos problemas dos menores estava na falta de obras educativas para a adolescência e, principalmente, na miséria familiar, lares desintegrados ou mal organizados, uma vez que a família era tida como responsável pelo desenvolvimento educacional e físico dos filhos até atingirem a idade adulta, seria a sua função natural. Esse discurso contempla o pensamento e a atuação da Igreja e do Estado desde os primeiros decênios do século XX, no qual o alvo de preocupação estaria na manutenção da integridade familiar, vista com célula mater da sociedade (SILVA, 2010)

Lyett Alves Silveira, aluna da turma de 1946, produziu o trabalho de conclusão de curso denominado *A influência da desintegração da família no desajustamento de menores*, fundamentada na sua experiência de estágio no Juizado Privativo de Menores de Pernambuco em meados dos anos 1940. Com nota de aprovação seis vírgula trinta e três centésimos (6,33), a arguição do trabalho aconteceu em 29 de dezembro de 1958, data da sua diplomação como assistente social.

Silveira (1958), a partir dos casos atendidos pela seção de Serviço Social do Juizado, constatou que a grande incidência de desajustamentos de menores era motivada pela desintegração familiar, isto é, o Serviço Social reconhecia na família a responsável pelo agravamento do desajustamento das crianças.

Conforme o pensamento doutrinário do período, Silveira avalia que "[...] os filhos devem ser educados pelos pais. [...] Assim é a missão educativa, ela cabe aos pais. É tarefa que

deve ser iniciada desde cedo para que as crianças de hoje estejam aptas a serem bons pais amanhã" (SILVEIRA, 1958, p. 25). Ou seja, estaria na família, quanto instituição social, a responsabilidade de manutenção da prole, na qual o pai é o provedor, chefe familiar, e a mãe, a educadora e responsável pelo lar e os filhos os futuros trabalhadores sadios e aptos.

Lyett Silveira entendia como causas que originavam a desagregação das famílias, o abandono do chefe da família, a dissolução do casamento ou em uma relação de concubinato, os vícios (jogo, alcoolismo, promiscuidade) e a falta de formação moral dos pais (ligada à educação) que seria o mais danoso para os filhos. A morte de um dos cônjuges também era vista como uma causa para os desajustamentos familiares, porém não seria um dos fatores mais prejudiciais, até porque "[...] um órfão de verdade sente a orfandade, mas não se pode comparar com o órfão de pais vivos, este último é mais revoltado enquanto o outro, apesar de sofrer, é mais conformado porque a morte é um acontecimento inevitável na vida humana" (SILVEIRA, 1958, p. 34).

Silveira (1958) apresenta, em sua monografia, casos de menores em acompanhamento pela seção de Serviço Social do Juizado, para expor que seus problemas sociais estavam implicados no desamparo dos pais e na incapacidade de desempenhar a missão educacional de sua prole.

Ela destaca também o discurso sobre a mulher e sua falta de responsabilidade com a família como sendo um fator de desajustamentos dos menores. Uma temática bastante cara para a sociedade da época, que via na figura feminina a responsável pela educação e formação moral de seus filhos, principalmente pelas suas qualidades consideradas naturais e divinas, como a ternura, a bondade e a dedicação, aspectos esses que deveriam sempre estar em desenvolvimento.

Silveira (1958) aborda casos ocorridos por mulheres de classes populares, que por terem numerosos filhos, se veem na circunstância do aborto, uma maneira de resolução para o não crescimento familiar. E devido a essa atitude, são julgadas como seres desumanos e cruéis.

Outro destaque se dá para mulheres de classes médias ou proletárias que enxergam no trabalho fora do lar o sustento. Era uma ação muito criticada socialmente, pois não considerava o emprego parte da missão social da mulher. Essa atitude, para Silveira (1958), põe em perigo a estrutura familiar, que tem no pai o chefe provedor, e na mãe, a figura da harmonizadora e educadora do lar. "Nossa opinião é que a mulher que sai do seu lar para trabalhar, vai perdendo a feminilidade, o espírito maternal [...]. Além do abandono em que fica os filhos e o próprio marido" (SILVEIRA, 1958, p. 60).

A maioria dos fatores que influenciam na ausência do equilíbrio familiar estão voltados ao não cumprimento dos papeis femininos ou missão das mulheres como mães zelosas pela educação dos seus filhos, o bem-estar do esposo e o cuidado com o lar. Entretanto, essa é a forma mais usada para camuflar as reais causas dos problemas sociais ligados ao ajustamento da família, que estaria no agravamento das desigualdades entre as classes sociais.

Maria Vanilda de Oliveira, discente da classe de 1943, foi autora da monografia Contribuição de uma assistente social, religiosa de Nossa Senhora de Caridade do Bom Pastor, em favor da mulher delinquente, elaborada a partir do estágio na Colônia Penal de Mulheres. Com nota de aprovação nove vírgula zero cinco centésimos (9,05), a arguição do trabalho aconteceu em 27 de março de 1958, data da sua diplomação como assistente social.

Em 18 de maio de 1924, se estabeleceu no Recife, no bairro da Torre, a Congregação de Nossa Senhora de Caridade do Bom Pastor⁷⁸, que teve o interesse de ficar a cargo dos cuidados e da reabilitação de mulheres delinquentes do estado. Em 1943, após um acordo com o interventor Agamenon Magalhães, a instituição começa a se chamar Colônia Penal de Mulheres Delinquentes e a Congregação torna-se responsável pelas prisioneiras a partir da mudança do endereço para um terreno mais amplo e longínquo do centro da cidade, localizado agora no bairro da Iputinga.

Dois anos depois, em 1945, as atividades se iniciaram na Colônia com as mulheres encarceradas que foram transferidas da Casa de Detenção do estado, um presídio para ambos os sexos. A instituição tinha em seu quadro de profissionais, uma assistente social religiosa, que pelo entendimento da documentação se faz entender ser a própria Maria Vanilda de Oliveira, que no início da formação profissional ainda se apresentava como noviça.

O Serviço Social, nesta instituição prisional, realizava estudos sociais dos casos das detentas, com o intuito de ter entendimento das motivações que contribuíram para a ação criminal. Em seguida, o trabalho acontecia por intermédio de entrevistas. A assistente social também estava envolvida com atividades que estimulassem a formação moral e cívica das mulheres presas. O Serviço Social tinha uma tarefa normativa que estava baseada na reaproximação entre a prisioneira e os membros de sua família, pois julgava importante e necessária para a tentativa de readaptação da delinquente à sociedade após ser reajustada (OLIVEIRA, 1958, p. 34). As instituições religiosas e o Estado brasileiro foram fortes aliados

_

⁷⁸ Mais conhecida como Congregação das irmãs do Bom Pastor, é uma congregação religiosa católica fundada em um convento na França, em 1835, por Santa Maria Eufrásia Pelletier. Está dividida por dois grupos, o das comunidades de Irmãs Contemplativas do Bom Pastor e as comunidades de Irmãs Apostólicas do Bom Pastor, vistas como entidades que colaboram com a reeducação de mulheres e crianças pobres e reintegração na sociedade.

nesse período, e tinham como campos de intervenção a instituição familiar e na figura da assistente social a profissional atuante nesses casos. Para Pinheiro, surgiu a necessidade de existência de instituições que realizassem o serviço de controle e de reeducação "aos desajustados, como uma determinante legítima da harmonia social, em benefício para a sociedade. Vem, portanto, o Serviço Social se enquadrar nas funções de governo como uma obrigação da sociedade moderna" (1985, p. 16).

Então, pode-se perceber que o Serviço Social em Pernambuco, na área da justiça, se desenvolveu através de desajustamentos sociais relacionados aos menores (crianças e adolescentes abandonadas, em situação de criminalidade e/ou sob tutela do Juizado) e às mulheres (em divergência com as leis, na sua maioria com a legislação Penal). Nesse âmbito, as experiências de estágios foram direcionadas pela técnica de Serviço Social de Casos⁷⁹, que centra sua preocupação em estudar a personalidade do cliente, ou seja, o trabalho norteado por esse método tem como objetivo conseguir o ajustamento do usuário por meio de novas atividades e comportamento. "O indivíduo era visto como elemento que deveria ser trabalhado, no sentido de ajustá-lo ao meio social e de fazê-lo cumprir bem seu papel na sociedade vigente" (SETUBAL, 1983, p. 116). E deveria colaborar com seu próprio ajustamento.

Junto ao exercício da técnica de Serviço Social de Casos, é constatado também o desempenho da concepção doutrinária e confessional nas práticas das estudantes em formação. As assistentes sociais atuavam numa tentativa de assistência judiciária, "[...] a fim de reajustar indivíduos ou famílias cuja causa de desadaptação social se prenda a uma questão de justiça" (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 202).

4. 2. 2 Serviço Social no âmbito da Assistência Social: os problemas sociais de famílias, mulheres, crianças e jovens pela atuação das assistentes sociais em formação

Os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) que abrangem a área da assistência social foram produzidos por discentes que iniciaram o curso nas turmas de 1940, 1946 e 1947.

indivíduo a explorar suas dificuldades, examina juntamente com o cliente maneiras de resolvê-las, informa sobre os meios materiais, legais, jurídicos, acompanhando o indivíduo a escolher a solução e a praticar os meios para executá-la.

⁷⁹ De acordo com Vieira (1970, p. 52), o Serviço Social de Casos é aplicável apenas a problemas individuais ou

de família. Parte de um processo principalmente particular cujo sujeito é o usuário ou a família. Tem a tendência de classificar os problemas sociais, como problemas econômicos (falta de meios de subsistência, renda insuficiente), problemas morais (promiscuidade, infidelidade conjugal, abandono moral e material das crianças, criminalidade), problemas psicológicos (dificuldades nas relações familiares e na sociedade, inanição mental), problemas jurídicos (conflitos com as leis, união livre). O assistente social na prática desse método ajuda o indivíduo a explorar supe dificuldades, exemplos instamento com o cliente maneiros de resolviê los informe sobre

Da primeira turma da ESS/PE, de 1940, a aluna Ariete Souza de Oliveira desenvolveu um trabalho intitulado *Uma experiência de Serviço Social junto ao Setor da Assistência à família da Legião Brasileira de Assistência (Comissão Estadual de Pernambuco)*, referente à prática adquirida no setor de Assistência à família e na Agência de Serviço Social Familiar da Legião Brasileira de Assistência (LBA), em finais dos anos 1940. Com nota de aprovação nove vírgula cinco décimos (9,5), a arguição do trabalho aconteceu em 23 de dezembro de 1950, data em que a discente recebeu o diploma de assistente social.

A Legião Brasileira de Assistência (LBA), criada em agosto de 1942, se estendeu por todo país. Fazia um trabalho em prol das famílias desajustadas pela ausência de seus chefes convocados pela Segunda Guerra Mundial. No entanto, com o término do conflito, a LBA atualizou seus estatutos, em 1946, passando a ter como objetivo principal o atendimento às famílias, visando à assistência à maternidade e à infância.

A organização da LBA nos estados se concretizava em comissões estaduais, e dentro delas existia o Setor de Assistência à Família, local dirigido pela assistente social em formação, Ariete de Oliveira, que após um acordo com a direção da instituição fundou uma Agência de Serviço Social Familiar na comissão de Pernambuco.

Então, em novembro de 1949, foi iniciado o funcionamento da Agência, institucionalizando a prática do Serviço Social na entidade. Segundo Oliveira (1950), os casos teriam, a partir de então, resultados mais eficientes devido às técnicas de trabalho do Serviço Social.

Nos atendimentos, se deixava claro que o objetivo da assistente social era de encontrar a causa dos desajustamentos e de procurar uma solução para os problemas daquelas pessoas que não fossem capazes de resolver sozinhas seus problemas e com isso, chegar ao reajustamento, que, para a época, significava a adaptação à vida cotidiana, a partir do conhecimento da realidade social em seus problemas, limitações, em seus recursos e possibilidades (OLIVEIRA, 1950, p. 52).

Majoritariamente, as pessoas que recorriam à Agência eram mulheres e mães de família de classe popular que, após o estudo social realizado pelas assistentes sociais, chegavam ao diagnóstico social, identificando as causas dos desajustamentos, seja por adoecimento, afastamento ou a morte do chefe da família. Era um público usuário da classe trabalhadora que tinha os chefes de famílias em situação de desemprego, em conflito com os patrões ou situação de doença.

Havia também casos de famílias provenientes do interior do estado, que trabalhavam na agricultura, que com as dificuldades no campo se viram obrigados a tentar uma melhor condição

de vida na capital, Recife. Como podemos relatar o caso de nº 6, tratado pela assistente social em formação, Ariete de Oliveira:

Caso nº 6

O sr. Célio e D. Júlia são naturais do interior do nosso Estado, onde trabalhava na agricultura. Casaram-se há 15 anos e, com o nascimento dos filhos e a elevação de preços nos gêneros de primeira necessidade, a vida foi se tornando cada vez mais difícil para eles. Das dez crianças que nasceram, apenas cinco sobreviveram, por falta de recursos da sua família. Um dia, porém, o sr. Célio [...] juntou o pouco que possuía e veio para Recife com a mulher e os cincos filhos. [...] Homem forte e trabalhador, simples e bem intencionado, assumiu logo a responsabilidade de seu ato, mostrando-se disposto a fazer o máximo de esforço para conseguir emprego e se estabelecer na cidade com a família. [...] esta família estava instalada embaixo de uma frondosa árvore em um dos nossos arrabaldes, vivendo de caridade dos moradores daquela zona (OLIVEIRA, 1950, p. 76 – 77).

Pela atuação da assistente social estar embasada no método de Serviço Social de casos, se tinha a preocupação de mostrar aos usuários que as causas dos problemas vivenciados estariam em suas próprias atitudes, como é visto claramente no caso acima. O sr. Célio, após iniciar seu tratamento na Agência, se viu responsável pela situação que se encontrava, tendo que agora se reajustar.

Os casos atendidos pela instituição estavam relacionados principalmente com problemas de famílias de trabalhadores e em situação de extrema pobreza, tidas como desajustadas. Nesse aspecto, a atuação das assistentes sociais era feita através de plantões e visitas domiciliares a essas famílias, para obter conteúdo para o estudo do caso social, que após o diagnóstico, teria o tratamento específico.

Maria Dolaíde Augusto Lima, discente da classe de 1947, foi autora do trabalho final *Tentativa de aplicação do método de Serviço Social de grupo num posto de puericultura*, elaborada a partir de sua experiência na Agência de Serviço Social, localizada no Posto de Puericultura Francisco Pignatari, nos anos iniciais de 1950. Com nota de aprovação sete vírgula trinta e oito centésimo (7,38), a arguição da monografia aconteceu em 27 de dezembro de 1958, data da sua diplomação como assistente social.

Em 1949, foi criada a Agência de Serviço Social do Posto de Puericultura Francisco Pignatari pelo Departamento Nacional da Criança (DNCr)⁸⁰, em Casa Amarela, bairro

⁸⁰ O Departamento Nacional da Criança (DNCr) foi um programa direcionado à maternidade, à infância e à adolescência, que fixou bases da organização da proteção materno-infantil em todo o país. Fundado pelo Estado

periférico da cidade do Recife composto, em sua maioria, pela população da classe popular, que, anteriormente, habitavam os mocambos das áreas centrais da capital e foram transferidos pelo governo de Agamenon Magalhães para lugares mais distantes. Uma área constituída por morros e que teve sua ocupação intensificada na década de 1940 (REZENDE, 2002).

Inicialmente, a Agência de Serviço Social do Posto ficou sob a manutenção e direção do Serviço de Proteção à Maternidade e a Infância, do Departamento Estadual da Criança, sendo fechada no ano de 1951. No entanto, após o entendimento da Escola de Serviço Social de Pernambuco (ESS/PE) com a direção geral do serviço, ocorreu a reabertura no mesmo ano.

A Agência tinha como finalidade "prestar assistência social e educativa às gestantes matriculadas no serviço de pré-natal daquele Posto" (LIMA, 1958, p. 1), com a utilização das técnicas de Serviço Social de Casos no tratamento das mulheres grávidas ou com filhos nascidos. Por rotina do serviço no Posto de Puericultura, as mulheres gestantes atendidas na clínica eram encaminhadas para a Agência do Serviço Social e assim passavam pela entrevista com a assistente social de plantão para serem avaliadas como portadoras ou não de desajustamentos sociais e assim se tornavam objeto de intervenção (LIMA, 1958, p. 6). O público usuário do Posto de Puericultura era formado, em sua maioria, por mulheres e crianças das famílias da classe trabalhadora. Famílias essas que moravam no bairro de Casa Amarela ou em áreas próximas.

A monografia abordou os procedimentos da aplicação do Serviço Social de Grupo nesta Agência como auxiliar do Serviço Social de Casos e com o objetivo de desenvolver uma assistência educativa mais ampla junto às gestantes. Na proteção à maternidade e à criança, a contribuição do Serviço Social é de maior interesse e a responsabilidade da assistente é enorme, porque, penetrando nos lares e fazendo trabalhos educativos, toma conhecimento da vida das usuárias e da família, "tornando-se confidente privilegiada e conselheira sempre acatada" por esse público (PINHEIRO, 1985).

Segundo Lima (1958), as mulheres gestantes ou mães de filhos pequenos, que passavam pela análise da Agência, foram convidadas para participar do grupo. As primeiras atividades aconteceram no ano de 1954 e se tratava de um trabalho educativo de maior amplitude através

_

Novo e atrelado ao Ministério da Educação e Saúde, em 1940. O DNCr era composto por médicos, professores, assistentes sociais, autoridades públicas, dentre outros, que desempenhavam funções essenciais às demandas de crianças e mães de classes populares, em sua maioria. Os Postos de Puericultura eram resultados da aparelhagem pública do Departamento Nacional da Criança, que tinham como função a orientação sobre saúde e educação às mulheres gestantes desde o início da gravidez ou mães de crianças até a fase escolar (PEREIRA, 1999; SILVA 2010).

de palestras com temáticas sobre os fundamentos da puericultura, higiene de gestante; aulas de religião, alfabetização e cursos domésticos de corte-costura, dentre outros.

Lima avalia que houve resultados atingidos pela aplicação do método com o grupo de mulheres, principalmente na mudança de condutas de certos indivíduos. Se pôde comprovar que "a vida em grupo estava concorrendo para um clima de harmonia familiar, muito cuidado das mulheres no trato com os maridos, mais zelo pelo arranjo do lar e educação dos filhos" (1958, p. 10). A harmonização nos comportamentos das mulheres usuárias diante dos filhos e maridos, propiciava uma adequação da família aos padrões de convivência considerados adequados pela burguesia, pela classe dominante no período.

Maria Amália Loureiro de Araújo, aluna da turma de 1946, produziu o trabalho de conclusão de curso denominado *Serviço Social de grupo junto a adolescentes de um bairro operário*, fundamentada na sua experiência na Escola do Cotonifício da Torre, entre os anos de 1955 e 1956. Com nota de aprovação sete vírgula onze centésimos (7,11), a arguição do trabalho aconteceu em 1959, ano da sua diplomação como assistente social (ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DE PERNAMBUCO, 1959, p. 19).

Araújo (1959) destaca, no trabalho final, sua atuação na criação de um grupo de adolescentes da Escola do Cotonifício da Torre, denominado de grupo "Juvenil Sesiano da Torre". A maior parte do público usuário estava composta por jovens meninas pertencentes a famílias de operários do Cotonifício da Torre, profissionais associados ao Núcleo Aníbal Cardoso do SESI, instituição em que a autora do TCC trabalhava como assistente social.

Segundo Araújo (1959, p. 03), o Serviço Social da Indústria (SESI), em seu Departamento Regional de Pernambuco, fundou na comunidade da Torre, onde está localizada a escola, o Núcleo Aníbal Cardoso, visando prestar assistência médica, dentária, educacional, jurídica, a par dos serviços de enfermagem e Serviço Social, às famílias operárias.

"Numa comunidade de índice cultural e educacional pouco desenvolvido, as famílias operárias dificilmente podem sozinhas acompanhar o desenvolvimento psicológico dos adolescentes" (ARAUJO, 1959, p. IV), então o grupo formado pelas alunas da escola, sob a orientação da assistente social, atuou como o instrumento de ligação entre as adolescentes e suas famílias, no sentido de realizar uma assistência educacional e formação social na classe operária, visando à harmonização dos "possíveis conflitos peculiares à adolescência" (ARAÚJO, 1959, p. 134). A família dos trabalhadores, como instituição social, era o foco de interesse do Estado e de instituições industriais, por ser vista como uma ferramenta de transformação da população e de controle social, como um meio de reeducação familiar para a redução de conflitos com a classe patronal e como uma ferramenta de preparação dos

trabalhadores para uma vida de trabalho não afetado pelas lutas de classe (SILVA, 2010; MÉLO FILHO, 2007). Assim, garantindo o controle social das massas.

Oliveira utilizou do método de Serviço Social de Grupo, para objetivar o desenvolvimento dos membros através da vida em grupo, que possibilitaria trocas de experiências. O grupo "Juvenil Sesiano da Torre" foi composto por vinte adolescentes do sexo feminino que interagiam por meio de palestras e cursos, como o de corte e costura.

Nesse ínterim, pode-se constatar que o Serviço Social em Pernambuco, na área da assistência social, está inserido principalmente em ações relacionadas com a assistência à maternidade, à infância e juventude, e à família proletária, desenvolvidas, sobretudo, nos âmbitos educacional e de formação social e moral. Essas atuações foram trabalhadas pelo método de Serviço Social de Casos, como também pela aplicação do Serviço Social de Grupo⁸¹, geralmente, formado por grupos femininos (adolescentes e mães), organizados em torno de cursos e palestras de temáticas do âmbito doméstico. Ambas as técnicas com forte perspectiva doutrinária e confessional. Segundo Almeida (1990), a implantação metodológica de grupo recebeu grande influência da pedagogia, pelo ideal formalista, e da psicologia, que propiciava o estudo da interação grupal e sua influência no comportamento individual.

Então, os casos evidenciados e processados pelas assistentes sociais, em seus trabalhos de conclusão de curso (TCC), desvelam as formas típicas, o padrão de atuação do Serviço Social em Pernambuco, nos seus processos e instrumentais (entrevistas, visitas domiciliares, diagnóstico social), a ideologia voltada à individualização, naturalização dos problemas sociais, a psicologização, e o teor confessional e doutrinário, durante a década de 1940 e início dos anos 1950 no estado de Pernambuco, e assim, se fez no Brasil como todo.

Por fim, podemos perceber, a partir da análise das monografias das alunas da Escola de Serviço Social de Pernambuco (ESS/PE), que o Serviço Social atuava na função de ajustamento social das famílias de trabalhadores que não estavam se adequando à nova ordem estabelecida, criando, assim, conflitos. O Estado Novo e a Igreja viram na figura da assistente social uma profissional interventora nas relações sociais e familiares, tendo nas mulheres o foco do trabalho, já que eram vistas como as responsáveis pela harmonização do lar, e da educação dos filhos. Ou seja, o estudo dos trabalhos finais possibilitou a compreensão da prática das assistentes sociais em formação sobre o público usuário, que era formado por mulheres,

_

⁸¹ Segundo Vieira (1970, p. 118), a utilização do processo de Serviço Social de Grupo se baseia em saber conduzir "o que, no grupo, se processa entre os membros, isto é, 'a interação', para que a reunião desses indivíduos se torne uma experiência educativa, corretiva ou reabilitadora. Cada membro tem uma influência sobre a interação do grupo, porque ele é parte daquele todo".

crianças e suas famílias, as quais foram taxadas de desajustadas, para assim passar por um reajustamento em relação à sociedade vigente, que objetivava o controle social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do projeto societário dominante no Brasil, na década de 1940, e sua configuração em Pernambuco, através do governo de Agamenon Magalhaes, iluminou a criação da Escola de Serviço Social em Pernambuco e a intervenção das estudantes da instituição, as primeiras assistentes sociais do estado. O Serviço Social em Pernambuco nasce como produto sócio-histórico da época, uma profissão especializada no "ajustamento social" em prol da nova sociedade em gestação.

O pressuposto de análise indicado por Iamamoto, de que "a história da sociedade é o terreno privilegiado para apreender as particularidades do Serviço Social" (2017, p. 21) mostrou-se fundamental para o entendimento dessa profissão constituída por mulheres que buscam intervir em famílias, direcionando sua atuação principalmente para mulheres mães da classe popular, no intuito da reprodução social, adequando-as aos comportamentos impelidos pela Igreja Católica e pelo Estado, que expressam os interesses da classe dominante.

Diante desse intento, esta dissertação analisou a centralidade da família na formação profissional em Serviço Social em Pernambuco, na década de 1940. Para tanto, foi construído um estudo acerca da conjuntura sócio-histórica pernambucana tendo como principal lócus o Recife, cidade mais importante do norte-nordeste desde a época colonial. Foram contextualizados os aspectos sociais e políticos no período do Estado Novo, que teve na figura de Agamenon Magalhães o interventor estadual, criador de políticas assistenciais no sentido de reduzir conflitos gerados pelo não atendimento das necessidades das classes populares, e assim exercer o controle social sobre as massas, conflitos que se avolumaram no processo de industrialização e modernização do aparato urbano-social e as mudanças tecnológicas ocorridas na área rural, que contribuíram para a expulsão de levas de trabalhadores e suas famílias dessa região, obrigados a buscar melhoria de condição de vida, e o destino mais procurado foi a capital do estado.

As políticas criadas pelo Estado e as instituições assistenciais fomentadas pelo governo interventor de Pernambuco se direcionaram para essa parte da população, como os Centros Educativos, Círculos Operários, Agências Familiares, Postos de Puericultura, Juizado de Menores e variadas organizações, que vieram impulsionar a recuperação educacional, moral e espiritual da classe popular e seu enquadramento na sociedade. Foram os usuários dessas políticas e organizações que, após a fundação do Serviço Social em Pernambuco, compuseram o público-alvo das atuações e práticas das novas assistentes sociais.

O Estado Novo, na figura de seus representantes, tanto em âmbito nacional, com Getúlio Vargas, quanto na esfera estadual, com Agamenon Magalhães, buscou fortalecer alianças com a Igreja, com a Ação Social Católica, e com os setores abastados da burguesia para, assim, edificar uma nova ordem societária. Juntos desenvolveram instituições assistenciais que fizeram parte do projeto reformador que tinham como alvo principal a classe trabalhadora e a sua família. Foi nessa ambiência que houve a implantação do Serviço Social no Brasil, que objetivava, no seu surgimento, a adaptação do público usuário à sociedade da época, no sentido de harmonização dos conflitos, fazendo os trabalhadores e as famílias entrarem em um processo de ajustamento.

O Serviço Social servia aos ideais do Estado e da Igreja, e surgiu a partir das desigualdades geradas na nova ordem do desenvolvimento capitalista, em acordo com os processos dos setores político, social e religioso e configurava suas intervenções a partir da moral, da higiene, da boa conduta e ajustamento. Intervenções essas que viam os problemas sociais decorrentes das contradições do modo de produção capitalista como meros desajustes sociais do indivíduo.

Destacamos o Serviço Social como uma categoria predominantemente feminina em seu corpo profissional e no seu público-alvo. Uma área que ao mesmo tempo capacitava mulheres para um trabalho profissional, as mantendo em funções relacionadas ao cuidado, atribuições historicamente associadas ao sexo feminino. E tinha como usuárias mulheres e crianças de famílias populares, majoritariamente na figura da mãe, que possuía uma missão social de educar a prole e constituir o equilíbrio harmônico na instituição familiar. As assistentes sociais atuavam na função de reajustamento da família com o intuito de reduzir os conflitos e adequar os indivíduos à ordem estabelecida.

Apesar do silenciamento das fontes, é notória a distinção de raça quando se descreve o perfil majoritário das assistentes sociais ou das usuárias do serviço em Pernambuco. Devido a esse questionamento construído ao longo da dissertação, vale dizer que foi despertado um possível caminho a ser trilhado sobre a necessidade de contemplar as determinações étnicoraciais presentes nessa relação. Ou seja, desvendar os condicionantes e as contradições da realidade de serem mulheres brancas como assistentes sociais formadas pela ESS/PE, atuando sobre a vida de mulheres negras e seus filhos e filhas das classes populares, que pela limitação de tempo posto ao estudo não foi possível investigar, mas tornam-se caminhos investigativos viáveis.

Apuramos que a centralidade da intervenção das assistentes sociais se deu na família, vista como a instituição mais importante da sociedade, o sustentáculo de toda a civilização,

tornando-se o ponto central de entendimento dos problemas sociais. Isto é, se entendia que era na família fragilizada que os problemas sociais se teciam e expressavam, germinando os conflitos e desajustamentos. E seria também por ela que aconteceria a regeneração social.

Devemos pontuar que a construção do trabalho apresenta as ações do Estado voltadas ao disciplinamento e o "ajustamento social" de famílias de trabalhadores, percebendo a institucionalização do Serviço Social como uma profissão para operacionalizar diretamente essa intervenção.

Nesse sentido, a Escola de Serviço Social de Pernambuco (ESS/PE) foi edificada como uma instituição de "ajustamento social", que formaria profissionais minimizadores de conflitos sociais e impulsionadores de atendimentos assistenciais, destacando que a sua formação como entidade de ensino não esteve diretamente ligada à Igreja e a composição do grupo fundador dispôs de intelectuais, juristas, médicos e padres católicos, mas também agnósticos, tornandose uma particularidade do Serviço Social no estado, já que o surgimento da formação das primeiras Escolas brasileiras esteve exclusivamente relacionada à Igreja e ao apostolado laico.

Os trabalhos de conclusão de curso produzidos pelas estudantes da ESS/PE atestam que a formação em Serviço Social, na década do seu surgimento, destacava a ideia de que os problemas sociais, identificados nos espaços dos estágios, eram decorrentes de famílias em desajustamento, focalizando nas mulheres e crianças. E o Serviço Social era visto como uma profissão que contribuía para o ajustamento da instituição familiar às necessidades de modernização vivenciada no Recife, que naquele período se evidenciava na industrialização e urbanização do estado.

A partir da análise das monografias, também se compreende o pensamento da sociedade em relação ao papel social dado à mulher para a preservação da instituição familiar. Na esfera privada estava a responsabilidade da ordem moral e social, pois as mulheres foram designadas como educadoras do lar, responsáveis pela criação dos cidadãos da nação. A debilidade na formação doméstica traria um desordenamento dos sujeitos que compõem a família.

Junto a isso, os trabalhos monográficos ainda nos permitem apontar que pelo Serviço Social em Pernambuco ter sido originado na década de 1940, a profissão surgiu em uma fase de transição e/ou adaptação da influência da metodologia tecnicista norte-americana com o caráter dogmático da influência franco-belga, tendo assim a presença das duas influências na formação profissional e na prática das assistentes sociais do estado na sua emergência. Isso nos faz refletir que o modo de ser e de se estabelecer o Serviço Social no Brasil, resulta das conjunturas sócio-históricas regionais e/ou locais, fazendo assumir especificidades em cada região de um mesmo país e em um determinado período. Neste sentido, um dos aportes deste

trabalho está em na sua contribuição para uma escrita da história do Serviço Social brasileiro fora do eixo Sul-Sudeste.

Com isso, devemos pontuar a importância da incorporação do estudo dos trabalhos de conclusão de curso como fontes documentais primárias, porque desvelou o peso do tradicionalismo e conservadorismo, não apenas na formação profissional, como também na atuação das assistentes sociais em instituições da época na cidade do Recife.

Compreendendo as possibilidades e os limites postos à construção da dissertação, foi necessário eleger uma prioridade de análise para os trabalhos monográficos, que ao longo do tempo se mostrou uma fonte metodológica rica para os fundamentos e a história da profissão na área do conhecimento do Serviço Social, sendo relevante para o processo de renovação. As monografias nos dão variados caminhos possíveis de investigação, que extrapolam o tempo estabelecido para a construção de uma dissertação, tonando-se, assim, estudos futuros.

Finalizamos o estudo assinalando que o projeto ético-político atual do Serviço Social se coloca em radical oposição ao projeto de sociedade adotado no surgimento da profissão no Brasil. Nos dias de hoje, a categoria se fundamenta em um projeto profissional vinculado a um projeto societário que pretende construir uma nova ordem social sem exploração de classes, direcionada à equidade e justiça social. Um projeto radicalmente democrático no sentido de socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida.

Em suma, esperamos que a dissertação contribua para a renovação da história da formação profissional do Serviço Social em Pernambuco e seus 80 anos de trajetória no estado, ampliando o debate da categoria no âmbito acadêmico e social.

REFERÊNCIAS

III SEMANA de Acção Social. **Diário da Manhã**, Recife, p. 02, 23 jan. 1939.

AGUIAR. A. G. de. **Serviço Social e Filosofia:** das origens à Araxá. 5° ed. São Paulo: Cortez: Piracicaba, 1995.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **Nordestino:** uma invenção do falo; uma História do gênero masculino (Nordeste – 1920/1940). Maceió: Editora Catavento, 2003.

ALMEIDA, M. A. de. **Memórias** (**1907 – 2000**): Círculo Católico de Pernambuco. Recife: Taruffis, 2000.

ALMEIDA, M. das G. A. A. de. **A construção da verdade autoritária**. São Paulo: Humanitas, 2001.

ALMEIDA. M. da G. A. L. de. O ensino de Serviço Social de Grupo na Escola de Serviço Social de Pernambuco – Décadas de 40 e 50. In: Cadernos de Serviço Social. A Trajetória do Ensino de Serviço Social em Pernambuco. Em comemoração aos 50 anos de ensino de Serviço Social. Edição Especial. **Anais do Seminário**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Mestrado em Serviço Social, 1990.

ANDRADE. M. A. R. A. de. O Metodologismo e o desenvolvimentismo no Serviço Social brasileiro – 1947 a 1961. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 17, n. 1, 2008. Disponível em: < https://ojs.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/13/78>. Acesso em 20 abr. 2018.

ARAÚJO, M. A. L. de. Serviço social de grupo junto a adolescentes de um bairro operário. Recife, 1959. 142 f. Trabalho de Conclusão de Curso — Escola de Serviço Social de Pernambuco, Recife, 1959.

ARRAES, M. A. Embates discursivos: a modernidade no Recife na primeira metade do século XX. **Albuquerque: revista de História**, Campo Grande, MS, v. 3 n. 5 p. 115-134, jan./jun. 2011.

BARROS, S. A década de 20 em Pernambuco. Rio de Janeiro, 1985.

BERNARDES, D. Recife: o caranguejo e o viaduto. 2 ed. Recife: Ed. Universitária, 2013.

BERTELLI, E. Os não ditos e os vividos: trajetórias masculinas numa "profissão feminina". In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 7: Gênero e Preconceitos, Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina, **Anais...** Santa Catarina: 2006.

_____. Narrativas de (e) trajetórias masculinas no Serviço Social: "uma profissão nova para almas grandes". **Cadernos do CEOM**. Ano 19, n. 25, p. 35 – 51, Chapecó: Argos, 2006.

BESSE, S. K. **Modernizando a desigualdade:** reestruturação da ideologia de gênero no Brasil (1914–1940). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999.

- BETETTO, H. FAPSS: Uma História de 70 anos...Histórico da fundação e evolução do Instituto de Serviço Social, hoje Faculdades Paulista de Serviço Social São Paulo e de São Caetano do Sul. **Serv. Soc. Soc.,** São Paulo, n. 103, p. 591-595, jul./set. 2010.
- BRASIL. **Decreto nº 7.164, de 12 de maio de 1941**. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-7164-12-maio-1941-335030-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em 01 ago. 2019.
- BRASIL. Getúlio Vargas: o político e o mito. Câmara dos Deputados: Brasília, 2014.
- CALLIER, C. A migrante de origem rural no Recife. IN: **Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais.** n. 13/14. Recife: IJNPS, 1964/1965.
- CARDOSO. F. G. As novas diretrizes curriculares para a formação profissional do Assistente Social: principais polêmicas e desafios. **Temporalis**. Brasília: ABEPSS, ano 1, n. 2, 2000.
- CARLOS, S. A. A gênese e a estrutura do Serviço Social brasileiro no período doutrinário católico. Tese (Doutorado em Serviço Social) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1993.
- CARMO, M. E. do; SOUZA, E. P. de. **Departamentalização do ensino na Escola de Serviço Social de Pernambuco**: primeiras iniciativas. 58 f. Trabalho de Conclusão de Curso Escola de Serviço Social de Pernambuco, Recife, 1965.
- CARVALHO, J. M. de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CARVALHO, R. de. Modernos agentes da justiça e da caridade: notas sobre a origem do Serviço Social no Brasil. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. Ano 1, n. 2, p. 43 71, (mar. 1980). São Paulo: Cortez editora, 1980.
- CISNE, M. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. 2 ed. São Paulo: Outras expressões, 2015.
- COELHO, M. D. C. **Métodos de pesquisa e Serviço Social.** Rio de Janeiro, 1945. 258 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social) Instituto Social, Rio de Janeiro, 1945.
- COSTA, A. L. P. **Contribuição ao estudo da assistência aos anormais educáveis**. Recife, 1949. 166 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) Escola de Serviço Social de Pernambuco, Recife, 1949.
- COSTA, L. S. **Espaço público?** Práticas cotidianas nos espaços públicos do Recife (1920 1940). Tese (doutorado em Desenvolvimento Humano). Recife: UFPE, 2011.
- CURSO de Serviço Social. Folha da Manhã, Recife, p. 01, 20 set. 1939.
- D'ARAUJO. M. C. **Getúlio Vargas.** 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017. Disponível em:< https://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/7264/getulio_vargas_2ed.pdf?...11>. Acesso em 05 abr. 2019.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 12 jul. 1939.

DI GIOVANNI, G. **Sistemas de proteção social**: uma introdução conceitual. In: Reforma do Estado e Políticas de emprego no Brasil. Campinas: Ed. Unicamp, 1998.

ESCOLA de Serviço Social de Pernambuco. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 03, 15 mai. 1940.

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DE PERNAMBUCO (ESS/PE). **Relatório Anual da Direção**. Recife, 1946.

 . Relatório Anual da Direção . Recife, 1947.
 . Relatório do Movimento de 1948 . Recife, 1948.
 . Relatório Anual da Direção . Recife, 1953.
 . Relatório da Comissão Verificadora . Vol. 1, 2, 3. Recife, 1955.
 . Relatório – 2º Período . Recife, 1958
 . Relatório Anual da Direção . Recife, 1959.

ESPING-ENDERSEN, G. As três economias políticas do Welfare State. **Lua Nova**, n. 24, São Paulo, 1991.

ESTADO DE PERNAMBUCO. **Regulamento da Escola de Serviço Social de Pernambuco**, RECIFE: Imprensa Oficial, 1941.

FARO, S. de. Recrutamento e Formação de quadros. In: **Semana de Ação Social**, 1ª Rio de Janeiro, 16-19, set., 1936.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930:** historiografia e história. 10ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986

FIGUEIRA, Antônio Carlos. **Presidente do IMIP**, Antônio Carlos Figueira, publica artigo do cinquentenário do IMIP no Jornal do Commercio. Recife, 14 jun. 2010. Disponível em:http://www.informazione4.com.br/cms/opencms/imip/pt/imprensa/noticias/0259.html. Acesso em 01 jul. 2019.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002.

FREIRE, Abraão dos Santos; CÂNDIDO, Sandra da Silva. Uma análise da origem do Serviço Social no Brasil. **Revista Eletrônica da Faculdade José Augusto Vieira.** Ano 4. N. 08, 2013. Disponível em: < http://fjav.com.br/revista/Downloads/edicao08/Artigo_348_364.pdf>. Acesso em 10 abr. 2018.

GARCIA, N. J. Estado Novo, ideologia e propaganda política. Rio de Janeiro: Loyola, 1982.

- GOMES, V. D. M. M. A Escola de Serviço Social de Pernambuco (1940 1945): políticas de ação e ações políticas. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Recife: UFPE, 1987.
- GOMINHO, Zélia de Oliveira. **Cidade vermelha:** a experiência democrática no pós-Estado Novo Recife, 1945-1955. Tese (doutorado em História) UFPE: Recife, 2011.
- _____. **Veneza Americana x Mucambopolis**: o Estado Novo na cidade do Recife (décadas de 30 e 40). Dissertação (mestrado em História). Recife: UFPE, 1997.
- GONÇALVES, A. C. **As migrações para o Recife II**: aspectos do crescimento urbano. v. 2. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1961.
- GRIN. E. J. Regime de Bem-estar Social no Brasil: Três Períodos Históricos, Três Diferenças em Relação ao Modelo Europeu Social-democrata. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 18, n. 63, Jul./Dez., 2013.
- IAMAMOTO, M. V. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 128, p. 13-38, jan./abr. 2017.
- _____. Os 70 anos da Faculdade de Serviço Social da UERJ na história do Serviço Social brasileiro. In: VELOSO, Renato dos Santos al. (Org.). **Trajetória da faculdade de serviço social da UERJ**: 70 anos de história. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.
- _____. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social:** ensaios críticos. 7 ed. São Paulo, Cortez, 2004.
- IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 40 ed. São Paulo: Cortez, 2014.
- IANNI, O. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970**). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- INTALOU-SE hontem a III Semana de Acção Social. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 03, 25 jan. 1939.
- JUNQUEIRA, H. I. Quase duas décadas de reconceituação do Serviço Social: uma abordagem crítica. **Serviço Social e Sociedade**. Ano 2, N. 4, p. 1 34, São Paulo, 1980.
- KATO, V. R. C. Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970). R. Adm. Emp., 13(1), jan./mar, Rio de Janeiro, 1973.
- LEÃO XIII. **Carta Encíclica Rerum Novarum**, 1891. Disponível em: < http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html>. Acesso em 20 jul. 2019.
- LEI N. 2.497 DE 24 DE DEZEMBRO DE 1935. **Organiza o Departamento de Assistência Social do Estado.** Disponível em:< https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1935/lei-2497-24.12.1935.html.> Acesso em 10 jun. 2019.

- LIMA, A. A. Serviço Social no Brasil: ideologia de uma década. São Paulo; Cortez, 1982.
- LIMA, M. D. A. **Tentativa de aplicação do método de Serviço Social de Grupo num Posto de Puericultura**. Recife, 1958. 78 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) Escola de Serviço Social de Pernambuco, Recife, 1958.
- LIMA, R. C. de. A cidade autoconstruída. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.
- LIRA, J. T. C de. A construção discursiva da casa popular no Recife (década de 30). **Análise Social**. v. 29, (127), 1994.
- LYRA, M. H. Uma experiência de Serviço Social junto ao Abrigo Provisório Feminino do Juízo Privativo de Menores Abandonados de Delinquentes do Recife. Recife, 1953. 96 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) Escola de Serviço Social de Pernambuco, Recife, 1953.
- _____. O ensino de Serviço Social de casos e aspectos históricos da prática do Serviço Social. In: Cadernos de Serviço Social. A Trajetória do Ensino de Serviço Social em Pernambuco. Em comemoração aos 50 anos de ensino de Serviço Social. Edição Especial. **Anais do Seminário**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Mestrado em Serviço Social, 1990.
- _____. A prática do Serviço Social aspectos de seu processo histórico. **Cadernos de Serviço Social.** n. 3. Mestrado em Serviço Social, Recife: UFPE, 1985.
- MAGALHÃES, A. A Terceira Semana de Ação Social. **Folha da Manhã**, Recife, p. 01, 15 set. 1938.
- _____. Serviços Sociais. **Folha da Manhã**, Recife, p. 03, 20 jan. 1943.
- MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Educando a família, construindo a nação (anos 1920/30). In. MAGALDI, Ana Maria; ALVES, Cláudia; GONDRA, José Gonçalves (Org.). **Educação no Brasil**: história, cultura e política. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.
- MARTINELLI, M. L. Serviço Social: identidade e alienação. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- MARTINS, A. P. V. Disciplina e piedade: o movimento feminino católico brasileiro no começo do século XX. **Revista Brasileira de História das Religiões**. ANPUH, Ano IX, n. 26, p. 185-207 Set./Dez., 2016.
- _____. O método da assistência: o encontro de mulheres profissionais e filantropas na criação e organização do Serviço de Obras Sociais (SOS) na cidade do Rio de Janeiro na década de 1930. **Tempo [online],** vol. 24, n. 2, pp.306-327, Mai/Ago, 2018. Disponível em:http://www.scielo.br/pdf/tem/v24n2/1980-542X-tem-24-02-306.pdf>. Acesso em 10 jun. 2019.
- MEDEIROS, R. P. de. Estado, Igreja e políticas assistenciais em Pernambuco (1935-1945): imaginário das elites e ações políticas. Dissertação (Mestrado em História). Recife: UFPE, 1995.
- MELO. M. L. de. **Metropolização e subdesenvolvimento**: o caso do Recife. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1978.

MELO, M. A. B. C. de. A cidade dos mocambos: Estado, Habitação e luta de classes no Recife (1920/1960). Espaços e Debates. **Revista de estudos regionais e urbanos**. Ano 5, n. 14, 1985.

MÉLO FILHO, L.R. A educação para o trabalhador em Recife no período do Estado Novo (1937/1945): a proposta do Centro Educativo Operário. **Cadernos de História**, Uberlândia, v.15, n.1, 2007.

_____. O Centro Educativo Operário em Recife Durante o Estado Novo (1937/ 1945): educação e religião no controle dos trabalhadores. Dissertação (Mestrado em Educação). Recife: UFPE, 2006.

MENDONÇA, E. G. de M. **Evany Gomes de Matos Mendonça (depoimento, 2002).** Rio de Janeiro, CPDOC/MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL – SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2002.

MIRANDA. H. S. **Meninos, moleques, menores**...Faces da infância no Recife (1927 – 1937). Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional). Recife: UFRPE, 2008.

MIOTO. R. C. Família e Políticas Sociais. In: BOSCHETTI, I.; BEHRING, E.; SANTOS, S.; MIOTO, R. C. (Orgs.). **Tendências Contemporâneas da Política Social no Capitalismo**. 1ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MORAES, M. de L. A. **Escola de Serviço Social**: seus princípios e meios de realizar o seu fim. 1943. 77 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social) — Instituto Social, Rio de Janeiro, 1943.

_____. Os Primórdios, Fundação, os Primeiros Tempos da Escola de Serviço Social de Pernambuco. In: Cadernos de Serviço Social. A Trajetória do Ensino de Serviço Social em Pernambuco. Em comemoração aos 50 anos de ensino de Serviço Social. Edição Especial. **Anais do Seminário**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Mestrado em Serviço Social, 1990.

_____. Maria de Lourdes Almeida Moraes (depoimento, 2002). Rio de Janeiro, CPDOC/MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL – SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2002.

MOURA, H. J. G. **1945**: uma campanha eleitoral. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional). Recife: UFRPE, 2010.

NASCIMENTO, M. K. de O.; NASCIMENTO, M. K. de O. Políticas sociais e família: a inviabilidade das políticas sociais para a família extensa. In: **Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Pública.** Universidade Estadual de Londrina, 2014.

NEDER. G. Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. In: KALOUSTIAN. Sílvio M. **Família brasileira**, a base de tudo. 5 ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 2002.

NETA, M. A. V. **Geografia e Literatura**: decifrando as paisagens dos Mocambos do Recife. (Dissertação de Mestrado em Geografia). Rio de Janeiro: UFRJ/PPGG, 2005.

O SERVIÇO Social, uma das maneiras de ser do novo espírito de cooperação. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 03, 18 mai. 1940.

OLIVEIRA, A. S. de. **Uma experiência de Serviço Social junto ao Setor de Assistência à Família de Legião Brasileira da Assistência** (Comissão Estadual de Pernambuco). Recife, 1950. 100 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) — Escola de Serviço Social de Pernambuco, Recife, 1950.

OLIVEIRA, M. V. de. Contribuição de uma assistente social, religiosa de Nossa Senhora de Caridade do Bom Pastor, em favor da mulher delinquente. Recife, 1958. 77 f. Recife, 1950. 100 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) — Escola de Serviço Social de Pernambuco, Recife, 1958.

ORTIZ, Fátima Grave. **O Serviço Social no Brasil**: os fundamentos de sua imagem social e da autoimagem de seus agentes. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

PADILHA, H. M. B. **História da Escola de Serviço Social de Pernambuco:** uma análise do projeto ideopolítico em articulação com a realidade pernambucana e brasileira dos anos 30 a 70 do século XX. Tese (doutorado em Serviço Social). Recife: UFPE, 2008.

PANDOLFI, D. C. **Pernambuco de Agamenon Magalhães:** consolidação e crise de uma elite política. Recife: Editora Massangana, 1984.

_____. 2 ed. Recife: Editora Massangana, 2015.

PASTORINI, A. A Categoria "Questão Social" em debate. São Paulo: Cortez, 2004.

PEREIRA, A. R. A criança no Estado Novo: uma leitura na longa duração. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 19, nº 38, p. 165-198. 1999.

PEREIRA. J. de A. **As multifaces do patriarcado:** uma análise das relações de gênero nas famílias homoafetivas. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Recife: UFPE, 2010.

PERRUCI. G. **A repúblicas das usinas:** um estudo social e econômico do NE (1889-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. A cidade do Recife (1889 – 1930): o crescimento urbano, o comércio e a indústria. Anais do VII Simpósio Nacional dos professores Universitários de História – ANPUH: Belo Horizonte, 1974.

PONTES, M. de. Centros Educativos Operários. Recife, 1940.

PORTO, W. C. **Constituições brasileiras**: 1937. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.

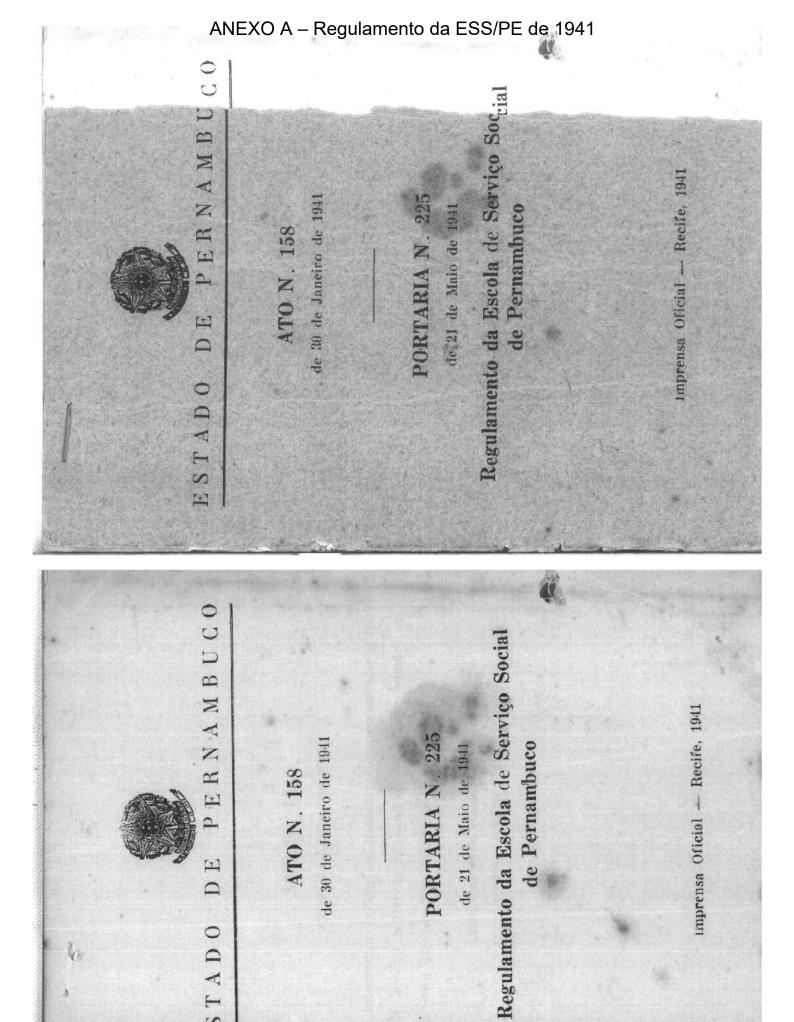
SERVIÇO Social e escolas de Serviço Social. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 03, 31 março 1939.

REZENDE, A. P. **O Recife:** histórias de uma cidade. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2002.

- ROCHA, M. A. G. A. da. A ideologia de Agamenon Magalhães: progresso sim! Mas com ordem! Dissertação (mestrado em Serviço Social). Recife: UFPE, 1989.
- ROY, M. T. Entrevista com D. Odila Cintra Ferreira. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. Ano IV, n. 12, p. 109 139, ago., São Paulo: Cortez editora, 1983.
- SANT'ANA, Rizio Bruno. Critérios para a definição de obras raras. **Rev. Online Bibl. Prof. Joel Martins**, Campinas, v. 2, n. 3, p.1 18, jun., 2001. Disponível em: http://www.bibliotecapublica.mg.gov.br/files/Criterios_para_definiao_de_obras_raras.pdf>. Acesso em 03 out. 2016.
- SANTOS, M. Estado, política e controle do capital. 1 ed. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.
- SANTOS, J. S. "Questão Social": particularidades no Brasil. Biblioteca Básica/ Serviço Social. v.6. São Paulo: Cortez Editora, 2012.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Recife: SOS Corpo, 1991.
- SETUBAL, A. A. Alguns aspectos da história do Serviço Social no Brasil. In: **Revista Serviço Social e Sociedade.** Ano IV, n. 12, p. 109 139, ago., São Paulo: Cortez editora, 1983.
- SILVEIRA, L. A. A influência da desintegração da família no desajustamento de menores. Recife, 1958. 71 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) Escola de Serviço Social de Pernambuco, Recife, 1958.
- SINGER, P. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana:** análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. 2 ed. Editora Nacional: São Paulo, 1977.
- SILVA, L. G. da. "Sob o símbolo da cruz": questão social, família e educação nas relações entre Estado e Igreja no Brasil (1930-1945). Dissertação (Mestrado em Educação). Rio de Janeiro: UERJ, 2010.
- SILVA, I. F. **Questão Social e Serviço Social no Brasil**: Fundamentos sócio-históricos. 2ªed. Capinas, SP: Papel Social; Cuiabá, MT: EdUFMT, 2014.
- SOUZA, V. B. de.; VELOSO, R. **Gênero e Serviço Social:** desafios de uma abordagem crítica. São Paulo: Saraiva, 2015.
- TORRES, I. C. **As primeiras-damas e a assistência social:** relações de gênero e poder. São Paulo: Cortez, 2002.
- VIEIRA, B. O. **História do Serviço Social**: contribuição para a construção de sua teoria. 3 ed. Rio de Janeiro: Agir, 1980.
- _____. Serviço Social: processos e técnicas. 2 ed. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1970.
- VIEIRA, A. C. de S. **Ensino de Serviço Social no Nordeste:** entre a igreja e o estado. Tese (doutorado em Serviço Social). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1992.

_____. Serviço Social em Pernambuco: particularidades da formação e inserção profissional dos anos 1940 aos 1980. **Serviço Social e Sociedade**, v. 95, 2008.

YASBEK, M. C. Estudo da evolução histórica da Escola de Serviço Social de São Paulo no período de 1936 a 1945. 111 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1977.



ESTADO

PORTARIA N. 225

de 21 de Maio de 1941

de 30 de Janeiro do Interior, de acordo com o disposto no ato n. 158. de 30 de Janeiro do ano corrente, do sr. Interventor Federal, e atendendo ás sugestões apresentadas pelo Diretor da Escola do Serviço Social de Pernambuco, resolve baixar o seguinte:

REGULAMENTO DA ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DE PERNAMBUCO

TILDE I

Da organização da escola

CAPITULO I

Objetivo e orientação do ensino

ARTIGO 1.º — A Escola de Serviço Social visa a preparação de técnicos capazes de orientar e executar as tarefas decorrentes da Assistência Social, desempenhando as funções de auxiliares socials, visitadoras sociais, agentes sociais, administradores de agências sociais, secretários de obras sociais, monitoras de orientação profissional, inspetoras de fabricas, assistentes sociais — denominações que são dadas geralmente ás duas atividades.

ART. 2.º — A Escola de Serviço Social, constitue-se de cursos cuja duração será de 3 anos, sendo os 2 primeiros para estudos teóricos e trabalhos praticos, c o ultimo para estagio em Instituições de Assistência Social, sejam oficials ou particulares.

CAPITULO II

ART. 3.º — As diversas disciplinas de que constará o programa da Escola obedecerão á seguinte seriação:

1, a Série — Principios de Sociologia — Economía Política — Principios de Psicología — Direito Constitucional e Adminis-

ATO N. 158

de 30 de Janeiro de 1941

O Interventor Federal no Estado resolve reconhecer a Escola de Serviço Social de Pernambuco, a qual obedecerá ao Regulamento baixado pela Secretaria do Interior.

(aa) Agamenon Magalhães Arnóbio Tenório Vanderlei.

ART. 8.º - O exame de admissão realizar-se-a no local onde funciona a Escola. § UNICO — A Banca Examinadora será constituida por três professores do Corpo Docente da Escola.

ART. 9.0 - O exame de admissão constará de:

a) Provas escritas de Português, Francês e Inglês;

Provas orais de Física, Química, Historia do Brasil, Geografia Historia Natural, Moral e Civica. (q

ART. 10.º — A' prova de qualquer disciplina, cada examinador atribuira uma nota que sera graduada de 0 a 100, indicando nota má os simbolos até 25, sofrivel desse número a 55; boa de 55 até 95 e otima 100 1.º — A nota para cada matéria será a média das notas dos examinadores. § 2.º — A média das notas de todas as matérias dará nota final do exame de admissão, na qual serão desprezadas as frações iguais a 1/2 e consideradas como unidades as frações superiores a 1/2.

§ 3.º - Será considerado aprovado o aluno que obtiver média igual ou superior a 50 no conjunto das disciplinas.

§ 4.º — Do resultado dos exames se fará lavrar em livro proprio uma ata, que será assinada pela Comissão Examinadora e pelo Inspetor do Ensino.

§ 5.º — Terminados os exames, serão os candidatos classificados e segundo os pontos obtidos, só se efetuando a matricula na 1.ª Série dentro do número de vagas existentes, de acôrdo com a ordem de c.assificação.

ou forem por elas titulados, pela Escola Normal Oficial, ou Colegio § 6.º - Os candidaços que frequentem escola de ensino superior a ela equiparado, ficam isentos do exame de admissão.

CAPITULO III

Da Matricula nos diferentes Cursos

ART. 11.0 - A matricula nas diferentes séries do curso efetuarse-a de 1 a 15 de Março.

§ 1.º — O requerimento de matrícula virá acompanhado pelos seguintes documentos.

- trícula na 1.ª série, prova de se achar incluido nas categorias a que se refere o § 6.º, Art. 10.º, dêste Regulamento ou certificado de habilitação na série anterior, para maa) certificado de hebuitação no exame de admissão para matrícula nas demais séries;
 - recibo de pagamento da taxa de matrícula; atestado de idoneidade moral. (c)

9

Sociologia Regional — Legislação Social — Direito Penal e Civil — Puericultura, Nutrição e Dietética Pratica .trativo — Higiene e Medicina Social — Estatística — Re-ligião — Patologia Social e Princípios de Serviço Social 2. a Série

Psicologia Social e Psiquiatria — Organização e Metodologia do Servico Social, Moral Profissional e Pedagogia

Social.

estagio de seis meses de forma independente num Ser-viço de Assistència Social, afim de dar a conhecer suas aptidões, seu espirito de responsabilidade e o sentido verdadeiramente social que preside o seu trabalho. Apresentarão também os alunos um trabalho sóbre um tema No curso do 3.º ano de estudos, os alunos farão um que tenha sido objeto de estudos e investigação pessoal. a Série

TITULO II

Do regime Pedagógico CAPITULO I Do ano letivo

ART. 4.º — O ano letivo começará em 15 de Março e terminará em 30 de Outubro. não podendo haver modificações nessas datas senão por motivo de força maior.

ART. 5.º — Além dos meses de Novembro, Dezembro, Janeiro e Fevereiro, serão também consideradas de ferias escolares a segunda quinzena do mês de Junho e a Semana Santa.

CAPITULO II

Da Admissão ao Curso

Serviço Social prestará exame de admissão na segunda quinzena de Fevereiro.

§ 1.º - A inscrição a êsse exame será feita de 1 a 15 do referido mês mediante requerimento firmado pelo candidato ou seu representante legal.

§ 2.0 — Constarão do requerimento: a) idade; b) fillação; c) naturalidade; d) residência do candidato.

§ 3.º — O requerimento virá acompanhado de: a) certidão de idade; b) atestado de vacina anti-variolica recente; c) recibo de pugamento da taxa de inscrição. ART. 7.º - O candidato ao exame de admissão provará cer a idade minima de 18 anos e apresentará certificado de conclusão do curso ginasial,

aprovação ou reprovação, só podendo ser promovido ao ano seguinte o aluno que obtiver nota final igual ou superior a 50.

que tiver o trabalho a que se refere o Art. 3.º dêste Regulamento § UNICO - Será considerado aprovado na última série o aluno aprovado pela Congregação,

ART. 20.º — Afim de despertar o inferêsse dos alunos pela leitura e servir de complemento as atividades escolares, terá a Escola uma biblioteca especializada.

22.º - Poderão ser abonadas as faltas dos alunos nos ART. 21." — Será obrigatória a frequência ás aulas.

casos seguintes:

a)-quando causadas por anojamento devido á morte dos pais. avós, irmãos ou pessoas da família que viva sob o mesmo

tecto, até 7 dias:

-por motivo de força maior, até 8 días a critério do Diretor; -quando determinadas por moléstia na propria pessoa comprovada por atestado médico, até 15 días. (c)

CAPITULO I VI OUTTIT

Do Corpo Docente da Escola

ART. 23. .. - O Corpo Docente da Escola, em sua fase provisória é constituido de professores contratados que serão escolhidos pelo Diretor, com a previa aprovação do Secretário do Interior.

ART. 24.º — São atributções do professor:

- se o comparecimento se verificar (15) quinze minutos depois comparecer a hora fixada para as aulas, exames e congregação, e, esgotar o tempo de trabalho letivo, marcando-se falta
- organizar ou rever anualmente o programa de sua cadeira o observar fielmente o programa respectivo, esgotando a ma-(q

organizar com antecedência de (15) quinze dias, os programas de exame e provas parciais, que deverão ser apresentados ao Diretor da Escola para a necessária aprovação;

(0)

registar nas cadernetas de frequência, á tinta, as faltas dos alunos e as notas obtidas pelos mesmos, fornecendo á Secretaria, até o terceiro dia util de cada mês, as médias das no-9

corrigir e julgar as provas parciais e as dos exames, escritas ou orais, no prazo de (15) quinze dias, contados da data do tas do mês anterior; (e)

manter a ordem e disciplina na classe; recebimento para o primeiro caso; T

- documentos a que se refere o § 8.º do art. 6.º, letras a) e b); q)
 - diploma ou atestado passado pela Secretaria da Escola de Ensino Superior, quando incurso no § 6.º do art. 10. (e)
- para comprovar se não sofrem moléstias infecto-contagiosas se não têm defeitos físicos que os impossibilitem do exercício das funções de Assistente Social e se, para isso, têm a necessária resistência física § 2.0 — Os candidatos serão submetidos a um exame médico e custonte equilibrio mielectual.

TITUTO III

Considerações Gerais

ART. 12.º - O horário escolar, será organizado antes da abertura dos cursos. § UNICO — A duração de cada aula será de 50 minutos intervalos obrigatórios de 10 minutos entre uma aula e outra.

13.º — Será obrigatória a frequência ás aulas não dendo prestar exames no fim do ano o aluno cuja frequência atingir a 34 do total de aulas da respectiva série. ART.

mingos, dias santos de guarda e nos dias de festa nacional e esta-ART. 14.º - Os trabalhos da Escola serão suspensos nos dodual ART. 15. . - H.vera durante o ano letivo arguições. trabalhos praticus e ainda provas escritas e parciais em numero de duas, realizadas nos meses de Julho e Outubro, todas com atribuição de nota que será graduada de acôrdo com o art. 10.º.

ART. 16.º - As notas serão lançadas a tinta, pelo professur nas cadernetas ou boletins.

. ART. 17.º - Mensalmente, a partir de Abril, deverá ser atribuida a cada aluno e em cada disciplina, pelo professor, ao menos uma nota relativa á arguição oral ou trabalhos praticos.

§ 1.º — A média, em cada disciplina, dessas notas constituirá a nota anual dos trabalhos da classe.

§ 2.0 — A nota final dos trabalhos de classe somadas á media das notas das provas parciais, constituira o indice de aproveitamento anual dos alunos.

§ 3.0 - Não poderá se submeter a exame final o aluno que tiver o indice de aproveitamento anual inferior a 50. ART, 18.0 - Encerrado o ano letivo serão os alunos que preencherem as condições do Art. 17.º, § 3.º, submetidos a exame final constante de provas orais de todas as disciplinas. ART. 19.º - A nota atribuida como indice de aproveitamento anual do aluno (Art. 17.º, § 2.º) somada á média das notas atribuidas no exame oral e divididas por dois darão a nota final de

Os alunos da Escola são passiveis das seguintes ART. 29.º penalidades:

suspensão até por quinze (15) dias;

suspensão até por um (1) mês; (q

suspensão por um (1) ano letivo.

TITULO V

CAPITULO I

Da Administração

ART. 30.º — O Diretor será nomeado pelo Govérno dentre os professores da Escola.

ART. 31.0 - Nos seus impedimentos o Diretor será substituido pelo professor mais antigo.

ART. 32.º - O Diretor terá a representação da Escola e nos termos dêste Regulamento determinará tudo quanto a ela se refira.

ART, 33.º - Compete ao Diretor;

observar e fazer cumprir as disposições regulamentares e determinações dos superiores hierarquicos; 8)

servir de intermediário entre a Congregação e o Govêrno em todos os assuntos que interessem á Escola; (q

gramas, horários e as determinações das autoridades fiscalizar todo o trabalho letivo, fazendo cumprir os

manter a disciplina geral aplicando as penas constantes dêste Regulamento;

rubricar todos os livros de escrituração, depois de abertos e despachar o requerimento de inscrição aos exames, de trícula e os demais de sua alcada;

numerados pelo Secretario;

comunicar a autoridades superiores as deliberações da Conassinar toda a correspondência e expediente da Diretoria; gregação; P B

apresentar ao Secretário do Interior, anualmente, findos trabalhos letivos, relatório documentado sôbre a vida Escola.

resolver, com aprovação da Congregação, todos os casos nomear o Secretário Tesoureiro e demais funcionários; previstos por este Regulamento. K)

ART. 34." -- Compete ao Secretário Tesoureiro:

redigir, expedir e receber toda correspondência oficial, conforme as instruções do Diretor; a)

dar, no máximo, três horas de aulas semanais; (g)

colaborar com o Diretor, quando solicitado no que disser respeito à Administração.

ART. 25.0 — Os Professores da Escola, são passivels das seguintes penalidades;

§ 1.0 - Advertência por parte do Diretor quando:

não apresentarem oportunamente seus programas, 3)

faltarem as aulas sem justificação por espaço de (8) oito dias consecutivos, ou se tornarem habitualmente impontuais no comparecimento. 69

- Suspensão de 5 a 30 dias ou perda de cadeira quando:

prevalecerem-se do cargo para propaganda política partidária. de propaganda anti-nacional, ou contra a ordem pública e os bons costumes; 8)

forem condenados por crime contra a ordem política e social; abandonarem suas funções sem motivos legais por mais de 30 dias. Q O

CAPITULO II

Da Congregação

ART. 26.º — A congregação é constituida por todos os professores em exercicio.

§ 1.º — As sessões da Congregação serão presididas pelo Diretor da Escola, ou, na sua falta, pelo professor mais antigo.

§ 2.º — A Congregação se reunirá ordinariamente por convocação assinado peta do Diretor e extraordinariamente por requerimento maioria dos membros.

ART. 27.º - Compete a Congregação:

resolver, em gráu de recursos, todos os casos que lhe forem afétos relativos ao ensino;

dar parecer sobre trabalhos didáticos a ela apresentados;

assistir a pósse dos professores nomeados; eleger o Diretor. g () ()

CAPITULO III

Dos alunos

ART. 28.º - São deveres dos alunos:

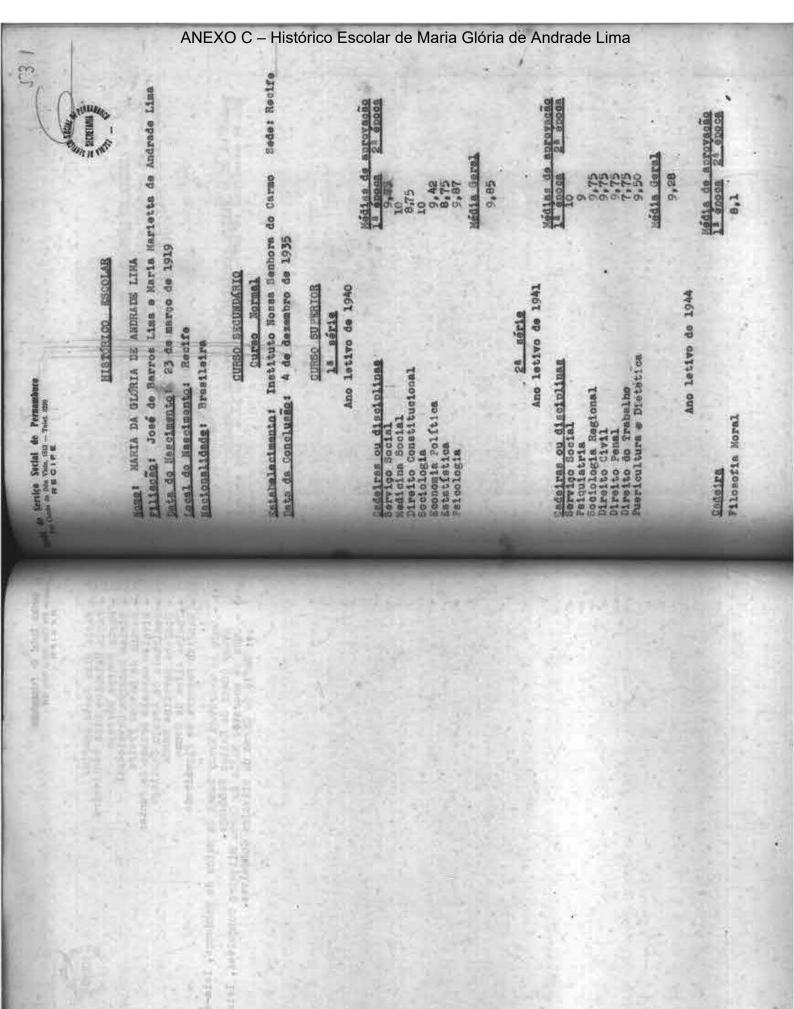
a) comparecer pontualmente às aulas, provas e excursões lares, determinadas pelo Diretor ou pelos professores;

aceitar e cumprir todas as determinações que, no interesse da disciplina ou da bôa ordem da atividade escolar, sejam feitas pela Administração, (q

(a) Arnóbio Tenório Vauderlei Secretário do Interior. Composto e impresso nas oficinas graficas da Imprensa Oficial Recife — 1941

ESCOLA DE SERVICO SOCIAL DE PERMAMBUCO RELACIO DOS ALUNOS MATRICULADOS NA

Os alunos desistiram do curso antes do término do ano leta



132 aluna recebeu o dioloma de ASSISTANTE SOCIAL a 20 de dezem mo de 1946, data da arguição do Trabalho de Conclusão de Cur finio do Trabalho: "Uma experiência de Serviço Social Junto settinices: Circulos Operários do Recife (Mucleo do Prado) RETAGIO FINAL E TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CUNSO note de aprovação: Dez (10) prints Social de Pernamines in die viele, daz – Telea 2000 en en en en en D/796967300

OCETA DO DOUMENTO ENVIADO

CURSO SECUNDÁRIO

Gurso Normal

shelecimento - Instituto Nossa Sebbora do Carmo. Sede - Recife.

ano letivo de 1931	Prancés Natematica Reografia Desenho a Modelagem Nisioa.	ano letivo de 1932 Português Francês Inglês Matematica Geografia História da Giv. Brasil Fisica e Química.	Desembs e Modelagem
18 silo -		20	51 ano

Português Francês Inglês Matemática Higher Higher Baturais Olências Baturais Olências Baturais Pertugês Inglês Misica Partugês Inglês Misica Partugês Inglês Partugês Inglês Partugês Inglês Partugês Inglês Partugês Inglês Partugês Partugês Inglês Partugês Inglês Partugês Inglês Partugês Partugês Antropologia Partugês Antropologia Partugês Instingão Misica Misica Datingão Misica Misica Datingão	nemte 9 acres	stinção stinção
Português Inglês Inglês Matemática Highene Highene Highene Highene Highene Highene Highene Musica An letivo de 1934 Pertugês Inglês Antropòpogia Antropòpogia Antropòpogia Misiene Gosmografia Misiene	nente nção nção nção nção	stinção stinção
Português Francês Inglês Matemática Highene Highene Highene Highene Highene Highene Highene Musica Antugês Inglês Matemática Matemát	9,50 9,75 9,75 9,93 Plenar Plenar Plenar Distir	SAA
	Fortuguês Inglês Matemática Higiene Higiene Higiene Higiene Higiene Histora Maturais Desembo e Modelagem ano letivo de 1934 Pertugês Inglês Matemática Psicologia Sociologia Antropologia Higiene	Cosmografia

		Distincac	DI STINGEO	DI STINGRO	Distinged
Prebalho Manuals	5º ano - ano letivo de 1935	Psicologia Distincac	Pedagogia	Didatica	Prabalho
	59 ano				

Sea Comfo do Bido Vales, 1929 — Total, 2220
R.E. C. J. P. E.

AGENCIA DE BERVICO SOCIAL PANILIAR ANEXA À

ABCOLA DE SURVICO SOCIAL DE PERNAMBUCO

STIDADE

Com a finalidade de possibiliter aos siunos da 1º Série um melbor treinamento no processo de Serviço Social de Gasos, foi criada, anexa à Escola de Serviço Social de Pernumbuco, em setembro de 1949, a Agência de Perviço Social Familiar.

Secundàriamente, a Agencia tem também a finalidade de atem der famílias desajustadas residentes na Paroquia do Bom Jesus do Arrafal.

OAL

Una assistente social eupervisora gerel que ó a professora da cadeira de Serviço Social de Casos; Una assistente social supervisora dos alunos; Una sluna concluinte que exerce as funções de plantenista; Alunos da la Série, como estagiários. Observação - Até derembro de 1954, pessaram pela Agência de Serviço Social Familiar, como estagiários, 85 alunos.

COMPLETE DE ADMISSÃO

Pars que uma família seja matriculada na Agencia, faz-se

- resida na Farvquia do Bom Jesus do Arraial - esteja enquadrada na finalidade da Agenoia.

CONDICORS DE DESLIGAMENTO

Uma família é desligada da Agénoia quando: - fica reajustada

- não colabora no tratamento

- não existe, por parte da Agência ou na Comunidade, recur sos para a solução do casos,

CAPACIDADE

A Agencia atende de acordo com o número de estagierios, de vende cada um responsabilizar-se por 5 casos

MOVINGETO FINANCEIRO

A recelta da Agencia, desde a sua fundação, foi de Ca....

174.811,00 e s despess fol de 0\$ 161,102,00.

Observação - Como fonte de receits, a Agência conts, para 955:

- Subvenção anual do Governe do Estado nº 5.000,00
 - Subvenção mensal da L.B.A. 08 5,000,00
 - Subvenção anual do D.N.Cr. n\$ 50.000,00
 - Contribuição de socios.

HOVINERIO

Desde a sua fundação até o termino de 1954, é o seguinte o resumo das atividades da Agencia:

307		9158	248		29			428	83	H	88 45	165	284		visitas 358	telefonemas 104	6	Cartas 7		cartas 5	946	
terrorres en esperante	Entwevietas de casos novos	Entrevistas de casos em estudo2516	Comunicações	Visites domiwillares an families	Visitas a colaterals	Gasantos	Registros Civis	Auxilios para alimentação	habitação	condução	pagamente de dividas	medicamentos	diversos	lomuniescoes com outres Obras: offeles	viritas	telefon	correspondencia expedidat telegramas	cartss	orrespondencia recebida: telegramas	cartas	mesminEamente so Dervice Medico 246	

A Agência de Serviço Sozial Familiar tem contribuido para um melhor treinamento dos alunos em Serviço Social de Caes e tem também prastado - como se depreende do movimento acima grandes benefícios a numerosa famílias, suas clientes.

REALIZACÕES

0.1 to 100 ---

A fim de melhor atender às finalidades de uma Agència desta natureza, a diretoria da Escola pretende transferir a Agênola de Serviço Boolal pera a Paróquia do Bom Jesus do Arrelal a cujos paroquianos vem servindo. standential bit, talked saids

gerife Secial de Pernanduco conse a Bo vina, 1622 — Traist, 2000 R. E. C. 1. F. E.

SE SE

Ano letivo de 1944 SA serio

psigniatria phidemiologia phideofia Moral phistologia e Patologia puericultura bufermagem ndeiras ou disciplinas egislação de Menores

the artist of the state of the property of the state of t

DECK AS SCHOOL SE'S "THERESEES SE

of the first of desired

DESCRIPTION OF THE PROPERTY OF

Media Geral

Observação: A aluna não poderá se matricular na 3º série por es-tar dependendo de varias cadeiras e disciplinas que integram o surriculo da 1º e da 2º série.

Ano letivo de 1946. 28 serie

Services Social
Moral Frofissional
Economia Política
Direito Gonatitucional
Direito Givil
Direito Pensi
Legislação do Menores
Epidemiologia
Meligião ladelras ou disciplinas Palquiatris Filosofia Moral Hibliote conomia

AUTHORNIA OF THE

B SE SERVICE OF THE R. S.

of ten | tales

at ending

Carry Agents

1,3
4,8
Frequentou em 1943
Frequentou em 1943
Frequentou em 1944
Frequentou em 1944
Frequentou em 1944
Frequentou em 1943 Prequentou em 1944 Frequentou em 1944 edias de aprovação

Medis Geral

Medias de aprovação

Ano letivo de 1947

sadelras ou disciplinas

Tuericultura Legislação de Menroes

Perte Pration

Hota de sprovação

Estagle no Conjunto Residencial do I.A.P.C.

AND SECTION

Carried making

20,000

Carbanary in trans

ager at derpay, our

Ano letivo de 1948 38 serie

organização Social da Comunidade utrição tatologia e Patologia oremagem minação Familiar delines on disciplinas

ability of Tate Taich

Prequentou em 1943 7,5 0,5 0,5 Media Geral 8,5

Ano letivo de 1951

Nota de aprovação

Parts Pration

The state of the s

85.3

DAGE AS APPLIES

strata na Sociedade Pernanbucana de Combate

SETAGLO FINAL E TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

netituição: Juizado de Menores (Abrigo Feminino)

Fitulo do Trabalho: "Uma experiência de Serviço Social junto ao A-Brigo Frevièncio Peninino do Juizo Privativo de Menores Abandonados e Delinquentes do Re-olfe".

iota de aprovação: 9,2 (nove e dois decimos)

9 sluna recebeu o diploma de ASSISTENTE SOCIAL a 27 de março 1954, data da arguição do Trabalho de Conclusão de Curso.

Out stort ourning like

The parties of the

With his outstand only

STATE OF THE PERSON NAMED IN

Cardo La Lobert

The section of

Serife Sotial de Persambaço es pas vinas dife - Telet 2000 es es es es es es

Medias de aprovação

277

Excit de Serigo Social de Penambuco Av. Conde da Boa Vista, 1512 — Telef. 3220

Nota global 70 Jufmica

ano letivo de 1937

Português

Latim
Franças

Franças

Matematica

Historia Matural

Geografia Geral

Historia de Civilisação

Desenho

Outmica 1938 Nota Global 60

ano letivo de 1958

Portugues
Latim
Hatematica
Historia Matural
75
Fisica
Geografia Geral
Historia da Civilização
65
Deşenho Nota Global

2º C1clo

Curso de Formação de Professores Primaries Estabelecimento: Escola Normal de Pernambuco

Data de conclusão: 1940

la ser'e - ano letivo de 1939

Trabalhos Manuais , et d'Autropologia Pedagogica 87 Desembo Psicologia Miglène 89 Micchel Miglène 81 Metodologia da Educagao 90 Sociologia da Educagao 90

ano letivo de 1940 2ª serie Diditica da Educação Fistea... 70
Frabalhos Marmais ... 70
Pedagogia ... 70
Desemb e Aries Industriais ... 75
Psicologia ... 60
Metodologia ... 60

Estela de Serigo Social de Perrambuco Av. Conde da Boa Vista, 1512 — Telet, 3220 ... R.E CTFE

HISTORICO ESCOLAR

Nome: Lyett Alves Silveira

Elliacac: Francisco Floro de Barros Araujo e Olívia Alves de Araujo

Estado civil: Casada

Data do nascimento: 31 de janeiro de 1922

Local do nascimento: Recife Nacionalidade - Brasileira CURSO SECUNDÁRIO

19 Ciclo

Estabelecimento: Ginasio da Escola Normal de Pernambuco

Sede: Recife

Data de conclusão: 1939

IR serie - ano letivo de 1934

Português 60
Frances 65
Matematica 65
Ciencias 67
Geografia Geral 146
Historia da Civilização 147
Desenho 187

ano letivo de 1935 Za serie -

Português
Ingles
Ingles
Official Contractor
Geografia Geral
Historia da Civilização
Desenho

Note Global 65

ano letivo de 1936 3ª serie - Português
Frances
Ingles
Rategatica
Ristoria Natural
Geografia Geral
Historia da Civilização

F1.2

Av. Conde da Boa Vista, 1512 — Telet, 2220

Av. Conde da Boa Vista, 1512 — Telet, 2220

Lyett Alves Silveira

78 Serie

Ano letivo de 1948

Cadeiras ou disciplinas Organização Socialda Comunidade Mutrição

ESTÁCIO FINAL E TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Título do Trabalho: " A influência de desintegração da família no desajustamento de menores" Nota de aprovação : 6,33 (SEIS E TRINTA E TRES CENTÉSINOS) Instituição : Juizo Privativo de Menores

. Lata da expedição do diploma: 29 de dezembro de 1958

ASS. Inalda Cunha

VISTO

Ass. Maria de Lourdes Almeida de Moraes diretora.

Ass. Florencio Rodrigues da Cunha - Inspetor Federa

Av. Conde da Eou Vista, 1512 — Telel. 3220

Lyett Alves Silveira

CURSO SUPERIOR

Curso de Serviço Social

Concurso de Habilitação : Na época em que a aluna se matriculo não en actigido o Concurso de Habilitação para as alunas portadoras de élploma de Professors; Primaria:

1ª Serie

Ano letivo de 1946

Gadelras ou disciplinas
Serviço Social
Filosofia Moral
Psicologia
Sociologia
Lifeito Constitucional
Educação Familiar
Religiao
Religiao
Religiao
Bericultura
Puericultura
Filosofia Estatistica
Biblioteconomia

Za Serie

Media Geral: 7,86

Ano letivo de 1947

Parte téérica Sevidos Social Sociologia Noral Profissional Reomonia Politica Direito fivil Direito Paral Legislação de Menores Nedicina Social Psiquiatria Epidemiologia Cadeiras ou disciplinas

Parte pratica

Estagio no Serviço Social do Hospital do Cente-nario Estagio no Abrigo S. José - Juizado de Menores 7,50 Media Geral: 8,75

Médias de aprovação la época

Médias de aprovação Média Geral : 7,85

F1.3

- 34	4
3	8
르	65
등	lef.
Pernambuca	1512 — Telef.
-	1
de	21
	151 E
Sicial	. B
S	CE
	- 83
Serviço	Boa Vista, 151 R E C I F E
-	THE PRICE
S	da,
9	de
	10
Escola	Av. Conde

Maria Vanilda de Oliveira	1938 7,6 7,6 7,6 7,1 7,6 7,1 8,1 8,1 8,1 8,1 8,1 8,1 8,1 8,1 8,1 8
Maria	iivo de 197 des. 15 de 0141 La Geral. fla Geral.
de Pernambuco 1512 — Telet, 322) E	48 série - ano let Letin; Francie Francie Harten Harter Harter Francie Recgra Prater P

ano letivo de 1939 Fortuguês. Tatha Matemática História da Givillaação. História Garal. Geografia Geral. Física. Písica. Possento.	1939		ivilisacão	ral	Fisica	8,8
	5g série - ano letivo de 1939	Fortuguês	Matematica	Historia Natu	Fisica	Quimica

29 Ciclo

Curso Pedagógico

Sede: Recife-Pernambuco Estabelecimento: Escola Normal de Pernambuco

Data de conclusão: 1941

la série - ano letivo de 1940

2ª série - ano letivo de 1941

9.6	. 20	. 29.	1.00	. 8	1 8,9
Psicologia9,0	Pedagogia9,2	etodologia	esenho e Artes Industrials.	rabalhos Manuais,	Nota Global 8,9

Escola de Serviço Social de Pernambuco Av. Conde da Boa Vista, 1532 — Telel. 3220 R B C I F B

125

HISTORICO ESCOLAR

124

Filiação: Antonio laureano de Oliveira e Noemia Lins de Oliveira Data do nascimento: 15 de agôsto de 1921 Nome: Maria Vanilda de Oliveira Local do nascimento: Recife Nacionalidade: Brasileira

CURBO SECUNDÁRIO

12 Ciclo

Séde: Pernambuco Estabelecimento: Cintaio da Escola Normal de Pernambuco Data de conclusão: 1939

	14	000	200	8	6.4
a série - anc letivo de 1935	Português	Natematica Fichs e naturals 8,4	Historia da Civilização	Geografia Geral	Nota Global 7,9
série -					
qji					

91	6.3	4.9	Ciencias Pisicas e Naturais 8,6	4.8	Nota Global 7,5
2a série - ano letivo de 1926	tuguês	100	ncies Fisicas	grafia Gerel.	епис-
série - ano	Por	HE INC.	CLE	99	nes.

בממסבבבמות ת
5004000000 B
Za série - ano letivo de 1937 Fortuguês Francës Franca
e d
860
200

Escola de Serviço Social de Pernambuco Av. Conde da Boa Vista, 1512 — Telel. 3220 R E C I F E

Maria Vanilda de Oliveira

ESTÁCIO FINAL B TRABALHO DE CONCIUSÃO DE CURSO Parte prática Estagio em Orfanatos Católicos

Titulo do Trabelho: "Contribuição de uma assistente social re-ligiosa de Nossa Senhora de Caridade do 'Bom Fastor, em Tavor da mulher delinquente".

Instituição: Colônia Penal de Mulheres Delinquentes

Data de expedição do diploma: 27 de dezembro de 1958 Nota de aprovação: 9,05 (nove cinco centêsimos)

Ass) Inalda Cunha - Inspetor Federal

Ass) Maria de Lourdes Alneida de Moraes - diretora

Ass) Florêncio Rodrigues da Cunha - Inspetor Federal

Excia de Seviço Social de Penamilura Av. Condo da Boa Vista, 1512 — Telel. 3220 RECIFE

Maria Vanilda de Oliveira

F1.3

CURSO SUPERIOR

Curso de Serviço Social

Concurso de Mabilitação: Na época em que a aluna se matriculou não era exigido o Concurso de Habili-tação, para os portadores de diploma de professora primária.

18 Série

Ano letivo de 1943

7,50 7,50 9,10 9,10 6,50 6,50 6,40 6,40 6,40 8,60 8,60 8,50 Petcologia Sociologia Medicina Social Nutrição Economia Folítica Direito Constitucional Religião Estatística Cadeires ou disciplinas
Parte recrica
Serviço Social
Psicologia

2ª Série

Ano letivo de 1944

Mědias de aprovação 18 época 28 época 8,70 Média Geral: 8,18 Sociologia
Feligia
Direito Civil
Direito Civil
Legislaggo do Grabalho
Legislaggo de Menores
Feligiatria
Feligiatria
Filosofia Moral
Filosofia Moral
Filosofia Moral
Filosofia Moral
Filosofia Cral Cadeiras ou disciplinas Parte Leorica

3ª Série

Ano letivo de 1955

10,00 8,20 9,00 8,20 Mão se atribui nota Médias de aprovação 18 epoca 28 epoca Cadeiras ou disciplinas
Furte teorica
REGINE CONTANTORIO
Administração de Ubras Sociais
Higiene Mental
Problemas Rurals
Legialação Sociai
Seminário de Síntese

REGINE OFFICIALIVO
Sefor do Menor
Serviço Social de Mapores
Aspectos Patto-Fedagogico da Conduta do Menor
Direito do Menor

8,75 9,75 6,00 Média Geral: 8,55

127 F1.4

1.34

Sorifo Social de Pernambuco

HISTORICO ESCOLAR

SCHOOL STATES

1115050: Orlando Augusto de Oliveira e Elvira Souza de Oliveira ness do Nascimente: 27 de dezembro de 1910 ONE: ARIETE SOUZA DE OLIVEIRA rocal do Nescimento: Recife sectionalidade: Brasileira

CURSO SECUNDÁRIO Curso Normal

stabelecimento: Escola Normal de Pernambuco Pots da conclusão : 21 de novembro de 1928

CURSO SUPERIOR 18 serie

Ano letivo de 1940

Cadelras ou disciplinas Serviço Social Medicina Social Direito Constitucional Sociologia Estatística Psicologia

Medias de socos C. so Media Geral

Ano letivo de 1941

Cadeiras ou disciplinas Serviço Social Felquiatria Sociologia Regional Direito Civil Direito Penal Direito do Trabalho Fuericultura e Dietética

edia Geral 0000000 125500 2006 Media de aprovação

Ano Lettwo de 1945

Cadelra

Filosofia Moral

Serico Social de Pernambuco

customers of tales one on a second se

ESTAGIO FINAL E TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURBO

ritulo do Trebelho: Una experiência de Serviço Social junto ao Se-tor de Assistência à Familia da Legião Brasi -leira de Assistência. Institutoão: Legião Brasileira de Assistência - C.E. de Pernambuco

: Date of the San San

A State Land 18

A aluna recebeu o diploma de Assistente Social a 23 de dezembro de 1950, data da arguição do Trabelho de Conclusão de Curso.

Mots de aprovação: 9,5 (nove e cinco décimos)

Serviço Social	Ser
----------------	-----

F1.2

Saria Dolaide Augusto Lina	DOLATES AUGUSCO LOSS		90 0
feria D		1939	

	252	Anatomia9,50	138	20	2848
	0.0	10	99	96	1 9,
					loba
			H		te G
		H		H	No
1939		rsa1	318.	::	
de		ilve	Hur	. sic	0018
ttvo	ies.	la un	sdes	20 E	30 8
le!	tug	tom	Tica,	enho	caç
and	Por	Ans	Atta	Bdu	Edu
o)					E.
4a série - ano letivo de 1939					
48		815			23

	::
ano letivo de 1940	Psicologia Educacional
3	THE WAY
erie	STRIP PEDR

Sacional 8,55	11088,82	7,48	8,78	10,00	Arte Culinaria
Psicologia Bd	Educação Econ	Agricultura	Musica Educação Fist	Educação Soci	Arte Culinari

CURSO SUPERIOR

Curso de Serviço Social

Concurso de Habilitação. Na época em que a aluna se matriculou não era exigido o concurso de habilitação, para os portadores de diploma de professõres primários.

Sould Blitt a 1s Série

Ano letivo de 1947

ole ole

Cadeiras ou disciplinas	0
Sarrie Goorica Sarrie Social	7,50
Patcologia Filosofia Howal	800
iliar	86
Direito Constitucional	2000
Fisiologia e Patologia Pierfcultura	8,80
Enfermagem Estatistica	-e.v.
	Media Geral: 8,07
Farte prática Visita a Obras Sociais Ratágio de Sarwico Social de Casas	Medias de aprovação
1	Média Geral: 8,10

Av. Conde da Boa Vista, ISIZ — Telet, 3320
Av. Conde da Boa Vista, ISIZ — Telet, 3320

HISTÓRICO ESCOLAR

111

Marks Delaide Auguste Edua

Filiação: José Augusto Lima e Barbara Tavares de Lima Local do nascimento: Juazeiro do Norte - Cesrá Data do nascimento: 16 de novembro de 1921 Nome: Maria Dolaide Augusto Lima Nacionalidade: Brasileira

CURSO SECUNDÁRIO

Séde: Juazeiro	%%%%\$4888%\$4
	Note 61001
staretetmente: beceta normal do unafello ata de conclusão: 1940	
1 1940	ano letivo de 1936 Fortuguês. Natemática. Gisnolas. Gisnolas. Mesica. Trabalhos Manuals. Educação Ffaica. Educação Social Atirdades Rurais.
ata de conclusão: 1940	e - ano lettvo Forthguês, Matemática, Géorgrafia, Música, Trabalhos Educação E Atlydades Atlydades
ta de c	e di

2s série - ano letivo de 1937

CONCHORONA
Português 9,87 10,27 1
Global
Nota G
ortuguês. ateagites. listória Batural. listória Patria. fixíca Patria. fixíca.
Ratural. Patria. Fursis. Manuais Fisica.
Português Matemátic Francês. Matéria Misica Misica Masica Masica Masica Masica Masica
Português. Mitenatica Francês História Katural História Ratura Atividades Rurais Misica. Misica. Esta de Frica Educação Frica
SITION OF THE STATE OF THE STAT

3ª série - ano letivo de 1938

3,33	9,06	25.00	3,03	0,28	24.2
		1	:		lobal
					Nota G
	tria	Atividades Rurais9,05 Peg. Industrias10,71		sica.	clai
gues.	logia.	lades I	3	São Fi	280 500
Portu	Fisto	Ativic Peg.	Beagn	Educa	Educar
\$100 E		ara to	9 0		

usto Lime F1.3			Medias de aprovação 12 spoca 2a spoca 7,500 7,500 7,500 7,500 7,500 7,500 8,600 8,600 8,000 8,500 8,	Manager Parks	Medias de aprovação 1s epoca 2s epoca 6,50 6,00 Media Geral: 6,66		iança Serviço Secial junto ao ra Francisco Pignatari" o centésinos)	enoro de 1956	diretora Inspetor Federal	
Promises Maria Dolaíde Augusto Lima	HI 28 Série COLAR	Ano letivo de 1948	Cadeiras on disciplinas Paris tecrica Sarvico Social Moral Profissional Saciologia Economia Política Priquiatria Direito Civil Direito Penal Legislação de Grabelho Ecislação de Menores Medicina Social Eridemiologia Alimentação Religião	<u>38 Série</u> Ano letivo de 1949	Gadeiras ou disciplinas Farte teórica Organisação Social da Comunidade Contabilidade Riblioteconomia	ESTÁGIO DO JULEADO DE MENOTES BETÁGIO DE CONCIUSÃO DE CURSO	de de	jata de expedição do diploma: Ass) Inalda Cunha - secretária	VISTO Ass) Haria de Lourdes Almeida de Moraes Ass) Florêncio Rodrigues da Cunha-	
Expla de Serviço Social de Percamit Av. Conde da Boa Vista, 1812 — Tubel, : R. B. C. I. F. E.	r		•							

Charles of the Control of the Contro

Elifacias Americado Peregrino Leita de Armijo e Adella Loureiro de Armijo Data do mescimentos 7 de jeneiro de 1932 Local do nanofmentos Reaffe - Pormeniuso HORSE PARTA AMÉLIA LOURETRO DE ARAUJO Recionalidades Bresileira

CURSO SECURDANTO

Refebblecimentos Escola Normal de Permentuco Date de conclusão: 1955.

Sedan Recife

CURSO SUPERTOR

19 perfe

Ano lettwo de 1946

Cadeirus ou diseinlines

Service Sectal
Filescila icasi
Filescilational
Service Constitutional
Minority Constitutional
Minority Constitutional
Minority Constitutional

Highene Goral Finishogie o Patologia Parieultura Enformagen Hillotocomenia Estatistica

A aluma não pode se nutrastor a exama de 28 época de Filosocija No-ral e Estatietica, por ter sido repreveda por falta de Irequência, devendo ropetir, oportumemente, as referidas disciplinas.

25 serte

Ano lettwo de 1947

Pervice Social
Confolgia
Forfissional
Forfissional edelres on diseinlines

28 sária Ano letivo do 1967

Cadedres on disciplines

THE P. P. LEWIS CO., LANSING MICH.

MANAGER & MANAGER STREET

Feigulatria Feigulatria Bytheniologia Feigulatria Filosofia Norel

não frequentos não frequentos Ned & Ceral

A alma fol dispensada das disciplines Pelquistria e Epidemiolo-gia, devendo cursi...lss oportummente.. Não pode se submeter a exeme de 28 égosa de Direito Penal, por ter eido reprovada por felta de frequência, devendo repetir na 58 série, a referida disciplina.

THE STATE OF

CONTRACT IN LINE

Man water

Estaglo no 8.8. do Julmado de Menores Estaglo de 8.8. de Femilia Parte pratites

Notes de enrevecão

Ano lettive de 1948

Cedeirse on disciplines

Serving Scoled. Entering Four Strie Folgoristrie Epidemiologia Direkto Femal

ESTROIO FINAL E TRABALHO DE CONCIUSÃO DE CUISO

Institutores